

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO (FAED)
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

CRISTINA ALMEIDA MÖLLER

EDUCAÇÃO SALVATORIANA EM SANTA CATARINA:
A CRIAÇÃO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, ARQUIVOS E
MEMÓRIAS ENTRE 1958 E 1968

FLORIANÓPOLIS

2022

CRISTINA ALMEIDA MÖLLER

**EDUCAÇÃO SALVATORIANA EM SANTA CATARINA:
A CRIAÇÃO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, ARQUIVOS E
MEMÓRIAS ENTRE 1958 E 1968**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Santos Cunha.

Coorientadora: Profa. Dra. Karla Simone WillemannSchütz.

FLORIANÓPOLIS

2022

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Möller, Cristina Almeida

Educação salvatoriana em Santa Catarina : a criação do colégio
Nossa Senhora de Fátima, arquivos e memórias entre 1958 e 1968 /
Cristina Almeida Möller. -- 2022.

98 p.

Orientadora: Maria Teresa Santos Cunha

Coorientadora: Karla Simone Willemann Schütz

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2022.

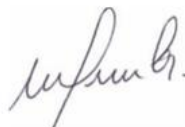
1. Memória. 2. Arquivo. 3. Patrimônio histórico educativo. I.
Cunha, Maria Teresa Santos . II. Schütz, Karla Simone Willemann .
III. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências
Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.
IV. Título.

CRISTINA ALMEIDA MÖLLER

**EDUCAÇÃO SALVATORIANA EM SANTA CATARINA:
A CRIAÇÃO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, ARQUIVOS E
MEMÓRIAS ENTRE 1958 E 1968**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Banca Examinadora:

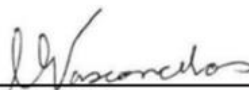


Presidente:

Profª. Drª. Maria Teresa Santos Cunha
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC



Membro: Prof. Dr. João Paulo Gama Oliveira
Universidade Federal de Sergipe/UFS



Membro:

Profª. Drª. Maria Celi Chaves Vasconcelos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Florianópolis, 21 de novembro de 2022.

DEDICATÓRIA

Esta dissertação é dedicada aos meus grandes ‘mestres’: meus pais. Obrigada por me ensinarem os princípios do respeito, do trabalho, do estudo, da união, da família e do amor a Deus. Pai (*in memoriam*) e Mãe, gratidão por tudo!

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos, Alexandra e Gabriel, pelo amor e força de sempre. Nunca me deixaram, sequer, pensar em desistir. Vibraram com cada uma das minhas conquistas nesta trajetória. E são a minha fonte de inspiração.

Manifesto aqui minha gratidão à banca de qualificação composta pelas professoras, Dra. Maria Teresa Santos Cunha e Dra. Maria Celi Chaves Vasconcelos, e pelos professores Dr. João Paulo Gama Oliveira e Dr. Lourival José Martins Filho, por suas criteriosas considerações e sugestões imprescindíveis para o desenvolvimento e aprimoramento da pesquisa.

Em especial gostaria de agradecer à professora orientadora Dr^a. Prof^a. Maria Teresa Santos Cunha, por suas orientações sempre norteadas pelo rigor acadêmico e ao mesmo tempo pelo acolhimento especial, em cada fase da pesquisa. Exemplo de ética, paciência e comprometimento com a educação. És incansável na busca do conhecimento, és fonte de inspiração. Obrigada por acreditar e não desistir de mim.

À minha coorientadora Prof^a. Dr^a. Karla Simone Willemann Schütz, pelas orientações certas na hora certa.

À secretária do programa de Educação, senhorita Scharlene Clasen, pela prontidão em responder e ajudar.

Estendo meus agradecimentos ao Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima, na figura do diretor Izaltino Gamba (meu grande incentivador), da vice-diretora irmã Lourdes Oro e da irmã Neuza Cericato por me incentivarem e estarem ao meu lado nesta caminhada, abrindo as portas do arquivo escolar e permitindo o livre acesso aos documentos. Em especial, representando todas as irmãs da Congregação Salvatoriana, às irmãs Maria Zarpellon e Verônica Cendron, algumas vezes citadas ao longo da pesquisa. Sem o feito das senhoras não teríamos história para contar. Gratidão!

Aos meus colegas do colégio aqui representados pela Aline Schú, Dirlei Andrioni, Amanda Gregghi e Michel Machado, por sempre me auxiliarem nas tarefas do dia a dia e entenderem as minhas ausências durante esse período de estudos.

Ao meu esposo por entender que gosto de escrever ouvindo televisão em plena madrugada. Que sempre procurou fazer ‘comidinhas’ maravilhosas enquanto eu escrevia e estudava.

À minha incansável companheirinha Lunna pelas manhãs, tardes, noites e madrugadas, frias ou quentes, estava sempre deitada no meu colo ou nos meus pés.

Aos meus sobrinhos(as) e afilhados(as) a “dinda tá *on*”! Sei que depois da dinda a vez será de vocês, outros(as) mestres(as) chegarão a nossa família.

Aos meus irmãos pela amizade, carinho, parceria e por algum motivo acreditarem na minha missão de educar. Obrigada por estarem comigo dividindo esta conquista.

Finalmente, aos demais amigos e familiares, pelo carinho e incentivo durante o período da realização desta pesquisa.

Tudo começou com um sonho bem distante. Eu acreditei e agora é realidade!

RESUMO

A pesquisa problematiza a criação do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima no ano de 1958, em Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, mais especificamente no bairro Estreito. Evidencia, igualmente, a constituição do seu arquivo escolar entre os anos 1958 e 1968, considerado o objetivo de documentar seus feitos para posterior salvaguarda. Esta preservação caracteriza a formação do patrimônio histórico educativo, com informações importantes para a história da educação salvatoriana em terras brasileiras e catarinenses. O estudo buscou problematizar alguns documentos do arquivo para entender como se deu a chegada das irmãs salvatorianas em Florianópolis/SC, e o seu processo de construção da caminhada educativa até 1968, nesta cidade. Para tanto, toma como fonte de análise duas obras da instituição que contam a sua história e o arquivo de atas de 1958 a 1968, buscando identificar que pressupostos legitimaram a criação e a caminhada do colégio nos seus dez primeiros anos, marcados pelas mudanças educacionais deste período. Assim, durante a caminhada da pesquisa foi possível perceber que o colégio buscou manter a constância da sua identidade e o seu carisma confessional de base católica. Para isso, foi importante rever a organização dos seus arquivos em vista de manter as questões técnicas para que fosse possível considerar o mesmo como um patrimônio histórico educativo da instituição.

Palavras-chave: Memória; Arquivo; Patrimônio histórico educativo.

ABSTRACT

The research problematizes the creation of School Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima in 1958, in Santa Catarina, in the city of Florianópolis, more specifically in the Estreito neighborhood. It also shows the constitution of his school archive between the years 1958 and 1968, considered the objective of documenting his deeds for later safeguard. This preservation characterizes the formation of the educational historical heritage, with important information for the history of salvatorian education in brazilian and Santa Catarina lands. The study sought to problematize some documents from the archive to understand how the salvatorian sisters arrived in Florianópolis/SC, and their process of construction of the educational journey until 1968, in this city. To do so, it takes as a source of analysis two works of the institution that tell its history and the archive of minutes from 1958 to 1968. period. Thus, during the research, it was possible to perceive that the school sought to maintain the constancy of its identity and its Catholic-based confessional charisma. For this, it was important to review the organization of its files to maintain the technical issues so that it was possible to consider it as an educational historical heritage of the institution.

Keywords: Memory; File; Educational historical heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 -	Local da instalação do colégio em 1958	19
Fotografia 2 -	Local da instalação do Colégio em 1965	19
Fotografia 3 -	Padre Francisco Maria Jordan na época da fundação da congregação (1881)	30
Fotografia 4 -	Madre Maria dos Apóstolos (Teresa von Wüllenweber) (1888)	31
Fotografia 5 -	As primeiras irmãs salvatorianas vindas para o Brasil	33
Figura 1 -	Localização de Florianópolis/SC e do bairro Estreito	36
Figura2 -	Localização do bairro Estreito em Florianópolis/SC	36
Fotografia 6 -	Ponte Hercílio Luz vista do Estreito (década de 1950)	37
Fotografia 7 -	Igreja Nossa Senhora de Fátima (década de 1950)	39
Fotografia 8 -	Complexo de casas no terreno da paróquia Nossa Senhora de Fátima	43
Fotografia 9 -	Governador Celso Ramos, sua filha e as irmãs Maria Zarpellon e Alzira Poli	46
Fotografia 10 -	Sala de aula em 1963 no Colégio Nossa Senhora de Fátima (CNSF)	52
Fotografia 11 -	Primeira sala de aula, nos fundos da paróquia Nossa Senhora de Fátima (1958)	56
Fotografia 12 -	Jornal a Voz do Estreito	57
Fotografia 13 -	Livro de Atas nº 1 (1959)	60
Fotografia 14 -	Inauguração da nova ala (1965)	63
Fotografia 15 -	Estudantes perfilados no pátio para a homenagem ao governador (1965)	64
Fotografia 16 -	Primeira eucaristia com os estudantes do colégio, realizada na paróquia Nossa Senhora de Fátima	65
Fotografia 17 -	Arquivo onde estão disponíveis as pastas, entre os anos de 1958 e 1968, localizado na casa administrativa do colégio	72
Fotografia 18 -	Bilhetes encontrados no Livro de Ata nº 1, de 1958	75
Fotografia 19 -	Rascunho da Reunião do dia 26.05.1961 - Livro de Ata nº 1, de 1958	76
Fotografia 20 -	Relatório iconográfico de 1950 até 1979	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Artigos seleccionados para a revisão da literatura contendo conteúdos relacionados à temática desta pesquisa.....	20
Quadro 2 -	Teses e Dissertações seleccionadas para a revisão da literatura contendo conteúdos relacionados à temática desta pesquisa.....	22

LISTA DE SIGLAS

AEC	Associação de Educação Católica do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CADES	Curso de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior
CNSF	Colégio Nossa Senhora de Fátima
DE	Diário Espiritual
FAED	Centro de Ciências Humanas e da Educação
FETS	Fundamentação Teórica da Educação Salvatoriana
FIESC	Federação das Indústrias de Santa Catarina
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IEE	Instituto Estadual de Educação
JEC	Juventude Estudantil Católica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PEI	Políticas Educacionais, Ensino e Formação
PLAMEG	Plano de Metas do Governo
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
RIDPHE	Rede Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo
SED	Secretaria de Estado da Educação
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
UM PERCURSO DE PESQUISA: AS IRMÃS, O BAIRRO ESTREITO E O COLÉGIO	13
CAPÍTULO 1	28
1.1 AS IRMÃS SALVATORIANAS E A FUNDAÇÃO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA: TRAJETÓRIA E ATUAÇÃO NO BAIRRO DO ESTREITO, EM FLORIANÓPOLIS/SC (1958 A 1968)	28
1.1.1 Irmãs salvatorianas: da Alemanha ao Sul do Brasil	28
1.1.2 Irmãs salvatorianas na comunidade do Estreito, em Florianópolis/SC	34
1.1.3 Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima: fundação e constituição ..	41
CAPÍTULO 2	48
2.1 A PROPOSTA EDUCACIONAL NOS ARQUIVOS DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	48
2.1.1 Cultura Escolar	48
2.1.2 Cultura Escolar Católica	53
2.1.3 Proposta Educacional: educar e evangelizar	55
CAPÍTULO 3	70
3.1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO-EDUCATIVO SALVAGUARDADO NO COLÉGIO	70
3.1.1 O lugar, a memória e o patrimônio histórico-educativo do colégio	70
3.1.2 Preservar e divulgar o patrimônio histórico-educativo do colégio.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	92

INTRODUÇÃO

UM PERCURSO DE PESQUISA: AS IRMÃS, O BAIRRO ESTREITO E O COLÉGIO

“O passado não reconhece o seu lugar: está sempre presente”. (QUINTANA, 2005, p. 13).

Esta pesquisa objetiva promover um levantamento das condições da fundação do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima, localizado no bairro Estreito, município de Florianópolis, Santa Catarina, a partir de documentos escritos e com destaque ao patrimônio histórico educativo ali preservado. O recorte temporal trabalhado situa-se entre os anos de 1958, ano da fundação, e 1968. Ou seja, abrange os dez primeiros anos de fundação do colégio em função de ser 1968 uma data marcada por mudanças estruturais na educação de base católica, em especial e concomitantemente com o início da ditadura, instituída pelo golpe militar-civil no Brasil, em 1964.

A escolha desta pesquisa e deste colégio como referência emergiu aos poucos. No ano de 2013, a convite da equipe de gestão do colégio, venho de Passo Fundo - cidade localizada no interior do Rio Grande do Sul -a Florianópolis, conhecer o colégio e a proposta pedagógica, com possibilidades de vir trabalhar no ano de 2014. E de fato, foi naquele ano de 2014 que comecei a participar da vida efetiva do colégio, na coordenação pedagógica. Como todo novo ambiente de trabalho, muitos foram os desafios para conhecer e me apropriar de todo o contexto do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima. Essa vontade de entender como funcionava uma outra realidade educacional também significou um desafio de identificar aspectos da história da Congregação Salvatoriana e da própria história do colégio, para entender a sua atuação e como vem se constituindo em uma possibilidade de estudo para a história da educação catarinense.

Diante do exposto, a referida pesquisa justifica-se pelo interesse em compreender aspectos da trajetória da fundação do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima, isto é, da sua presença em Florianópolis, a partir de 1958 até 1968, ou seja, os seus primeiros dez anos de existência, como já explicitado acima. Este trabalho de pesquisa tem como objetivo problematizar a procedência do colégio e sua atuação na educação de Florianópolis/SC, a partir de seu arquivo institucional e de pesquisa bibliográfica sobre o tema da educação confessional e patrimônio histórico-educativo. Para este processo foram necessárias várias ações como: mapear, interpretar e analisar, à luz de alguns estudiosos, sobre

este tema, as etapas da concretização da instituição no bairro Estreito, em Florianópolis/SC, além de reconhecer seu arquivo institucional, especialmente objetos da cultura escolar, como possibilidades de constituir um patrimônio histórico-educativo desta instituição de ensino.

Para a efetivação deste estudo, algumas questões foram norteadoras e me levaram a investigar alguns pontos, a saber: onde encontrar informações sobre os fundadores da Congregação Divino Salvador? Como está organizado o arquivo histórico do colégio? Por que as irmãs escolheram a cidade de Florianópolis e o bairro Estreito para iniciar as obras do colégio? Quem foram os apoiadores na fase de construção do colégio? Como se deram os primeiros passos da presença salvatoriana na parte continental de Florianópolis? O que foi preservado da cultura escolar em seus arquivos, tanto em documentação como em objetos? Quais possibilidades desse material constituir-se em patrimônio histórico-educativo?

E, assim, a pesquisa tem início na busca de materiais sobre a congregação salvatoriana, desde sua fundação até a chegada de uma representação no Brasil, passando rapidamente pelas primeiras instituições das irmãs salvatorianas em Santa Catarina, até aportar em Florianópolis e se instalar no bairro Estreito, em 1958. Para realizar o estudo encontrei na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) o mestrado em Educação, e mais especificamente na disciplina da ‘História da Educação brasileira e catarinense: aportes teórico-metodológicos’, os subsídios necessários.

Neste momento, se visualiza a possibilidade de pesquisar a fundação do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima e a sua trajetória nos primeiros dez anos iniciais, em Florianópolis. Os estudos, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UDESC, foram fundamentais para conhecer e interpretar esta instituição educativa de cunho religioso, sua trajetória e atuação no bairro do Estreito, na cidade de Florianópolis. A linha de pesquisa ‘Políticas Educacionais, Ensino e Formação (PEI)’ e o grupo de pesquisa ‘Arquivos pessoais, patrimônio e educação (GARPE/CNPq)’ vêm auxiliando no entendimento de alguns conceitos, principalmente, sobre cultura escolar e patrimônios histórico-educativos.

Com estas intenções inicialmente definidas, começa todo um processo de buscar informações, inicialmente nos livros da escola, nos arquivos, nos relatórios, nos documentos e principalmente no livro ‘Relatos de Vida, 1936-2004, Irmãs do Divino Salvador – Salvatorianas - Província de Santa Catarina’. Neste livro encontrei inúmeras narrativas que, somadas a tantas outras, permitiram reconhecer em forma muitas vezes de epopeias, os desafios e sucessos vividos pela congregação, relatos de seus avanços e dificuldades de se estabelecer em um bairro que ainda estava buscando estrutura e desenvolvimento, diferente de um bairro central da ilha de Santa Catarina, parte insular da capital do Estado, Florianópolis. Mesmo considerando a

extrema utilidade do material preservado nos arquivos da escola em uma memória consolidada em livros e em documentos meramente celebrativos, o interesse moveu-se, também, para um reconhecimento de artefatos materiais salvaguardados na escola e que podem se constituir como um patrimônio histórico-educativo.

Com os objetivos específicos esta pesquisa pretende entender a relação da presença das irmãs salvatorianas e a fundação do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima com a história do bairro Estreito em Florianópolis/SC, sondar alguns aspectos da estrutura educativa do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima presentes nos arquivos entre os anos de 1958 e 1968 e identificar os arquivos que guardam a história do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima como patrimônio histórico-educativo.

Para tanto, referente à parte de conhecimento desta escola para esboçar um histórico de sua fundação, foram tomadas como *corpus* três conjuntos de fontes que relatam a história da procedência do colégio e da presença das irmãs salvatorianas em Florianópolis/SC.

A primeira fonte é o livro ‘Relatos de Vida 1936-2004’, publicação em formato de diário institucional, a qual expõe uma apresentação cronológica da história da fundação da Congregação das Irmãs do Divino Salvador (congregação a qual o colégio pertence) na Alemanha, seguida da narrativa da vinda de um grupo de irmãs salvatorianas para o Brasil e da fundação de cada unidade salvatoriana em um período de 1936 até 2004.

A segunda fonte consta em pasta intitulada de Relatório de 1958 até 1979¹, no qual encontra-se várias fotos entre os anos de 1958 até 1979, todas com legendas, identificando a atividade, a data e as pessoas presentes no evento.

O arquivo do colégio, que está organizado em várias pastas catalogadas, foi utilizado como a terceira principal fonte da pesquisa. No decorrer da investigação também foram utilizados outros recursos como fonte de pesquisa, as fotos dos arquivos do colégio e uma notícia do jornal ‘A Voz do Estreito’, de 1982.

Após a leitura destas primeiras fontes, algumas inquietações começaram a surgir, como a curiosidade de investigar a criação do colégio, interesse em saber um pouco sobre a procedência da Congregação do Divino Salvador, sobre a vinda das primeiras irmãs salvatorianas para o Brasil, e de como e o porquê vieram para a parte continental de Florianópolis. A pesquisa prioriza a fundação do colégio, a partir de um recorte temporal que vai de 1958 até o ano de 1968, como já foi destacado, ou seja, os primeiros dez anos de atividades da instituição educacional, marcados por mudanças estruturais na educação de base

¹Livro de fotos do colégio com registros de algumas práticas educacionais entre os anos de 1958 até 1979.

católica, em especial e simultaneamente com o início da ditadura, instituída pelo golpe militar-civil, no Brasil, em 1964. As leituras também incentivam a pesquisar sobre a história da congregação, sobre a chegada das irmãs salvatorianas no Brasil, pois é fundamental reconhecer alguns aspectos desta procedência.

Vários registros estão preservados em atas, relatórios, documentos, fotos e nas narrativas de muitos sujeitos, registradas nos livros que fazem parte de conjunto bibliográfico que compõem o arquivo do colégio que serão aqui problematizados pela pesquisa com objetivo de construir uma história possível do colégio no período eleito. Registros estes, escritos e produzidos sob o respaldo da própria congregação, com apontamentos finais de determinadas situações e contextos, em uma narrativa de êxito, comum a registros de fundação de colégios religiosos, que no decorrer da pesquisa serão alvo de alguns questionamentos sobre como foi o processo até chegar no documento final. Assim, evidencia-se que há material, produzido e/ou preservado pelo próprio Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima e que eles apresentam uma forma peculiar de contar a história das instituições que não a forma acadêmica, pois, geralmente, são visões na maioria das vezes laudatórias, sem muitos crivos críticos e analíticos.

Sobre a procedência do colégio é pertinente fazer, primeiramente, um panorama histórico sobre a congregação a qual pertence. A Congregação das Irmãs do Divino Salvador, braço feminino da Sociedade do Divino Salvador, fundada na Alemanha unificada no século XIX, por padre Francisco Maria da Cruz Jordan, teve como cofundadora, madre Maria dos Apóstolos. Esta congregação foi criada logo após a revolução cultural chamada de *Kulturkampf*² na Alemanha, termo este, utilizado para se referir às lutas de poder entre o Estado e a Igreja Católica Romana, iniciadas em 1872 por Otto Von Bismark, unificador da Alemanha. Bismark considerava perigoso o poder da igreja católica, por isso nomeou um protestante rígido, chamado Adalberto Falk para o Ministério do Culto, com a função de romper com as relações com o Vaticano. Com este movimento, as congregações religiosas católicas são perseguidas, obrigadas a fechar e, muitas delas, a sair da Alemanha para propagar sua fé em outros lugares, inclusive, no Brasil.

Em reação contra estas e outras restrições impostas pelo governo, um grupo católico organizou um movimento em defesa dos direitos da igreja. Este grupo passa a se reunir anualmente e padre Jordan é um dos integrantes assíduos. Assim, com o propósito de defender os direitos dos católicos, Pe. Jordan funda, no dia 08 de dezembro de 1881, a Sociedade

²*Kulturkampf* foi a revolução cultural, na Alemanha, entre 1871 e 1878. Marcada pelos conflitos do Estado com a igreja católica. (ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA, 2013, *online*).

Apostólica Instrutiva, em Roma, ramo masculino da sociedade que mais tarde passa a se chamar de 'Sociedade do Divino Salvador'. Em 08 de dezembro de 1888, a partir de novas adesões à congregação, padre Jordan - juntamente com madre Maria dos Apóstolos- fundou a Congregação das Irmãs do Divino Salvador, em Tívoli, na Itália. Neste momento, a madre Maria dos Apóstolos passa a ser a cofundadora da congregação e a primeira irmã salvatoriana e superiora-geral.

Segundo os documentos mencionados no livro 'Relatos de Vida', entre os anos de 1888 e 1907 a congregação foi crescendo. Desse modo, em 19 anos de fundação já havia algumas representações salvatorianas em Roma, Índia, Suíça, América do Norte, América do Sul, Hungria, Áustria e Ásia. Contava nestes 19 anos com mais de 172 irmãs distribuídas em 25 comunidades. Com a Primeira Guerra Mundial, muitos foram os desafios para passar por tempos insalubres, onde algumas comunidades salvatorianas se mantiveram. Assim, após seus 48 anos de existência, já somava mais de 1.000 membros em 92 comunidades espalhadas por vários países, de acordo com o livro 'Relatos de Vida' (2006, p. 30).

Conforme consta nos arquivos, no ano de 1936 o bispo diocesano de Lages/SC, Dom Daniel Hostins enviou uma carta para o reverendíssimo padre geral salvatoriano, em Roma, solicitando a vinda de irmãs salvatorianas para a cidade de Perdizes/SC (atual cidade de Videira/SC). E assim, no dia 13 de novembro de 1936, acompanhadas da superiora da Província Alemã, as cinco primeiras irmãs salvatorianas dirigiram-se a Hamburgo para embarcar para o Brasil no navio 'Monte Pascal'. O documento informa, também, que chegando no Rio de Janeiro no dia 03 de dezembro de 1936, logo após uma parada para conhecer a cidade e se ambientar com o clima brasileiro, seguiram para Santa Catarina.

Já em Santa Catarina a primeira parada foi no porto da cidade de São Francisco, após seguiram para Porto União(cidade catarinense ao norte do Estado)e duas irmãs foram para Perdizes (atual cidade de Videira) a convite dos padres salvatorianos. Em razão do aumento de jovens que entraram na congregação, foi possível ampliar a presença de irmãs salvatorianas em algumas comunidades no Sul do Brasil. Dividindo-se para outras localidades em Santa Catarina, como Bom Retiro, Tangará, Rio Bonito, Pomerode, assim como cidades do Paraná e São Paulo, cooperando com a propagação e alcance da fé católica.

Conforme registrado em documentos do arquivo, mesmo com as dificuldades da guerra, do pós-guerra e da ditadura no Brasil, nas décadas de 1940, 1950 e 1960 houve um crescimento significativo em relação ao número de membros efetivos de irmãs salvatorianas, também nas comunidades em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina sucedeu um investimento significativo na criação, principalmente de colégios, com destaque para o Colégio

Cristo Rei em Joaçaba, fundado em 1952; no Rio Grande do Sul com o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, fundado em 1955 em Porto Alegre; além do Colégio Nossa Senhora de Fátima (CNSF) em Florianópolis, fundado em 1958.

A partir da metade da década de 1950, a história das irmãs salvatorianas em Santa Catarina começa a cruzar com a história de Florianópolis, mais especificamente no bairro Estreito no ano de 1958, quando as primeiras irmãs chegaram e foram residir na casa paroquial da Igreja Nossa Senhora de Fátima, matriz do bairro. No dia 8 de fevereiro deste mesmo ano, iniciaram a pastoral educacional nas salas da própria igreja. Nesta época havia um interesse por parte da congregação de ter uma referência de moradia e, possivelmente, de fundação de um colégio em Florianópolis, na parte continental da ilha de Santa Catarina.

O bairro Estreito apresentava-se como eleito, tanto pelo convite do pároco, por não haver colégios confessionais no bairro, quanto por seu próprio crescimento econômico e populacional, pois era o bairro mais populoso de Florianópolis (SOARES, 1991). E, é neste momento que a Igreja Nossa Senhora de Fátima, matriz do bairro Estreito, acolhe as irmãs vindas do interior de Santa Catarina e que recebem, no ano de 1958, a autorização da Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina para funcionamento como escola primária (SOARES, 1991, p.104).

No dia 8 de fevereiro de 1958 teve início, nas salas improvisadas atrás do Santuário Nossa Senhora de Fátima, as primeiras salas de aulas, no bairro Estreito. Além de usar o espaço do salão paroquial, foram construídas algumas salas de madeira no mesmo terreno para dar conta do grande número de estudantes já matriculados, em torno de 250 estudantes. Neste início, faziam parte do grupo de irmãs: a irmã Verônica Cendron, irmã Geralda Boesing, irmã Bonavita Strohmeier e logo em seguida receberam a companhia das irmãs Eugênia Comerlato, irmã Ludovina Córdova, a aspirante Lídia Granville e como superiora provincial a irmã Consília Orttmann (CRUZ, 2008, p. 17).

As irmãs salvatorianas que chegaram no bairro Estreito iniciaram trabalho de educar, em que se propuseram, à luz dos princípios do catolicismo. Princípios estes que continuam presentes nas ações educativas das irmãs que estão hoje na condução do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima. O colégio cresceu, foi reconhecido pela comunidade e consolidou-se não só no bairro Estreito, como também na cidade de Florianópolis, principalmente na parte continental. A pesquisa que pretendo construir e narrar, envolve reconhecer como, supostamente, foram os passos desta jornada entre os anos de 1958 e 1968, na construção do Colégio Salvatoriano em Florianópolis, os dez primeiros anos assinalados pelas mudanças legais e regimentais que marcaram o cenário da estrutura educacional como um todo no Brasil.

Fotografia 1- Local da instalação do colégio em 1958



Fonte: Acervo do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima (1958).

Fotografia 2- Local da instalação do Colégio em 1965



Fonte: Acervo do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima (1965).³

Ao vislumbrar estas fotos que marcam a primeira instalação do colégio e o início da nova estrutura, é quase inevitável não se questionar e querer saber um pouco desta trajetória que perpassa desde a instalação das primeiras salas de aula até a construção da estrutura do

³ As imagens utilizadas no decorrer da pesquisa são meramente ilustrativas e foram retiradas do arquivo do colégio.

colégio que hoje encontra-se na rua Afonso Pena, no bairro Estreito. Sobre o ato de contar, analisar e interpretar alguns fatos ocorridos desta trajetória, Albuquerque Júnior (2007, p. 61) faz um alerta:

[...] estamos céticos quanto à possibilidade de se conhecer o passado, tal como ele foi, e ainda assim, percebe-se as tendências desta época, e é neste contexto que damos conta de que a história não está a serviço da memória, de sua salvação, mas está, sim, a serviço do esquecimento. Ela está sempre pronta a desmanchar uma imagem do passado que já tenha sido produzida, institucionalizada, cristalizada. Inventando a partir do presente, o passado só adquire sentido na relação com este presente que passa.

Com a intenção de fazer um reconhecimento de outros estudos com a temática referente à criação de instituições escolares, principalmente de cunho confessional, foi efetuada uma revisão bibliográfica. Neste sentido, foi realizado um mapeamento de produções acadêmicas e científicas de diferentes lugares e épocas que foram dedicadas anteriormente a desenvolver temas próximos ao desta pesquisa. Estes mapeamentos ajudaram a entender um pouco mais sobre os aspectos que evidenciaram a educação básica na década de 1960 no Brasil, como o governo se referia à educação brasileira, quais as condições e os investimentos que o governo de Santa Catarina oferecia às escolas e o que ele esperava delas.

Para a realização da pesquisa foi consultado o banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior (CAPES) para o levantamento e a retomada do conhecimento produzido sobre a temática dos colégios religiosos. Foi realizada a consulta utilizando as palavras-chave: colégio católico - educação básica - ano 1958, algumas vezes usou-se também o termo “colégio de freiras”. Vale mencionar que nem sempre os descritores aqui mencionados, correspondem às palavras-chave das produções analisadas. Houve pesquisa também nos periódicos educacionais, tais quais a Revista Linhas, do PPGE/UDESC e a Revista Educação em Questão, do PPGE da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Quadro 1 - Artigos selecionados para a revisão da literatura contendo conteúdos relacionados à temática desta pesquisa

Autor(a)	Artigo	Instituição	Ano
Norberto Dallabrida	Modos de educação católica em Florianópolis: final do século XIX e meados do século XX	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2005

Maria João Mogarro	Arquivos e educação	Escola Superior de Educação de Portalegre	2006
Vera Lúcia Gaspar da Silva, Margarida Louro Felgueiras	Dossiê: Arquivos, objetos e memórias educativas: práticas de inventário e de museologia	Universidade de Campinas	2011
João Barroso	Cultura, Cultura escolar, Cultura de Escola	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	2012
Maria Celi Chaves Vasconcelos	Pesquisa em História da Educação: acervos, arquivos e a utilização de fontes	FRONTEIRAS: <i>Journal of Social, Technological and Environmental Science</i>	2014
Maria Teresa Santos Cunha, Rosa Fátima de Souza Chaloba	Dossiê Arquivos e Acervos Escolares	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	2014
Maria Teresa Santos Cunha	Acervos Escolares: olhares ao passado no tempo presente	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	2015
Eva Maria Siqueira Alves	Entre papéis e lembranças: o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipano e as contribuições para a História da Educação	Editora Diário Oficial de Sergipe	2015
Tatyana Marques de Macedo Cardoso, Claudia Maria Costa Alves de Oliveira	Potencialidades de um arquivo escolar: o caso do núcleo de documentação e memória do Colégio Pedro II	Universidade Federal Fluminense (UFF)	2017
Maria Cristina Menezes, Maria de Lourdes Pinheiro	Dossiê: Arquivos e Museus sobre a História da Educação	Universidade de Campinas	2017
João Paulo Gama de Oliveira	Nas trilhas dos jovens anos escolares	Campinas/SP, Mercado de Letras	2020
Elaine Gonçalves Ramos	O Patrimônio Histórico Educativo como prática de ensino-aprendizagem	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	2021
Maria Celi Chaves Vasconcelos, Eveline Viterbo Gomes	Práticas educativas femininas nas memórias de Maria Paes de Barros	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	2021

Fonte: Elaboração da autora (2022).

No artigo ‘Modos de educação católica em Florianópolis: final do século XIX e meados do século XX’, cuja autoria é de Norberto Dallabrida, publicado em 2005 pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na Revista Educação em Questão, foi possível entender a intervenção da igreja católica no campo educacional em Florianópolis, entre o final do século XIX e meados do século XX. A chegada e influência principalmente das congregações religiosas europeias, que começaram a estabelecer-se em Florianópolis com o intuito de fazer frente ao laicato do sistema escolar público.

No dossiê organizado pelas professoras Maria Teresa Cunha e Rosa Fátima de Souza Chaloba, publicado pela Revista Linhas, do PPGE/UDESC, existe busca pelo entendimento da função e importância dos arquivos escolares para salvaguardar e conservar as informações produzidas no cotidiano das escolas.

No decorrer desta pesquisa procurou-se definir basicamente dois critérios de análise, o primeiro relacionado com a temática e o segundo com as indicações bibliográficas das produções, como: a metodologia utilizada, a área de conhecimento, o ano de publicação e a origem da instituição.

Além da pesquisa em periódicos, uma atenção especial, foi dada aos trabalhos de mestrado e doutorado, defendidos no âmbito do PPGE/UDESC e PPGH/UDESC e da extinta linha de pesquisa ‘História e Historiografia da Educação’, haja vista o tema da educação em colégios religiosos ou laicos já ter sido tratado em trabalhos significativos.

Quadro 2- Teses e Dissertações selecionadas para a revisão da literatura contendo conteúdos relacionados à temática desta pesquisa

Autor(a)	Pesquisas, Teses e Dissertações	Instituição	Ano
Weliton Luiz Torrens (Dissertação)	Estreito, um bairro entre dois municípios	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Centro de Ciências da Educação de História, Coordenação de Pós-Graduação	2006
Paula Leonardi (Tese)	Além dos Espelhos: Memória, imagens e trabalhos de duas congregações católicas francesas no Brasil	Universidade de São Paulo Faculdade de Educação	2008
Vanessa Picolli (Dissertação)	Colégio das Irmãs de São José – Aspectos da Educação Escolarizada para moças do interior (1962-1969)	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Programa de Pós-Graduação em Educação	2009

Vitor Marcelo Vieira (Dissertação)	Uma educação moral cristã: a atuação da Congregação das Irmãs de Notre Dame, em Maravilha/SC (1954-1976)	Universidade de Passo Fundo/RS	2012
Ana Luíza Mello Santiago de Andrade (Dissertação)	Comemorações entre atos: o centenário do Colégio Coração de Jesus (Florianópolis, 1988 – 1998)	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Programa de Pós-Graduação em História	2013

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Quadro 2- Teses e Dissertações selecionadas para a revisão da literatura contendo conteúdos relacionados à temática desta pesquisa

(conclusão)

Autor(a)	Pesquisas, Teses e Dissertações	Instituição	Ano
Karin Sewald Vieira (Dissertação)	No compasso do moderno: O Curso Normal do Instituto Estadual de Educação de Santa Catarina (anos de 1960)	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Programa de Pós-Graduação em Educação	2014
Walkiria Vieira do Prado e Souza (Dissertação)	A docência em uma escola da ordem Franciscana – (1960-1970): narrativas de professoras	Universidade Federal de Goiás, regional Catalão, Programa de Pós-Graduação em Educação, mestrado em Educação	2017
Nelson Maurilio Coelho Júnior (Tese)	Entre a caneta do legislador e a vigilância do inspetor: As correspondências de Elpídio Barbosa no arquivo do Colégio Coração de Jesus (Florianópolis, 1939/1949)	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Programa de Pós-Graduação em Educação	2018
Chirley Beatriz Vieira da Silveira (Dissertação)	Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo e Escola São Vicente de Paulo: institucionalização e educação de meninas e moças (Florianópolis 1900-1930)	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Programa de Pós-Graduação em Educação	2018
Rafael Vasconcelos de Oliveira (Dissertação)	Escola Paroquial “João XXIII” de Urutai/GO (1960-2001)	Universidade Federal de Goiás	2018
Fabiana Aparecida de Andrade (Dissertação)	Colégio das Freiras: Educação feminina no curso normal no Sul de Goiás (1939/1968)	Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão	2016
Lia Machado Fiuza Fialho, Francisca Genifer Andrade de Souza (Dissertação)	Irmã Elisabeth Silveira e a educação feminina no Colégio da Imaculada Conceição, Fortaleza/CE	Universidade Estadual do Ceará (UEC)	2020

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Na tese de Nelson Maurilio Coelho Júnior (2018) foi produzido o estudo intitulado ‘Entre a caneta do legislador e a vigilância do inspetor: As correspondências de Elpídio Barbosa

no arquivo do Colégio Coração de Jesus (Florianópolis, 1939-1949)’. Aqui o autor procurou, por meio da investigação das correspondências administrativas recebidas e arquivadas no Colégio Coração de Jesus, de base católica, entre os anos de 1939 e 1949, rastrear o alcance da adesão, da instituição escolar, aos regulamentos estatais.

A documentação foi problematizada, tendo como perspectiva a análise da metodologia de produção, acumulação e transmissão documental dos processos de escolarização em Santa Catarina, na primeira metade do século XX. Neste estudo foi possível ver a importância de perceber que “[...] as memórias são construções dos grupos sociais que determinam o que é memorável e os lugares de sua preservação” (HALBWACHS, 2006, p. 23).

Já a dissertação de Vanessa Picolli (2009), intitulada ‘Colégio das Irmãs de São José: aspectos da educação escolarizada para moças do interior (1962-1969)’, tinha como objetivo estudar aspectos relacionados à formação de professoras primárias oferecida pelo Colégio Normal São José, em Xanxerê, entre os anos de 1962 e 1969. Uma instituição que faz parte da Congregação Irmãs de São José de Chambery, freiras oriundas da França (século XVII), sendo que esta congregação foi radicada no Brasil em meados do século XIX.

O trabalho de Picolli mostra fortemente a perspectiva da história cultural da educação e o aspecto da cultura escolar praticada no curso normal de uma escola cristã que tinha como propósito a instrução e a formação de professoras primárias, mas também tinha o objetivo de preparar moças para o casamento e a vida familiar. Sendo assim, refletir sobre “[...] aspectos fundamentais das políticas do passado e contribuindo para os debates atuais da educação, especialmente no âmbito da formação de professores” (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 33).

Ana Luíza Mello Santiago de Andrade (2013) realizou a sua pesquisa de mestrado sob o título ‘Comemorações entre os atos: o centenário do Colégio Coração de Jesus (Florianópolis, 1988-1998)’. Neste estudo a autora procurou analisar algumas práticas educativas realizadas para comemorar o centenário do Colégio Coração de Jesus, escola católica e privada na cidade de Florianópolis, no qual foi possível verificar o investimento em história e memória de cada ação comemorativa. O estudo, ao analisar um colégio mantido por uma congregação religiosa, auxilia a ter mais entendimento dos ditames que dão as bases para uma educação católica.

Por sua vez, Chirley Beatriz Vieira da Silveira (2018) na sua dissertação traz mais alguns aspectos à educação ministrada por freiras, sob o título ‘Asilo de órfãos São Vicente de Paulo e Escola São Vicente de Paulo: institucionalização e educação de meninas e moças (Florianópolis 1900-1930)’. A pesquisa tem como tema a educação de meninas e moças em uma instituição de abrigo, entre 1900 e 1930. O estudo, ainda que não cubra o período estudado neste trabalho, colaborou muito para pensar no diálogo entre Estado e igreja. Neste sentido, os autores Gondrae

Schueler (2008) chamam atenção para esta nova relação estabelecida entre a religião e o Estado moderno, sobretudo a católica. E referente a esta, destacam que:

As ordens religiosas – surgidas na Idade Média – foram formadas por sacerdotes que buscavam o isolamento para se dedicar mais às atividades religiosas [...]. O aparecimento dessas ordens religiosas facilitou o trabalho de descristianização do mundo e de internacionalização da fé, objetivando conquistar novos fiéis e expandir seu poder. Neste sentido, suas atividades educativas cumpriram papel decisivo e a aproximação com o aparelho do Estado foi uma estratégia eficiente, o que vale para católicos, mas também para as outras religiões (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 59-60).

Karin Sewald Vieira (2014) em sua dissertação traz o contexto de uma instituição pública, a qual tem por objeto o curso normal do Instituto Estadual de Educação durante a década de 1960. Tem como título ‘No compasso do moderno: o curso normal do Instituto Estadual de Educação de Santa Catarina (anos de 1960)’. A autora fez uma análise da configuração do curso normal do Instituto Estadual de Educação (IEE), por meio da articulação de seus elementos constitutivos, na perspectiva dos modelos culturais e pedagógicos daquela instituição e da cidade de Florianópolis, nos anos de 1960. Neste trabalho houve um diálogo com Roger Chartier (1989), em especial com o conceito de representação, que permite compreender a produção de modelos culturais e pedagógicos como produto e resultado de práticas sociais. Este autor será de fundamental importância, entre outros usos, para dialogar com as memórias construídas pelas irmãs, interpretando-as como representações ligadas às posições sociais dos indivíduos que as produziram.

A tese do Vitor Marcelo Vieira sobre o ‘Colégio de Maravilha/SC: 1954/1971: os anais, o convento e as associações escolares de Notre Dame’, defendida em 2021, narra a chegada das irmãs de Notre Dame na cidade de Maravilha, localizada no oeste de Santa Catarina. Marca não só um desejo da congregação de definir um espaço em terras catarinense, mas também um desejo do governo de estabelecer uma parceria com a congregação para o desenvolvimento da região local. Este cenário pesquisado ajuda a entender o panorama do final dos anos 1950 e início dos anos 1960 no campo educacional em Santa Catarina. Nesse contexto, também se faz necessário conhecer e analisar alguns aspectos do Plano de Metas do Governo (PLAMEG I) do governo Celso Ramos (SC, 1961-1966) que será de grande importância para entender alguns aspectos de crescimento do colégio.

Os cenários aqui elencados, associados às pesquisas na documentação do próprio colégio e ao diálogo com autores ligados à história da educação presente em livros e artigos em periódicos (citados nas tabelas anteriores) forneceram bases para a realização deste

trabalho que busca dialogar e problematizar as questões já mencionadas, com a documentação oficial da escola sobre a procedência do colégio que dialoga ao longo de uma narrativa histórica, realizada sob uma perspectiva qualitativa, a qual segundo Minayo (1994, p. 211):

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis.

Nesta pesquisa sobre a fundação e atuação do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima, haverá, também, destaque para o patrimônio histórico educativo presente em seu arquivo. Para entender a importância da preservação do patrimônio educativo no espaço escolar será efetuado um diálogo com os estudos produzidos pela Rede Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo (RIDPHE), na perspectiva apontada por Maria Cristina Menezes (2016, p. 11), para quem:

Patrimônio Histórico Educativo traz com ele a ‘sedução do arquivo’. Reunir manuais escolares, mobiliário e material de ensino, documentos escritos manuscritos e impressos, em instituições escolares ou em espaços criados para a guarda e a difusão da cultura escolar, representa o início de tantos projetos acadêmicos, que trazem o envolvimento de investigadores e grupos comprometidos com a preservação da memória e da cultura que a sustenta [...].

No tratamento de objetos de arquivo como formas de patrimônio, o diálogo também contemplará a questão dos arquivos escolares e, para isso, movimentará com os estudos de João Paulo Gama Oliveira e Eva Maria Silveira Alves (2020), Chaloba e Cunha (2014), Silva (2022) cujos estudos contemplam o ato de salvaguardar e preservar os documentos patrimonializados.

Esta dissertação, precedida de uma introdução, onde estão indicados os objetivos, as fontes, e a uma revisão bibliográfica (Estado da Arte) que ratifica a demarcação teórico-metodológica a ser utilizada, está organizada em três capítulos e finalizada por considerações gerais, como descrito a seguir. No primeiro capítulo, que apresenta como título ‘As irmãs salvatorianas e a fundação do Colégio Nossa Senhora de Fátima: trajetória e atuação no bairro do Estreito, em Florianópolis/SC (1958 a 1968)’, será apresentado um recorte dos primeiros dez anos de fundação do colégio. Além de como foi constituído, saindo das primeiras salas de madeira, nos fundos da paróquia Nossa Senhora de Fátima até chegar no atual endereço, na rua Afonso Pena. Neste capítulo parte da documentação do colégio estará em diálogo com autores que contribuíram para o entendimento do cenário da época, o crescimento da cidade, do bairro

e as possíveis parcerias da comunidade com a irmãs salvatorianas, por exemplo, os estudos de Iaponan Soares (1991) e Eliane Veras da Veiga (2008) que estudam a cidade e sua educação.

O segundo capítulo trata da estrutura educacional do Colégio Nossa Senhora de Fátima e quais eram os propósitos das irmãs salvatorianas em relação à educação na época do período investigado. Partiu-se da visão sobre educação, na qual o Brasil estava inserido entre os anos de 1958 e 1968, em interlocução, especialmente, com dissertações e teses produzidas sobre o tema onde aparecem diálogos na perspectiva do conceito de representação com autores como, por exemplo, Roger Chartier (1989), para quem

As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como não o são as categorias intelectuais e psicológicas; todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as figuras que as representam.(p.27)

Sendo assim, em tal capítulo o trabalho debruçou-se sobre documentos escritos e fotografados, que compõem o arquivo histórico do colégio para pensar na organização e importância destes documentos para a memória das escolas católicas.O diálogo com Nóvoa (1999)neste capítulo vai auxiliar a refletir sobre a cultura escolar como análise de fatores internos da escola como: relações de poder, processos decisórios, cultura da escola etc.

Por fim, o terceiro capítulo tem como objetivo compreender não só o conceito de patrimônio histórico-educativo, mas verificar e entender como estes artefatos e documentos estão sendo guardados e utilizados, visando a salvaguardar a história da instituição. O diálogo teórico-metodológico contemplará questões relativas à memória e ao patrimônio histórico-educativo com autores como: Silva (2022), Cunha (2016), Menezes (2016), Oliveira (2020), Alves (2020), Vasconcelos (2010), que sintetiza esta proposta ao escrever:

As pesquisas na história da educação têm características que remetem à união de dois campos distintos (...) juntas permitem a investigação desse campo de conhecimento revelando aspectos significativos tanto para a educação como para a história. (Vasconcelos, 2010, p.23)

Assim, esta pesquisa tem como base o histórico-documental, buscando dialogar com o Patrimônio Histórico-Educativo pela análise dos documentos escritos e o cruzamento com fontes bibliográficas, os quais foram considerados fundamentais para conhecer esta trajetória do Colégio Salvatoriano. Nessa pesquisa, portanto, não houve investimento nos patrimônios edificadas e tampouco nos artefatos encontrados no arquivo do Colégio Nossa Senhora de

Fátima. Trata-se, enfim, de uma pesquisa documental ligada ao desenvolvimento da educação catarinense e cuja história poderá servir de incentivo a muitas outras instituições e profissionais da educação a problematizar as conjunturas históricas que se relacionam na formação desses espaços. Assim, a partir da consulta sistemática ao arquivo documental da instituição, pensou-se, igualmente, em propor ações para a construção de uma política arquivística mais estruturada, na própria instituição de ensino.

CAPÍTULO 1

1.1 AS IRMÃS SALVATORIANAS E A FUNDAÇÃO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA: TRAJETÓRIA E ATUAÇÃO NO BAIRRO DO ESTREITO, EM FLORIANÓPOLIS/SC (1958 A 1968)

1.1.1 Irmãs Salvatorianas: da Alemanha ao Sul do Brasil

Quero bradar um tríplice Aleluia, a fim de despertar alegria em vossos corações. Aleluia pelo passado! Aleluia pelo presente! Aleluia pelo futuro! Madre Maria dos Apóstolos (IRMÃS DO DIVINO SALVADOR, 2006, p. 28).

A citação acima, da madre Maria dos Apóstolos⁴ simboliza o início, a trajetória de um jovem padre alemão chamado João Batista Jordan que, na metade do século XIX, fundou a Sociedade Apostólica Instrutiva, no dia 8 de dezembro de 1881, em Tívoli, cidade próxima a Roma. Mas onde o Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima entra nessa história? O colégio é mais uma iniciativa, uma obra da Congregação das Irmãs do Divino Salvador, braço feminino da Sociedade do Divino Salvador, que inicialmente tinha o nome de Sociedade Apostólica Instrutiva.

Para analisar as circunstâncias do surgimento do colégio e conhecer a sua origem, far-se-á uma narrativa histórica sob uma perspectiva qualitativa. Para Minayo (2012, p. 622):

Fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, em uma perspectiva em que esse tripé se condicione mutuamente: o modo de fazer depende do que o objeto demanda, e a resposta ao objeto depende das perguntas, dos instrumentos e das estratégias utilizadas na coleta dos dados. À trilogia acrescento sempre que a qualidade de uma análise depende também da arte, da experiência e da capacidade de aprofundamento do investigador que dá o tom e o tempero do trabalho que elabora.

Nessa perspectiva de pesquisar sobre o processo de criação do colégio, é necessário ver-se alguns aspectos da identidade da congregação salvatoriana, partindo da análise de alguns arquivos nos quais constam algumas referências sobre sua criação. Entender a identidade de um grupo social associa-se a conhecer a sua memória. Por sua vez, essa identidade está ligada à história, que é uma narração dos processos históricos. Esses, na maioria das vezes, podem ser

⁴ Madre Maria dos Apóstolos é a cofundadora da Congregação das Irmãs do Divino Salvador (1888). Livro ‘Relatos de vidas: 1936-2004’ (IRMÃS DO DIVINO SALVADOR, 2006, p. 25).

contados a partir dos registros feitos no passado e encontrados pelo pesquisador. A história é uma (re)construção do passado a partir dos elementos deixados por homens e mulheres. Para se manter viva, a memória das pessoas deixa registros, rastros que permitam que a lembrança esteja sempre presente, mas é tarefa do historiador “[...] transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem-nome, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados” (GAGNEBIN, 2006, p. 47).

O livro ‘Jordan: um jovem sob o fogo do espírito’, escrito por Milton Zonta⁵(2016), traz indícios da identidade da congregação e descreve a história do seu fundador. Tal obra, que carrega um tom comemorativo e laudatório, faz parte do acervo bibliográfico abrigado pela biblioteca do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima.

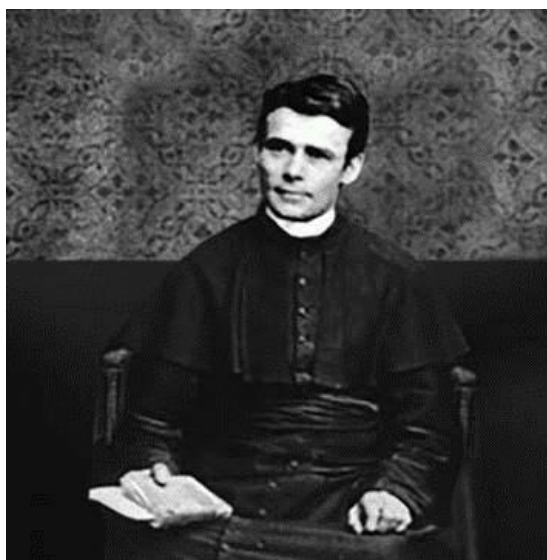
De acordo com a publicação, o padre Francisco Maria da Cruz, fundador da congregação salvatoriana, nasceu em 16 de junho de 1848, em Gurtweil, na Alemanha. Pertenceu a uma família católica e seu nome de batismo era João Batista Jordan. Teve uma vida simples e, com a perda do pai, precisou assumir junto com os irmãos a responsabilidade do sustento da família. Com 26 anos iniciou seus estudos universitários em Friburgo (ZONTA, 2016). Paralelamente fez a sua formação no sacerdócio, quando no dia 21 de julho de 1878, foi ordenado sacerdote, em Döttingen, na Suíça e, no dia 25 deste mesmo ano, realizou sua primeira missa.

No século XIX as transformações culturais, técnico-científicas e industriais provocaram mudanças na sociedade, o que, segundo Zonta (2016), padre Jordan denominava como “sinais dos tempos”, que o desafiaram a fundar a congregação. A Revolução de *Kulturkampf*, (luta pela cultura) - dirigida por Otto von Bismark - contra o Zentrum (Partido Católico do Centro), provocou tensões sociais e pressões do Estado contra a igreja, marcando também a sua vida e a sua trajetória vocacional. A revolução cultural foi caracterizada pela perseguição às congregações religiosas, quando foram forçadas a fechar as portas e sair da Alemanha (ZONTA, 2016). Ainda de acordo com Zonta (2016), os congressos católicos, na contramão de todo esse contexto, emergiram como uma atividade apropriada para unir forças, buscar meios e estratégias para fazer a defesa da igreja, os quais influenciaram a organização das ações evangelizadoras da época. Foi com o sentimento de fazer parte de um momento importante para os grupos católicos que Jordan e seus amigos tomaram a decisão, no dia 8 de dezembro de 1881,

⁵ Milton Zonta: religioso, membro da Sociedade do Divino Salvador e atual superior-geral da congregação em Roma, Itália e autor do livro ‘Jordan: um jovem sob o fogo do espírito’, que conta a trajetória de vida de João Batista Jordan, publicado pela editora Salvatorianos (ZONTA, 2016). Por ser um membro efetivo na congregação tende a ter uma visão mais positiva da vida do padre Francisco da Cruz Jordan.

de fundar a Sociedade Apostólica Instrutiva, na Capela de Santa Brígida, em Roma. Assumiram oficialmente o compromisso de membros de 1º grau, com a tarefa de animar e coordenar as atividades da Sociedade Apostólica Instrutiva(ZONTA, 2016).

Fotografia 3 - Padre Francisco Maria Jordan na época da fundação da congregação
(1881)



Fonte: Acervo do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima (1980).

A Sociedade Divino Salvador, segundo fontes oficiais que se encontram em uma pasta no arquivo do colégio⁶, atingiu grupos nos cinco continentes e tinha como objetivo a união de culturas, sem negá-las ou uniformizar-elas, ampliando a capacidade de pensar sobre as questões atuais e de interagir com o mundo, conforme o livro ‘Relatos de vida: 1936-2004’, de autoria das irmãs da província de Santa Catarina (2006). Na missão de mediar a educação desses grupos, acreditava-se que as escolas seriam um meio importante de incentivar a busca da fé, do conhecimento e o protagonismo de líderes cristãos. Segundo Boesing⁷ (2014), padre Jordan costumava dizer que muitas pessoas se perdem na vida por falta de instrução e a importância de fazer da educação um meio de também, evangelizar, pois as escolas constituem, hoje em dia, o meio de propagar a fé. A sociedade inicialmente era composta somente por homens, que no decorrer dos encontros perceberam a necessidade de ter também mulheres à frente desse movimento.

⁶ No colégio há um arquivo com várias pastas, entre elas aquelas onde consta uma boa parte das referências bibliográficas da vida e obra do padre Jordan.

⁷ Padre salvatoriano Arno Boesing, juntamente com uma equipe provincial, traduziu e organizou, com aval da Congregação Interprovincial Salvatoriana, a terceira edição do ‘Diário espiritual de Padre Jordan’(2014).

Dentro deste contexto emerge a figura de uma jovem baronesa alemã, Teresa von Wüllenweber, que com 15 anos foi estudar no internato das irmãs beneditinas em Liège, na Bélgica. Segundo Zonta, Teresa teria passado por outras congregações sem realizar seu ideal missionário, até que na Páscoa de 1882 chegou às suas mãos o jornal ‘O Missionário’, e foi lendo o periódico que ela demonstrou interesse em conhecer a sociedade (ZONTA, 2016).

No dia 5 de setembro de 1882, Teresa von Wüllenweber fez os votos privados na sociedade, tornando-se a primeira mulher leiga recebida oficialmente como membro de 1º grau da Sociedade Apostólica Instrutiva, nomeada como cofundadora das Irmãs do Divino Salvador e foi a sua primeira superiora-geral. Em novembro de 1888 recebeu o hábito religioso e o nome de madre Maria dos Apóstolos. Marcou-se, nesse momento, o início do braço feminino da sociedade, dedicando-se às obras apostólicas. Inspirada em Maria, mãe de Jesus Cristo, começou a organizar e formar jovens mulheres na vida apostólica por todo o mundo, primeiramente em Tívoli, e depois em Roma, onde se estabeleceu a sede da congregação. Após 15 anos de fundação, já contava com 152 membros e 21 casas espalhadas pela Europa, Ásia e América do Sul. Em 1936, um grupo de irmãs missionárias chegou ao Brasil (ZONTA, 2016).

Fotografia 4 - Madre Maria dos Apóstolos (Teresa von Wüllenweber, 1888)



Fonte: Acervo do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima (1980).

Na sala dos arquivos do colégio, também há registros da época da chegada das primeiras irmãs salvatorianas no Brasil. Este material agregado ao arquivo, com vistas a contar a história da congregação, constrói uma narrativa épica e exitosa como é comum nas congregações religiosas, em escritos dessa natureza.

Nos documentos que foram encontrados nos arquivos do colégio e no livro ‘Relatos de vida:1936-2004’, de autoria das irmãs da província de Santa Catarina (2006), está registrado que fora enviado para o Brasil um grupo de cinco irmãs salvatorianas no ano de 1936. Ainda nas páginas do livro consta que havia a necessidade das comunidades, no interior de Santa Catarina, de ter um maior número de religiosos, para atender as comunidades afastadas, surgindo a possibilidade de crescimento da Congregação Salvatoriana, agora no Brasil. Lançava-se, assim, um horizonte de expectativas (KOSELLECK, 2006) na ampliação da missão salvatoriana em outras terras, com diferentes línguas e culturas. A congregação partia em direção ao novo, em terras brasileiras, sem saber o que de fato iria encontrar. Sendo assim, refletindo com o olhar de Koselleck (2006, p. 311), quando ele afirma que “[...] horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado”.

Segundo outra obra encontrada no arquivo da instituição, “[...] em finais do século XIX, com as dificuldades enfrentadas pela igreja e pelas ordens religiosas na Europa, a migração de religiosos para a África e a América Latina constituiria uma oportunidade para fugir das ameaças ideológicas e perseguições” (IRMÃS DO DIVINO SALVADOR, 2006, p. 31). Esta ordem religiosa teve a iniciativa de organizar, sobre a atuação em Santa Catarina das irmãs salvatorianas uma coletânea “[...] para que fosse possível conhecer a história da congregação por meio das memórias individuais e coletivas de leigos e religiosos” (IRMÃS DO DIVINO SALVADOR, 2006, p. 15). Trata-se, enfim, de uma produção, baseada em registros memoriais guardados pela tradição religiosa que, além de dar a conhecer a história da congregação, promoveu a valorização da obra das irmãs e da religião católica em si.

Outro questionamento para este olhar mais incisivo a este material advém do fato do livro ter sido escrito com fontes oriundas, como descrito acima, de memórias individuais e coletivas de leigos e religiosos e por este motivo importa considerar o que escreve (LE GOFF, 1990, p. 426), sobre a memória individual que não consegue armazenar todos os acontecimentos passados e que mesmo sendo “[...] um dos meios fundamentais de abordar o tempo e a história [...] está ora em retraimento, ora em transbordamento”.

Conforme consta no livro ‘Relatos de vida: 1936-2004’ (IRMÃS DO DIVINO SALVADOR, 2006), o contexto no Brasil no ano de 1936, com o governo de Getúlio Vargas, ainda era favorável para a vinda das irmãs saindo da Alemanha, em razão da inserção no cenário sociopolítico da criação das associações católicas. Esta condição, associada a mais dois fatores, foi determinante para a vinda das primeiras irmãs: o desejo da congregação em Roma de expandir a ordem e a carta enviada pelo Dom Daniel Hostin, então bispo da diocese de

Lages/SC. Tal religioso solicitou a vinda de um grupo de irmãs salvatorianas e mais dois padres, para ajudarem na área da educação e na igreja. Segundo seu pedido, a igreja local precisa de mais padres para evangelizar, pois era uma meta a ser alcançada pela igreja católica. Foi então que, no fim de 1936, a direção da congregação em Roma decidiu enviar, da Alemanha, as primeiras cinco irmãs mais dois padres salvatorianos (IRMÃS DO DIVINO SALVADOR, 2006). Ainda consta no livro que o “envio” das irmãs missionárias foi na capela da Casa Mãe, em uma cerimônia simples e fraterna, presidida pelo padre Pancrácio Pfeiffer, superior-geral dos salvatorianos. Ele entregou às cinco irmãs à cruz das missões e dirigiu-lhes, entre outras, as seguintes palavras:

Vocês vão agora a um país distante, do qual não conhecem usos, nem costumes, nem língua. Mas uma língua se conhece e se entende em todo lugar: é a língua do amor. Sirvam-se dela em toda parte e serão compreendidas [...] Deveis reproduzir a imagem fiel do Salvador em vossas vidas e nos vossos trabalhos, sermão silencioso, mas eloquente do imenso, puro e misericordioso amor do Salvador (IRMÃS DO DIVINO SALVADOR, 2006, p. 39).

No dia 13 de novembro de 1936, acompanhadas pela então superiora da província alemã, as cinco primeiras irmãs salvatorianas destinadas ao Brasil se dirigiram a Hamburgo para embarcar no navio Monte Pascoal. Eram elas: Colonata Ackermann, Ehrenfrieda Hölscher, Philipp Stieber, Renata Herold e Ludolfa Boch.

Fotografia 5 - As primeiras irmãs salvatorianas vindas para o Brasil



Fonte: Acervo do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima (2021).

No dia 3 de dezembro de 1936 o navio Monte Pascoal aportou no Rio de Janeiro, onde parou por pouco tempo, somente o necessário para conhecerem os padres salvatorianos e receberem as primeiras orientações em terras brasileiras. No dia 6 de dezembro, partiram em direção ao Sul do país, chegando a Santa Catarina em 8 de dezembro, no porto de São Francisco do Sul. De lá, partiram para a região de Perdizes (atual Videira/SC), onde começaram as novas funções, auxiliando a comunidade local e a igreja (IRMÃS DO DIVINO SALVADOR, 2006).

De acordo com o arquivo do colégio, nos anos seguintes vieram outros grupos de irmãs que foram estabelecendo seu campo de missão nos estados de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do Paraná. A província das irmãs salvatorianas teve a sua sede em Lages/SC, e as religiosas atuavam em 48 comunidades distribuídas em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Moçambique na África.

1.1.2 Irmãs Salvatorianas na comunidade do Estreito, em Florianópolis/SC

No bairro Estreito, na parte continental de Florianópolis, encontra-se o santuário Nossa Senhora de Fátima, onde podemos dizer que está o berço do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima. Esse bairro, atualmente, tem uma boa estrutura, com inúmeras opções de empreendimentos comerciais, educacionais, de saúde e de lazer. Mas nem sempre foi assim. No fim dos anos 1950, momento de chegada das irmãs, qual era o cenário local? O que chamou a atenção das irmãs para saírem do interior de Santa Catarina e se estabelecerem ali?

Aqui é necessário voltar para parte do passado do bairro Estreito. Quais foram os fatos que marcaram aquela época nesta região? São outras visões do passado e não só aquilo que se encontra nas narrativas históricas institucionais, que tendem a construir discursos idealizados e elogiosos sobre o tempo que já passou. Nesse caso, quando se estuda a história do bairro, pode-se perguntar: por que é importante estudar o passado do bairro para entender o estabelecimento das irmãs salvatorianas no espaço? Qual foi o motivo da escolha das irmãs por este bairro? Havia outras escolas ali? Com que recursos o colégio foi criado e ampliado?

Tomando estas perguntas como um norte, o presente trabalho será feito a partir da problematização de alguns documentos guardados, tanto da Igreja Nossa Senhora de Fátima quanto no próprio arquivo do colégio. Na perspectiva de Cunha (2011, p. 239):

A tarefa do historiador, aqui, consiste em problematizar estas fontes por meio de um ato significativo de interpretação, 'o de quem a preserva para o futuro, tanto quanto o de quem a recupera para o presente' para descobrir outros mundos possíveis e deles extrair um universo mental e material[...].

Assim, debruça-se sobre o passado para tentar compreender a atual formação do bairro Estreito, a sua importância histórica, não apenas para Florianópolis como também para a expansão da congregação salvatoriana na capital catarinense.

Nas narrativas do padre Quinto Davide Baldessar, que se encontra no livro ‘Estreito: vida e memória’(SOARES, 1991), é possível estabelecer um provável cenário do bairro. Ele descreveu a sua visão do Estreito assim que chegou: “Foi nos meados da década de 1930 que conheci o Estreito. Eram duas estradas, uma do sul para o norte, outra do norte para o sul, que faziam cruzamento na atual esquina da rua Santos Saraiva” (SOARES, 1991, p.42). Ainda segundo o autor, ao longo das estradas, havia casas modestas e pouco comércio que o formavam.

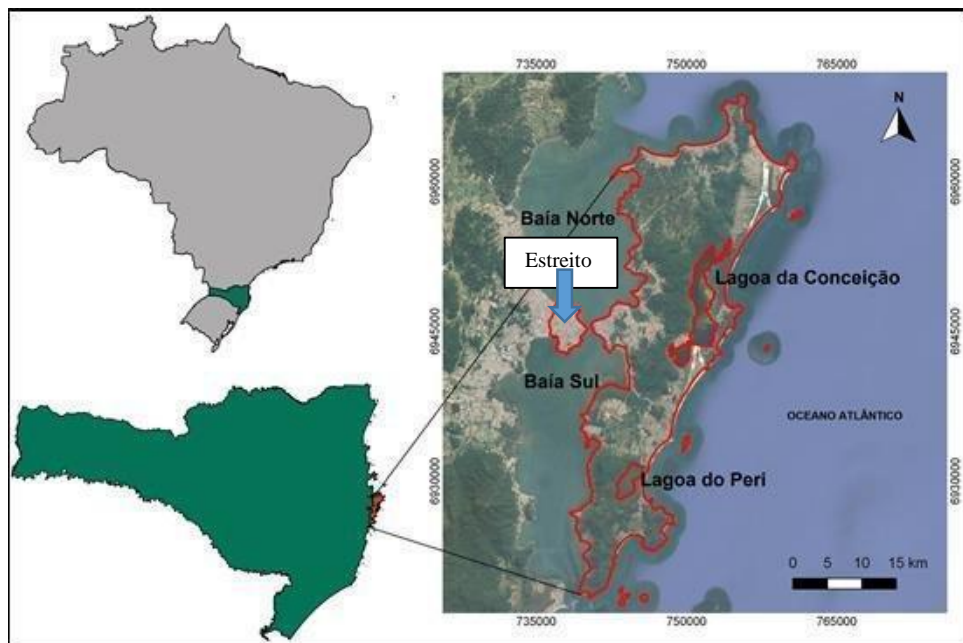
O Estreito pertencia então ao município de São José, entre 1930 e 1943, e passou a se chamar Distrito de João Pessoa, em homenagem ao candidato a vice-presidente da chapa de Getúlio Vargas (SOARES, 1991, p.32). Nessa época, o acesso à ilha era feito por pequenas embarcações e todos que se deslocavam para a capital por via terrestre deveriam passar por São José ou lá pernoitar, pois nos dias de vento sul, a travessia não poderia ser feita. Isso ocorria, por exemplo, com os comerciantes de gado, que deixavam seus impostos em Barreiros e muitas vezes aguardavam melhorar as condições climáticas para fazer a travessia do gado em direção à ilha.

Somente entre 1924 e 1925, com a construção da ponte Hercílio Luz, o Estreito passou a ter as primeiras ruas (CORRÊA, 2004).

Seu desenvolvimento foi feito a partir da abertura de loteamentos de fazendas existentes no local. O primeiro deles, iniciado no início da década de 1930, de propriedade do ex-governador Fúlvio Aducci, foi o loteamento Pasto do Gado, que mais tarde passou a ser conhecido por Balneário do Estreito, [...] a praia era aproveitada para banhos sendo a primeira de Florianópolis para este fim, principalmente durante a década de 1940 e meados de 1950 (CORRÊA, 2004, p. 324).

Na década de 1950 houve um crescimento abrupto e sem planejamento de infraestrutura. Além do crescimento do comércio, das moradias e do desenvolvimento dos meios de transporte, o bairro ficou conhecido como a primeira praia de banho de Santa Catarina, antes mesmo de Camboriú e Canasvieiras. Após a construção da ponte é que os jornais passaram a noticiar a procura dos banhistas pelas praias continentais, fazendo delas um ponto de encontro dos amigos e das famílias. Pessoas, como o político catarinense Aderbal Ramos da Silva, costumavam frequentar a sede social do balneário antes mesmo de tornar-se governador (SOARES, 1991).

Figura 1 - Localização de Florianópolis/SC e do bairro Estreito



Fonte: Lima e Bonetti (2019, p. 126).

Figura 2 - Localização do bairro Estreito em Florianópolis/SC



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis (2022).

Fotografia 6 - Ponte Hercílio Luz vista do Estreito (década de 1950)



Fonte: Arquivo/Casa da Memória (2021).

Veiga (2010) em suas observações sobre o processo de ocupação, expansão e transformação urbana na cidade de Florianópolis afirma que o tratamento e a urbanização desses espaços, no fim dos séculos XIX e XX, aconteceram como aumento da população urbana e o aparecimento de novas técnicas construtivas.

[...] Elevações, riachos, várzeas e pântanos constituíam empecilhos para o avanço urbano, que evitou-os até poder conquistá-los, através de grandes obras de engenharia. [...] Margens e marinhas vazias de outrora fizeram-se áreas densamente ocupadas, valiosas e seguidamente aterradas para atender aos cais, às novas edificações, à circulação e ao lazer e convívio urbanos (VEIGA, 2010, p. 91).

Para chegar até a ilha, também era possível utilizar o ônibus, que tinha pontos de saída do Estreito e de Coqueiros, outro bairro continental. O Estreito, então, foi local de passagem aos que se destinavam à capital. Em uma coluna do jornal ‘O Estado’, da década de 1960, o fator que acarretou esse crescimento foi a implantação das linhas de ônibus, como é citado nesta reportagem:

A partir da inauguração da ponte, começam a circular os primeiros ônibus, popularmente conhecidos como ‘Maria Fumaça’, e a população passou a dispensar gradativamente a carroça, a charrete e o bondinho. Os primeiros registros de ônibus junto à prefeitura de Florianópolis datam do ano de 1939 (O ESTADO, 1976, p. 5).

Na década de 1930, o bairro viu surgir aos poucos a Igreja Nossa Senhora de Fátima, no alto de uma colina, com visão aberta para o mar. A construção começou em 1938 e ficou pronta

em 1945. Segundo Soares (1991), no fim do século XIX, local em que os católicos realizavam suas orações no Estreito era aos pés de uma cruz, à margem esquerda da travessia do continente para a ilha. No ano de 1902, naquele mesmo lugar, foi construída uma pequena capela, que ficou pronta em 1904 e foi dedicada ao Senhor Bom Jesus dos Aflitos. Como consta nos arquivos da Arquidiocese de Florianópolis, em 1919 foi apresentada à Cúria Metropolitana uma planta, com aumentos a se realizarem na Capela do Senhor Bom Jesus dos Aflitos.

Mas, com o crescimento do bairro Estreito, os membros da igreja católica da comunidade sentiram a necessidade de ampliar a capela, no entanto o terreno atual já se encontrava pequeno para uma obra maior. A solução encontrada foi procurar um novo local. Frente a necessidade, no dia 20 de maio de 1937 foi nomeada pela cúria metropolitana de Florianópolis uma comissão destinada a angariar fundos necessários à construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Fátima e Santa Teresinha. A pedra fundamental da nova igreja foi lançada no dia 9 de agosto de 1938, tornando-se um evento, que contou com diversas autoridades políticas e religiosas, estando presente um bom número de fiéis, gerando uma repercussão na imprensa e na população da época (Arquidiocese de Florianópolis).

O local escolhido para a nova sede da paróquia de Nossa Senhora de Fátima, foi no alto de um morro, atual localização. A igreja recebia ajuda da cúria metropolitana de Florianópolis, mas também fazia as suas atividades, como: batizados, casamentos, comunhão ou crisma realizados em outras igrejas. Os vigários e bispos viam a oportunidade, assim, de angariar fundos para dar início à construção. Nesse período, nem todos da comunidade estavam a favor da mudança de endereço: frei Felisberto, membro da comunidade, por exemplo, precisou “fazer ouvidos surdos e olhos cegos”, evitando reagir às oposições e hostilidades. O vigário, então, agiu com diplomacia para conseguir tocar as obras. Em 1957, os padres Ernesto Pretti e Raul de Souza assumiram a administração da igreja (SOARES, 1991).

Fotografia 7 - Igreja Nossa Senhora de Fátima (década de 1950)



Fonte: Soares (1991, p. 53).

A paróquia Nossa Senhora de Fátima, do Estreito, desde a sua criação, não contava com o trabalho de nenhum grupo de religiosas, nenhuma congregação havia iniciado residência no bairro. No jornal 'A Voz do Estreito', de dezembro de 1982, encontra-se um relato do contexto da paróquia no ano de 1958:

Mas, em 1958, precisamente no dia 08 de fevereiro iniciam sua caminhada na paróquia, as Irmãs Salvatorianas, tendo na época como Superiora Provincial Irmã Consilia Ortmanr, sendo o Arcebispo Metropolitano, D. Joaquim D. de Oliveira, vigário da paróquia o Padre Ernesto Pretti, vêm com o propósito de colaborar na pastoral catequética e litúrgica, bem como iniciar um trabalho de pastoral educacional. Assim, ocupando inicialmente as dependências de uma casa de madeira que havia 'nos fundos' da Igreja, as Irmãs: Veronica Cendron, Bonavita Strohmaier e Geralda Boesing, dão os primeiros passos que irão, mais tarde, se transformar no Colégio Nossa Senhora de Fátima. Assumindo a direção do então 'coleginho' a Irmã Veronica Cendron e auxiliada pelas professoras, Irmãs: Eugênia, Otilia Matias, Matilde Vieira e Lúcia Granville. [...] É um acontecimento que a todos nos ufana. Possuir um colégio de orientação religiosa é uma graça que a poucos é dada. Por isso, queremos parabenizar toda Congregação das Irmãs Salvatorianas e dizer-lhes um 'muito obrigado' por todo o bem que já fizeram no campo educacional e pastoral em nossa comunidade paroquial e almejar que Deus continue derramando suas graças sobre esta Instituição Religiosa para que continue 'semeando para humanizar' (JORNAL A VOZ DO ESTREITO, 1982, p. 18).

Assim, emergiram as primeiras manifestações da chegada das irmãs salvatorianas na comunidade do Estreito, como referência de educação católica na parte continental de

Florianópolis. Conforme consta no livro de Cruz(2008), ‘Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima: 50 anos aprendendo a Ensinar e Ensinando a Viver’⁸, a paróquia Nossa Senhora de Fátima, tinha uma necessidade de ter na comunidade uma pastoral também na área da educação, ampliando o espaço de evangelização.

A ampliação deste espaço de evangelização faz um diálogo que expõe Seidl (2014, p. 26): “Se a *Igreja é um mundo*, [...], ela também *está* no mundo. Mais do que isso, está em diversos mundos, altamente diversificados do ponto de vista histórico, cultural, político, geográfico e, obviamente, religioso”. Sendo assim, as congregações como exemplos da diversidade católica, influenciaram muito “[...] na dinamização do espaço cultural por meio da criação de instituições de ensino: escolas, conventos, mosteiros, seminários, [...]” (SEIDL, 2014, p. 26).

É importante compreender o contexto da educação no Brasil no recorte temporal que a pesquisa abrange, que vai do ano da criação, em 1958, até o fim dos primeiros dez anos da instituição. Como ressalta Dallabrida (2001), a cultura escolar católica pode ser considerada como reflexo das ordens e congregações católicas que imigraram para o Brasil, especialmente desde o fim do século XIX, sempre marcadas pela internacionalização de seus quadros, em uma ocasião em que o catolicismo empreendia intensa expansão mundial, particularmente na África e América Latina, como parte integrante do processo neocolonial europeu.

Segundo Alves (2005), no fim do século XIX e nas primeiras décadas deste século, foram fundadas no Brasil, muitas congregações religiosas, especialmente as dedicadas à educação escolar de crianças e jovens. Ainda segundo Alves (2005), pela Constituição de 1937, passa a ser possível a destinação de recursos financeiros do erário para a manutenção da escola particular e confessional. Mas, com o tempo, esse recurso começou a ficar comprometido por questões de ordem econômica. Tal escassez de recursos contribuiu para a evolução de ideias e na relação entre a escola católica, a educação nacional e o estado brasileiro.

A organização da escola católica também alterou os seus rumos de modo mais acelerado, desde então. A educação católica passou por diferentes fases e transformações, ocorridas principalmente pós-guerra em 1945, quando as escolas católicas no Brasil eram norteadas pela Associação de Educação Católica do Brasil (AEC) e, com isso, diferenciavam-se de outras instituições privadas destinadas ao ensino (MOURA, 2000).

⁸ O livro ‘Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima: 50 anos aprendendo a ensinar e ensinando a viver’ é uma obra escrita por um professor do colégio em razão da comemoração dos 50 anos do colégio, no ano de 2008. CRUZ, J. J. **Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima: 50 anos aprendendo a ensinar e ensinando a viver**. Florianópolis: CSNSF, 2008.

Para Alves (2005), no início da década de 1960, a Lei nº 4.024, de 21 de dezembro de 1961 (LDB) veio dar às escolas mais autonomia na sua organização administrativa, disciplinar e didática, desafiando a escola católica a se reorganizar. Também a publicação de *Gravissimum educationis momentum* (1965) lançou novos desafios sobre a escola católica. Multiplicaram-se, por força dos fatores conjunturais, as experiências pedagógicas em diversas instituições educacionais católicas. Com a Conferência do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, na Colômbia, perguntando sobre a educação no continente e apresentando a educação libertadora como proposta alternativa aos modelos educacionais vigentes, o tradicional e o técnico-desenvolvimentista, a escola católica também se questionava. Durante a ditadura militar não houve possibilidade de se viabilizar a ruptura que a educação libertadora exigia, mas mesmo aos finais das décadas de 1960, outros ares já poderiam ser sentidos na educação católica, como a coeducação e certo afrouxamento das práticas religiosas em sala de aula. A igreja assume o trabalho de inserção nas comunidades pobres e a juventude católica assume compromissos sociais e políticos, fazendo diferença nas práticas educacionais.

1.1.3 Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima: fundação e constituição

Os relatórios anuais de 1958 até 1968 que se encontram nos arquivos no colégio foram tomados por registros que serviram de base para a investigação da formação escolar oferecida pelas irmãs salvatorianas - primeiramente junto com a paróquia Nossa Senhora de Fátima no bairro Estreito até chegar às instalações do seu atual endereço, na rua Afonso Pena, no mesmo bairro, em 1963. Os relatórios e outros documentos guardados no colégio registram a memória para a construção da escola e estão aqui, sob forma de uma representação da escola que se pretendia construir. O conceito de representação neste trabalho viabiliza um estudo que compreende que:

[...] não existe história possível se não se articulam as representações das práticas e as práticas da representação. Ou seja, qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação (CHARTIER, 2011, p.16).

Compreender a criação do colégio a partir do conceito de representação, baseado na perspectiva de Chartier (2011), parte do pressuposto de que as memórias registradas são produtos de representações das práticas e das relações entre as fontes com os indivíduos que as

produzem. Uma questão que gradativamente conduziu às buscas esteve relacionada com os aspectos financeiros: de onde vinha o dinheiro para as primeiras instalações e obras de ampliação do colégio, uma vez que na maioria dos registros parecia que tudo estava pronto esperando pelas irmãs?

Propõe-se, assim, analisar os diferentes documentos referentes à criação do colégio Nossa Senhora de Fátima, como relatórios, atas, textos, livros, jornais e fotos para melhor compreender seu processo inicial. Segundo registros que se encontram no livro ‘Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima: 50 anos e ensinando a viver’ (CRUZ, 2008), havia dois motivos para a vinda das irmãs salvatorianas para a comunidade do Estreito, em especial para a paróquia Nossa Senhora de Fátima: um deles seria a necessidade a qual a paróquia enfrentava de ter um grupo de religiosas para ajudar nas demandas paroquiais e até mesmo na pastoral educacional, uma vez que naquela época não havia escola religiosa no continente, somente na ilha.

Até a criação do colégio Nossa Senhora de Fátima, eram poucas as escolas na parte continental (SOARES, 1991): o bairro contava apenas com a pequena escola da dona Maria, que não tinha como atender a todos os estudantes em idade escolar. Então, no ano de 1934, foi criado o Grupo Escolar José Boiteux. Estas eram as duas instituições escolares no bairro, as demais encontravam-se em São José ou na ilha. Como a grande maioria da população não tinha recursos para o transporte até as escolas, muitos estudantes desistiram de estudar. Ainda segundo Soares (1991), em 1947 foi criado o Curso Normal Regional Haroldo Callado, no anexo do prédio do grupo escolar. Depois, no ano de 1971, com a implementação do plano estadual de educação, o grupo escolar e o curso normal foram transformados em Escola Básica José Boiteux.

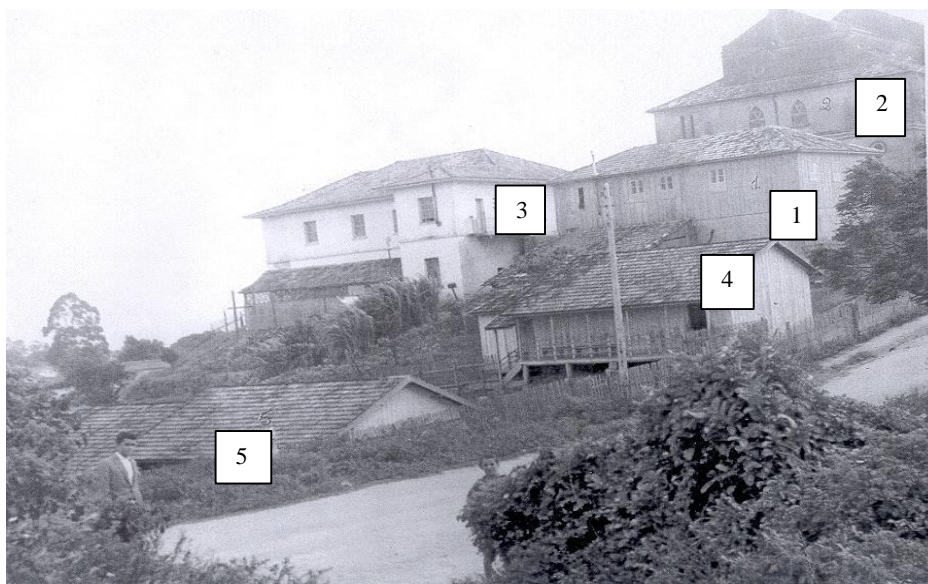
De acordo com Cruz (2008), um outro motivo que impulsionou a vinda das irmãs foi a necessidade da província de as irmãs salvatorianas de manter os estudos das religiosas, uma vez que no interior de Santa Catarina não havia como oferecer a continuidade da capacitação acadêmica daquelas irmãs. Em Florianópolis, havia a oportunidade das irmãs salvatorianas participarem do Curso de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário (CADES) e depois continuar outros cursos também na área da pastoral e da educação.

O padre Pretti recebeu as irmãs, dando-lhes o apoio necessário durante o tempo que ficou à frente da paróquia. Sob esta perspectiva de uma pastoral educacional, associa-se que a paróquia estava procurando outros modos de atingir a comunidade e sanar algumas necessidades de mais opções de evangelizar, pois “[...] a Igreja Católica passou a reinventar sua ação pastoral, procurando disseminar a ortodoxia romana” (DALLABRIDA, 2001, p.19).

A criação do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima iniciou a sua atuação em salas improvisadas no salão da paróquia, que ainda nem estava totalmente pronto, mas logo foi apressada a sua finalização, dividindo-o com uma parede de madeira, para formar duas salas. Assim, o colégio foi surgindo e sendo conhecido como o “coleginho”.

As Irmãs começaram morando em uma casa de madeira aos fundos da paróquia e [...] utilizavam a cozinha da nova casa paroquial, bem como o quarto da empregada, transformado em refeitório [...] em ‘pagamento’ as Irmãs ofereciam a alimentação dos dois Padres que trabalhavam na paróquia [...] em seguida as Irmãs construíram meia dúzia de salas de aula em galpões de madeira na parte de baixo dos fundos da matriz (SOARES, 1991, p. 53).

Fotografia 8 -Complexo de casas no terreno da paróquia Nossa Senhora de Fátima



1 Primeira residência das irmãs | 2 Igreja matriz | 3 Casa paroquial | 4 Parte administrativa | 5 Salas de aula
Fonte: Arquivo do Colégio Nossa Senhora de Fátima (1958).

Evidenciar estes aspectos e detalhes sobre a construção do colégio contribui para conhecer processos históricos a partir do olhar de um grupo de pessoas específico e permite avistar as representações que este grupo possui em relação a esses processos, ou seja, pode-se, ao menos, considerar as imagens que perpassam as suas memórias e foram guardadas em seus arquivos. Segundo Chartier (2009, p. 52), “[...] as representações não são simples imagens, verdadeiras ou falsas, de uma realidade que lhes seria externa; elas possuem uma energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado é, efetivamente, o que dizem que é”.

Em agosto de 1958 encontra-se, no arquivo do colégio, o processo de autorização para o funcionamento do curso primário que a irmã Verônica Cedron encaminhou para a Secretaria de Estado da Educação (SED/SC). Após aprovada essa requisição, saiu no Diário Oficial do

Estado, do dia 12 de agosto de 1958, a publicação do estatuto do colégio. O estabelecimento manteria sob o regime de externato os seguintes cursos:

a) Escola Normal, na qual estão anexos os cursos:

1. Jardim de infância (misto)
2. Pré-primário elementar (misto)
3. Primário elementar (misto)
4. Curso de admissão ao Ginásio
5. Curso Ginásial
6. Curso Colegial

No livro de ‘Inspeção Escolar nº 1’, arquivado no colégio, consta a primeira visita da inspetora escolar Jair Simões da Silva⁹, no dia 6 de novembro de 1958. Nesta ata, consta:

[...] a matrícula geral do colégio era de 257 alunos, sendo 152 do sexo feminino e 105 do sexo masculino, assim distribuídos: Pré-primário com 3 classes e 124 alunos, 1º ano com 2 classes e 95 alunos e o 2º ano com 1 classe e 38 alunos.[...] a escrituração do Livro de Matrícula e demais livros ao encargo da Direção, assim como dos livros de frequência, diários de lições [...] estava organizada com perfeição e escrupuloso cuidado no preenchimento. [...] a docência era constituída por cinco elementos, três pertencentes à Congregação Religiosa salvatoriana e duas do laicato: Aspirante Lúcia Maria Granville, Irmã Maria Eugênia, Professora Otília Matias, Professora Matilde Vieira e a Irmã Maria Celeste. [...] a disciplina era realmente muito boa, tanto nas aulas, como nos recreios.

A inspetora, após avaliar o trabalho nos diferentes setores, assim registrou as suas impressões: “[...] são realmente louváveis as conclusões de todas as minhas observações, referentes ao ensino no colégio Nossa Senhora de Fátima. [...] em vistas dessa boa ordem, a impressão geral é realmente boa, ou seja, francamente louvável”.

No livro de atas que está no arquivo do colégio, consta que na reunião pedagógica realizada no dia 14 de março de 1959, o corpo docente elencou algumas necessidades, entre elas a criação de outros espaços escolares, como a biblioteca e a associação de pais (LIVRO DE ATAS, 1959).

Naquele cenário, estes documentos produzidos no interior do colégio “[...] ganham estatuto de relíquia e, como tal, criam registros de memória que carregam traços e vestígios de vivências e práticas [...]. E permitem rastrear um determinado conjunto de códigos culturais neles inscritos[...]” (CUNHA, 2007, p.80-81).

⁹Jair Simões da Silva era o nome da inspetora escolar, embora seja um nome na maioria das vezes utilizado no masculino, aqui se refere à Inspetora.

A história nesta pesquisa é compreendida como uma prática social, na qual o passado reaparece no presente por meio da problematização dos documentos. Portanto, a história é vista como a arte de inventar o passado, assim como reflete o historiador Albuquerque Júnior (2007). Desta forma, o colégio iniciava a atuação no bairro Estreito, em Florianópolis e os vestígios deixados sobre aquele momento ajudam a ‘inventar’ uma história sobre aquele passado. Sendo assim, estes vestígios deixam entrever que o colégio crescia, mas a estrutura já estava pequena. No ano de 1963, o colégio passou a funcionar nas dependências da creche Lucília Hülse, na rua Aracy Vaz Callado. Mas, ainda no ano de 1963, foi lançada a pedra fundamental da atual sede do colégio, localizado na rua Afonso Pena, nº 1.264, no mesmo bairro do Estreito. O terreno foi doado pela mitra diocesana por intermédio da paróquia Nossa Senhora de Fátima. Com a ajuda econômica da paróquia, da comunidade e de alguns políticos, a primeira ala ficou pronta em 1966 (SOARES, 1991).

Segundo Cruz (2008), a irmã Maria Zarpellon foi a articuladora da arrecadação de fundos para a construção da obra, com a comunidade e os políticos da região. O país naquela época passava por um momento de incertezas sociais e políticas. Em 1964, o ano do golpe civil-militar, iniciou a ditadura civil-militar no Brasil. Segundo Dias (1989, p. 131), nessa época, Florianópolis, cidade pacata, onde “todos se conheciam”, vivia a dinâmica do capital:

A pesca artesanal e a agricultura estavam sob a influência de um frágil capital comercial acumulado mais localmente. Farmácias só existiam na área central da cidade e no Estreito, o bairro mais desenvolvido e para onde mais tarde deslocaram-se grande parte das oficinas, como comércio e autopeças, de material de construção, lojas e até repartições públicas.

O Brasil como um todo seria influenciado pelo novo sistema governamental que, em um segundo momento, buscou criar um conjunto de medidas que visavam a dissolver a crise econômica. No conjunto, a educação recebia um incentivo financeiro, pois em Santa Catarina, as matrículas, segundo dados do próprio governo estadual, eram de “[...] 150 por 1.000 habitantes no ensino primário e de 20 por 1.000 habitantes no segundo grau” (CRUZ, 2008, p. 30). Naquele período educar a nação era necessário, tanto para preparar a crescente população para o trabalho quanto para instruir a viabilização da ideologia do governo federal.

O planejamento em âmbito federal, impulsionou o Plano de Metas¹⁰ (PLAMEG I), no governo de Celso Ramos (1961-1965), em Santa Catarina. Para a orientação do desenvolvimento econômico, o governo federal, seguido pelos estados, aderiu a métodos e

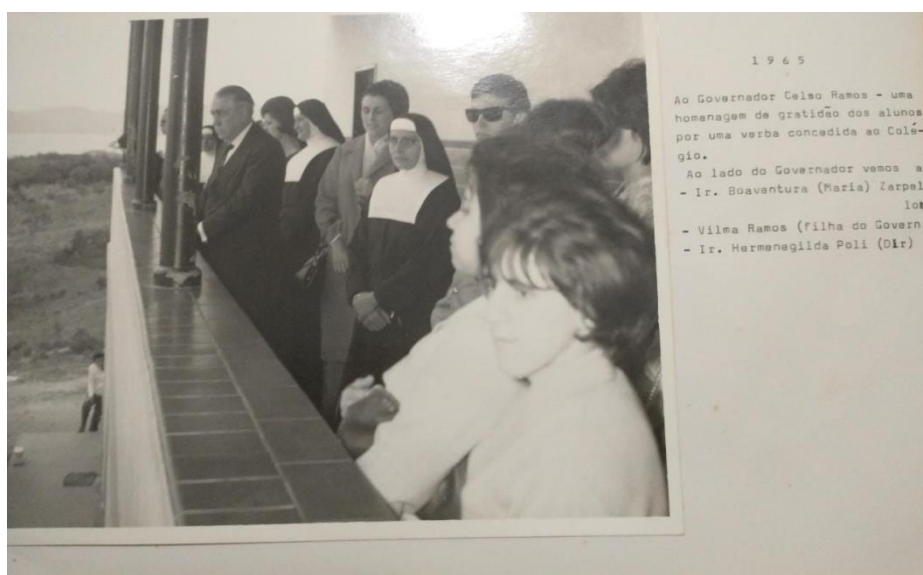
¹⁰ Com o objetivo de dar continuidade ao PLAMEG I (SC), em 1965, foi sancionada a Lei nº 3791, que dispôs sobre o Plano de Metas do governo para o quinquênio 1966-1970 (SCHMITZ, 1985).

técnicas racionais como forma de consolidar as atividades de planejamento (SCHMITZ, 1985). O PLAMEG I foi organizado a partir do ‘Documento básico do seminário socioeconômico’, realizado pela Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), em 1960, sendo que naquele momento Celso Ramos era o presidente, servindo aos interesses da plataforma de governo de sua candidatura ao governo do Estado. O objetivo de tal plano estava centrado na atualização de obras e serviços públicos ao desenvolvimento social e econômico do Estado. Para sua formulação e aplicação, foi criada uma autarquia, denominada gabinete de planejamento (SCHMITZ, 1985). Assim, o plano de metas do governo Celso Ramos representou a expectativa e a promessa de colocar Santa Catarina no rumo do desenvolvimento, notadamente no âmbito educacional, tal como anunciou o jornal ‘O Estado’ (1962, p. 1):

Com o PLAMEG, calcado na realidade mesma do Estado, levantado na base de consultas realizadas *in loco* aos mais diversos setores da opinião pública, tem, o Governo Celso Ramos, um instrumento de trabalho capaz de [...] promover, em ritmo acelerado, a recuperação econômica e social de Santa Catarina, permitindo um rápido desenvolvimento em todas as áreas geoeconômicas.

Em 1965, o colégio recebeu uma contribuição do governo Celso Ramos para ajudar na finalização da nova edificação. O próprio governador e sua filha, Vilma Ramos, foram convidados a visitar as novas instalações e receberam uma homenagem no colégio. Os estudantes acompanharam o início da visita, momento no qual todos estavam uniformizados e perfilados no pátio, como era o padrão social da época (CRUZ, 2008).

Fotografia 9 - Governador Celso Ramos, sua filha Vilma Ramos e as irmãs Maria Zarpellon e Alzira Poli



Fonte: Arquivo do Colégio Nossa Senhora de Fátima (1965).

Segundo Cruz (2008), o Colégio Nossa Senhora de Fátima tinha uma clientela composta de famílias da classe média, que buscavam resistir às dificuldades econômicas, políticas e sociais da época e, nesse sentido, na concepção daquela parcela da população, o colégio das irmãs era uma oportunidade de boa educação para os filhos. Crescia no país como um todo o espírito positivista conjugado ao nacionalismo. Além de estar ciente do seu papel de educar para formar cidadãos capazes de servir à pátria, a escola tinha o propósito de desenvolver nos estudantes um espírito cristão (CRUZ, 2008, p.32).

Desde sua efetiva fundação (1958) até os finais da década de 1960, pode-se argumentar que a instituição desenvolvia suas práticas de ensino próxima dos seus estudantes e familiares, seguindo a legislação vigente. No livro ata do dia 22 de agosto de 1964, constam as palavras da diretora, irmã Alzira Poli: “A escola, além da instrução, completa a educação do lar” (CRUZ, 2008, p.31) e tal afirmação confirma que o corpo diretivo entendia que a educação transcende à sala de aula.

Segundo o exposto acima, foi possível observar alguns aspectos dos processos históricos e políticos subjacentes à instalação do colégio Nossa Senhora de Fátima, na cidade de Florianópolis. Os quais estavam relacionados a contextos mais abrangentes, como as intenções da congregação em escala internacional e o momento político vivido no Brasil. As conjunturas locais, no qual agentes da comunidade, como moradores e políticos, tiveram papel relevante junto às irmãs salvatorianas na implantação e fixação da instituição no bairro Estreito. Mas, no que tange às práticas escolares desenvolvidas dentro do próprio colégio? O que os documentos abrigados no arquivo investigado permite problematizar? Tal temática será abordada a seguir. Pode-se perceber pelas fontes e imagens da construção do Colégio que desde o estabelecimento da congregação, as freiras mantinham uma rede de apoio de âmbito político expresso, por exemplo, pela presença do governador e sua filha nas obras iniciais e outras visitas posteriores, bem como da ajuda que o estado de Santa Catarina deu fornecendo operários para ajudar na construção obra. Também é importante reforçar o poder de organização e o empreendedorismo das freiras que conseguiram edificar o Colégio, apesar dessas dificuldades.

CAPÍTULO 2

2.1 A PROPOSTA EDUCACIONAL NOS ARQUIVOS DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

2.1.1 Cultura Escolar

A cultura escolar pode ser vista sob várias formas, alguns autores (NÓVOA; DEPAEPE; JOHANNINGMEIER, 1995; JULIA, 2001; FRAGO, 2000) serão mencionados e explicitados neste capítulo, para orientar as análises em torno das práticas internas e particulares de cada instituição escolar. Dessa forma, fez-se necessário dialogar como estes autores, para entender o que era **prescrito**¹¹ pela proposta educacional do Colégio Nossa Senhora de Fátima e que se caracterizava como sua cultura escolar.

Nóvoa, Depaepe e Johanningmeier (1995) mencionam que, paralelamente ao desenvolvimento dos estudos sobre a cultura escolar, houve uma preocupação com o nível *meso*¹² de intervenção e a construção de uma pedagogia centrada na escola-organização. Surgindo assim, uma nova dimensão epistemológica de análise, na qual iria considerar as especificidades contextuais e as características comportamentais de um grupo ou de uma pessoa.

Este tipo de abordagem para Nóvoa, Depaepe e Johanningmeier (1995) é importante, pois afirma que a utilização dos modelos de análise que enfatizam alguns conceitos políticos e simbólicos, como poder, conflito, interesses, controle ou regulação, auxiliam na compreensão da construção das estruturas de uma organização escolar. Uma vez que as organizações escolares estejam integradas em um contexto cultural mais amplo, elas também são produtoras de uma cultura interna, própria, na qual se encontram os valores e as crenças que os membros da organização partilham, diferenciando umas das outras (NÓVOA; DEPAEPE; JOHANNINGMEIER, 1995). A escola como objeto de estudo, apresenta certa complexidade, dada a presença de diversos elementos cambiantes, requerendo uma ponderação, sob os seus

¹¹ A cultura escolar prescrita, formada por textos normativos que definem conhecimentos a ensinar e comportamentos a inculcar, é apropriada pelas escolas na tessitura do fazer educativo, plasmando culturas escolares praticadas e singulares (FARIA FILHO *et al.* 2004). Neste trecho, pode-se notar que os autores dialogam com o conceito de Cultura Escolar Prescrita elaborado por Dominique Julia.

¹² Na educação e no sistema educativo, há intervenção de diversas variáveis que contemplam os seus diversos níveis de intervenção, com mais ênfase nos níveis micro e macro. Mas, já há uma valorização do nível *meso* de intervenção, o que significa ter mais preocupação com o estudo da escola e dos traços que a caracterizam enquanto sistema e organização (NÓVOA; DEPAEPE; JOHANNINGMEIER, 1995).

diversos níveis de intervenção. Inicialmente houve um maior enfoque nos níveis micro e macro (NÓVOA; DEPAEPE; JOHANNINGMEIER, 1995) mas, há uma evolução no sentido, também, da valorização do nível *mesode* intervenção. Como se pode notar na sua concepção, ela resulta de mais preocupação com o estudo da escola e dos traços específicos que a caracterizam como um sistema é uma organização.

Ao falar sobre cultura escolar, Nóvoa (1999) comenta que é um processo que passou a integrar a pesquisa educacional, vinculado aos estudos da sociologia da educação, de modo especial, a “sociologia dos estabelecimentos escolares”. Para o autor, a cultura escolar tem como objetivo a análise sobre os fatores internos da escola (relações de poder, processos decisórios, cultura da escola etc.) passando pelas dimensões: política, pedagógica e simbólica da escola. Enfatizando que as escolas, mesmo integradas em contextos socioculturais mais amplos, também são produtoras da sua cultura interna, onde fica evidente seus valores, suas representações e expectativas dos seus partícipes.

Conforme aponta Julia (2001), a cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém em cada período de sua história, isto é, um conjunto de culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular.

Julia (2001, p. 10) define cultura escolar:

[...] como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores.

Para este autor a cultura escolar, de fato, manifesta-se na medida em que as escolas passam a modificar o conhecimento gerado pela sociedade, tendo como base os seus critérios morais, políticos e culturais. Modificações estas motivadas pelos programas de ensino (organização dos conteúdos escalados em unidades), pelas apostilas, livros didáticos e variados materiais escritos ou iconográficos, pelas estratégias de transmissão e avaliação dos conhecimentos adquiridos.

Ainda conforme o autor, o estudo sobre cultura escolar como objeto da historiografia, estabelece que as escolas têm uma história que se assemelha à história de outras configurações de instituições da sociedade. Nesse sentido, a cultura escolar evidencia que a escola não é

somente um lugar de aquisição de conhecimento, mas é também um lugar de “[...] inculcação de comportamentos e hábitos” (JULIA, 2001, p. 14).

Esta premissa de inculcação que existe na escola, encontra resistência na cultura dos estudantes e na comunidade ao redor da escola, pois nem sempre o que é combinado com os estudantes em sala de aula de fato é correspondido por eles: “[...] todos sabem que os professores não conhecem tudo o que se passa nos pátios de recreio, que existe há séculos, um folclore obscuro das crianças” (JULIA, 2001, p. 30). Pode-se considerar, também, que tal pressuposto mencionado acima não leva em conta as formas diferenciadas que os estudantes têm para fazer uso das normas colocadas, ou seja, as apropriações diversas que ocorrem (CHARTIER, 1989, p. 135-136).

Outro fator que tem impacto no estabelecimento da cultura escolar é a necessidade de amoldamento dos objetivos educacionais com os limites definidos pela sociedade. Pois, ela é uma “[...] cultura conforme, e seria necessário traçar, a cada período, os limites que traçam a fronteira do possível e do impossível” (JULIA, 2001, p. 25). O impossível e o possível encontram-se nas práticas cotidianas da escola, nos acontecimentos silenciosos da rotina interna. Aqui fica constatada a importância dos planejamentos a longo e curto prazo e seus respectivos registros. O silêncio manifesta-se na ausência de documentos, nos documentos incompletos, pouco conservados ou até mesmo naqueles que não são mais encontrados. Sob este olhar, Julia (2001, p. 13) concebe a possibilidade de abrir a “[...] caixa preta da escola, ao buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular.” Ao “abrir a caixa preta” da escola encontram-se elementos para compreender as práticas cotidianas e sobre o funcionamento interno da escola.

Frago (2000) é outro autor que tem contribuído com os estudos sobre cultura escolar como objeto histórico. Para ele, esta compreensão do conceito passa necessariamente pela consideração que vai desde a sociologia das instituições até a antropologia das práticas diárias. Segundo ele, “[...] a cultura escolar pode ser definida como um conjunto de ideias, princípios, critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo das instituições educativas” (FRAGO, 2000, p. 100). Trazida para o contexto da historiografia educacional, a cultura escolar na visão de Frago (2000, p. 100), é possível dizer que no interior da escola constitui-se

[...] modos de pensar e de atuar que proporcionam a todos os sujeitos envolvidos nas práticas escolares estratégias e pautas para desenvolver tanto nas aulas como fora delas, no resto do recinto escolar e no mundo acadêmico e integrar-se na vida cotidiana das mesmas.

Neste olhar, espaço e tempo são concebidos, distribuídos e utilizados pelas escolas e pelos membros que fazem parte do cotidiano escolar que, no decorrer do tempo, determinarão as práticas e os modos de pensar e fazer escolares. O espaço refere-se à natureza da escola como lugar específico e o tempo, “[...] diverso e plural, individual e institucional, condicionante e condicionado por outros tempos sociais” (FRAGO, 2000, p. 101).

Este inventário breve de autores permite pensar a cultura escolar como um conjunto de prescrições que podem demandar diferentes práticas e, conseqüentemente, diferenciadas apropriações nas instituições escolares. Ela sintetiza, enfim, aquilo que acontece e faz mover a escola e que pode ser analisada nos diversos aspectos relativos ao contexto de produção, finalidade, crenças, política, socialização e, enfim, o grau de envolvimento dos sujeitos que estarão envolvidos ou não no fazer das práticas escolares.

Para esta pesquisa, também se faz necessário compreender as características pontuais da cultura escolar prescrita, no caso, para uma instituição escolar católica e tentar fazer uma análise sobre a estrutura, a atuação do corpo dirigente e docente da escola, bem como conhecer o perfil da sua clientela. Analisando os diferentes níveis de apropriação da cultura escolar prescrita em instituições educativas, Julia (2002, p. 50) afirma que:

Os historiadores da educação tratam mais em geral, sobre os textos normativos (planos de estudos, regulamentos, circulares), simplesmente porque tais textos, na maior parte das vezes, têm sido mais bem conservados. Mas é necessário, em cada caso, tentar discernir a distância entre os objetivos enunciados e o ensino realizado. Ao mesmo tempo, convém delimitar precisamente o estatuto exato das fontes selecionadas para análise: certos textos que temos o hábito de considerar, preguiçosamente, apenas normativos são, na realidade, a expressão de experiências pedagógicas efetivamente realizadas.

A cultura escolar do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima, localizado em Florianópolis/SC, no bairro Estreito, será analisada pelo contexto da cultura escolar prescrita, formada pelo conjunto de documentos arquivados no colégio sobre a organização dos processos escolares registrados em atas, legislação educacional entre os anos de 1958 e 1968, projetos pedagógicos, regimentos e alguns relatos já publicados em livros que contam a história dele.

A contribuição que a cultura escolar traz para a história da educação é um olhar sobre práticas escolares, dos modos e meios da transposição didática em relação aos diferentes saberes. E como esta organização educacional interage, acompanha e prescreve comportamentos e normas sociais vivenciados em diferentes épocas e contextos. Neste sentido, a cultura escolar coloca em evidência uma das funções da escola: a transmissão cultural específica determinada pela identidade de cada instituição educacional e é sob esta ótica, em

diálogo mais específico com Frago que será analisada a proposta educativa do colégio entre os anos de 1958 e 1968. Portanto, considera-se que *tudo que é inerente à escola, ao seu interior, especificamente*, se caracteriza como cultura escolar: um termo a ser entendido no plural, ou seja, há culturas escolares diversificadas.

No decorrer da pesquisa procurou-se encontrar registros sobre algumas práticas do colégio, para então estabelecer um comparativo com os conceitos aqui mencionados. Como é o caso do primeiro relatório de 1958, encontrado na sala dos arquivos do colégio, formado apenas por fotos e pequenos registros, lá se encontrou uma fotografia de um momento de sala de aula, onde se primava pela disciplina e a prontidão dos estudantes durante as aulas.

Fotografia 10 - Sala de aula, em 1963, no Colégio Nossa Senhora de Fátima (CNSF)



Fonte: Arquivo do Colégio Nossa Senhora de Fátima (1963).

Esta organização de sala de aula marca como se estabelecia esta dinâmica com o grupo de estudantes. Este modelo de organização perpassou por diferentes tempos históricos e espaços sociais, marcando uma cultura, um jeito de como se organizar para realizar as atividades em sala de aula. Ao observar a imagem é visível perceber a permanência de alguns elementos estruturantes nas salas de aula como a organização em fileiras, a posição dos estudantes direcionados para a frente do quadro, meninos e meninas juntos, o uso de cadernos, livros, penal, quadro e a presença de um professor.

2.1.2 Cultura Escolar Católica

O conceito de **cultura escolar católica** pode-se dizer que está muito próximo do conceito de cultura escolar. Seidl (2014) salienta que a cultura escolar católica é decorrente dos processos de reconfiguração da igreja católica, que buscam igualdade e revisão de posicionamentos em relação aos seus membros, instituições e contextos reais de interações sociais. É permitido dizer que esta cultura foi se constituindo a partir das congregações cristãs. Dallabrida (2012, p. 177) diz que:

A cultura escolar católica [...] era marcada por traços burgueses e pela internacionalização de seus quadros, porque, naquele momento histórico, o catolicismo romanizado empreendia intensa expansão mundial. Os jesuítas, que retornam ao cenário educacional brasileiro, eram detentores de uma vigorosa tradição escolar moderna, fundada pela *Ratio Studiorum*¹³, que previa diversas e sofisticadas estratégias educativas disciplinares para os alunos dos colégios da Companhia de Jesus.

Dallabrida (2012) enfatiza que a cultura escolar católica pode ser considerada como consequência das ordens e congregações católicas que migraram para o Brasil, especialmente no final do século XIX, marcadas pela internacionalização de seus quadros, em um momento em que o catolicismo estava em expansão mundial, especialmente na África e na América Latina, como parte do processo neocolonial europeu.

O conceito de cultura escolar católica no Brasil, tem como referência as estratégias curriculares implementadas na rotina do Colégio Sion, do Rio de Janeiro, de práticas que interiorizaram determinadas condutas dos estudantes, tendo como base os propósitos político-pedagógicos das escolas. Dallabrida (2012) ainda afirma que, a cultura escolar católica emergiu desde o final do século XIX, com características elitista, masculina e influenciada pelo método de ensino jesuíta, embora tenha havido adaptações aos sistemas estatais de ensino, principalmente onde o Estado procurava controlar os conteúdos culturais e os métodos utilizados nas escolas. E assim, orientar a conduta dos estudantes para o trabalho regular, priorizando uma preparação do caráter moral e cívico, os conhecimentos transmitidos não visam a apenas inculcar os valores do catolicismo, mas ensinar também os valores cívicos e controlar formas de comportamento (DALLABRIDA, 2012).

¹³ A *Ratio Studiorum* é “[...] um texto regulamentar destinado a unificar o *modus agendi* dos jesuítas” (NÓVOA; DEPAEPE; JOHANNINGMEIER, 1995, p. 362-363), que resulta da elaboração progressiva das regras pedagógicas dos colégios jesuítas durante todo o século XVI, sistematizadas pela primeira vez em compêndio em 1599.

Segundo Brito (2005), o conceito de cultura escolar católica é construído a partir da leitura das estratégias curriculares implementadas também no cotidiano do Colégio Sion, do Rio de Janeiro. Afirma Brito (2005, p. 20-21):

Há muitos traços comuns às duas: a tensão e a coação permanentes, a disciplina do corpo e dos instintos, a importância do detalhe que, segundo Foucault, 'já era uma categoria da teologia e do ascetismo', a pontualidade, a discrição, a neutralidade, que integravam os ritos de deferência, a educação baseada no controle de si mesmo ou de sua dimensão interior, que visava a ordenar condutas individuais, 'a ritualização do cotidiano, constitutiva da passagem da esfera privada à esfera pública' e que deve ser apropriada pelas alunas até parecer natural.

Dallabrida (2012) corrobora com a afirmativa de Brito (2005) e complementa que, a cultura escolar é também formada por práticas que procuram interiorizar determinadas condutas nos estudantes, a partir dos propósitos políticos-pedagógicos das escolas. A cultura escolar católica se assemelhou, repito, em muito com a cultura burguesa que priorizava a disciplina do corpo e dos instintos e a importância dos detalhes.

Garrone (1977) observa que a cultura escolar católica, embora seja prioritariamente desenvolvida em escolas católicas, sob uma tradição cristã, também fica sob o domínio da legislação, prevê que as questões que lhe são pertinentes sejam resolvidas pela organização de cada igreja. Para o autor, os fundamentos teóricos metodológicos da cultura escolar católica tinham como base as fontes que versam sobre o contexto político, religioso e histórico - realizando algumas ações junto com os responsáveis pela educação, como os pais, autoridades escolares, colaboradores, com o objetivo de reunir todos os recursos e meios que permitam a escola exercer e entregar um serviço positivamente cívico e apostólico. Ainda segundo Garrone (1977), o que difere a cultura escolar católica de outras modalidades, é que esta cultura está comprometida na promoção do homem integral, uma vez que os valores humanos encontram realização junto a Cristo, porque esta visão consiste em constituir o caráter católico e o dever de cultivar os valores humanos.

Com base nos fundamentos citados anteriormente, acredita-se que a cultura escolar católica pode ser considerada como uma representação das congregações católicas que imigraram para o Brasil e sobre a qual os autores aqui listados têm perspectivas que convergem. Ela prima pela concepção de educação como um instrumento moralizador e evangelizador, com base nas propostas educacionais cristãs, onde procura conciliar a legislação vigente com os valores humanos evidenciados na formação integral e buscava fortalecer a educação católica, prestando um serviço no campo educativo e cultural.

2.1.3 Proposta Educacional: educar e evangelizar

[A cultura escolar engloba] a história cotidiana do fazer escolar, objetos materiais, função, uso, distribuição no espaço, materialidade física [...] toda a vida escolar: fatos e ideias, mentes e corpos, objetos e condutas, modos de pensar, dizer e fazer (FRAGO, 1995, p.63; 68-69, tradução nossa).

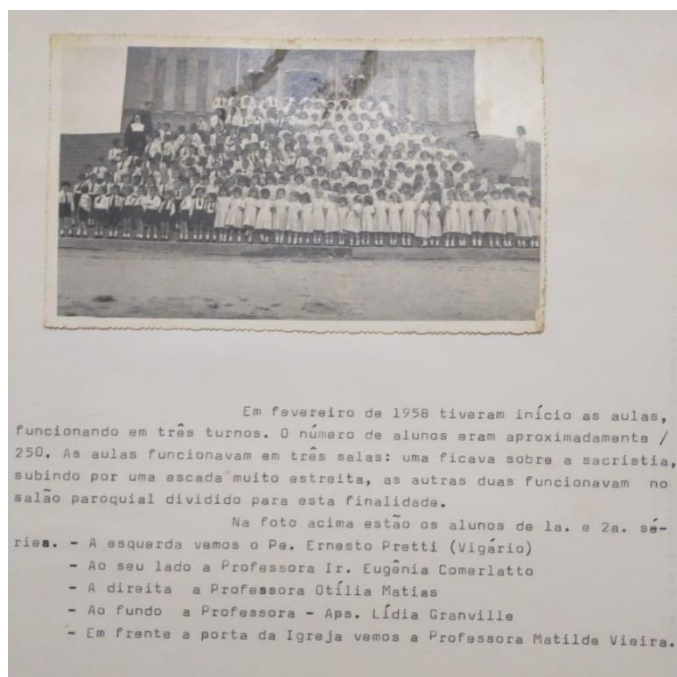
Neste capítulo o objetivo fundante é rastrear, documentalmente, como o Colégio Nossa Senhora de Fátima vai se organizar frente às necessidades, as leis educacionais e as orientações do governo para seu funcionamento, sob o olhar da cultura escolar prescrita e tendo como foco o conceito de cultura escolar trazido por Frago (1995).

Os dez primeiros anos do colégio têm como base o Concílio Vaticano II e no último ano pesquisado também está baseado na referência em nível de América Latina, a 'II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín', na Colômbia, no ano de 1968. Nesta conferência foi proclamada a educação libertadora como proposta político-pedagógica para os cristãos e para todos quantos, com a boa vontade, pretendem dar às instituições formais de ensino-aprendizagem um significado social de contribuição para a construção de uma sociedade mais justa e participativa (FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA EDUCAÇÃO SALVATORIANA, 2001, p. 11).

A trajetória educacional do Colégio Nossa Senhora de Fátima foi ao longo dos anos adaptando-se às necessidades dos tempos e cumprindo com as exigências legais de cada governo e as orientações da igreja. Neste entendimento se faz necessário comparar as leituras de documentos legais vigentes entre os anos de 1958 e 1968, com os registros em atas do colégio para dialogar com os estudiosos já citados sobre cultura escolar e cultura escolar católica e, assim, procurar compreender a construção do desenvolvimento da proposta educacional nos 10 primeiros anos de criação da instituição. Assim, esse capítulo aborda o período compreendido desde o início de suas atividades nas salas improvisadas no salão paroquial da paróquia do Santuário Nossa Senhora de Fátima (1958), passando provisoriamente no prédio da Creche Lucila Hülse (1963), até a chegada no atual prédio do colégio na rua Afonso Pena, no bairro Estreito (1964), município de Florianópolis/SC.

A estrutura do colégio foi ao longo dos anos se modificando conforme as necessidades, tendo como origem uma pequena sala de madeira dividida em duas partes nos fundos da paróquia Nossa Senhora de Fátima.

Fotografia 11 - Primeira Turma de estudantes na frente da paróquia Nossa Senhora de Fátima (1958)



Fonte: Arquivo do Colégio Nossa Senhora de Fátima. Relatório de 1958.

Conforme consta no livro de ‘Registros Inspeção Escolar’ (1958, não paginado), que se encontra no arquivo no colégio, naquele ano eram assim constituídas as turmas:

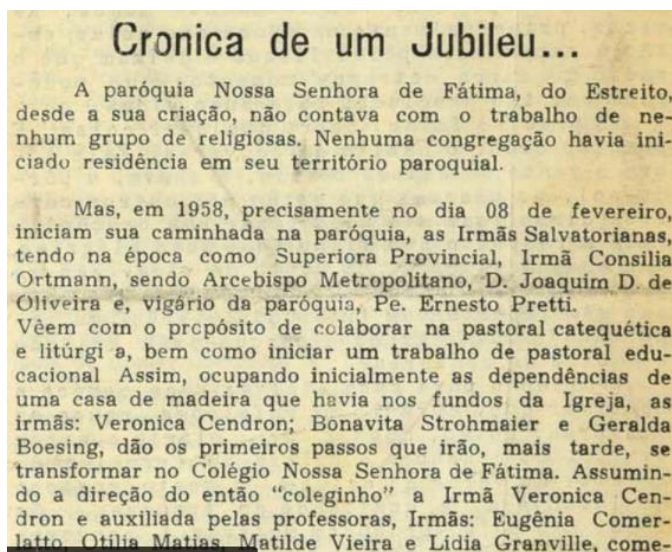
[...] na ocasião, a matrícula geral do colégio era de 257 alunos, sendo 152 do sexo feminino e 105 do sexo masculino, assim distribuídos: pré-primário (três classes com 124 alunos), 1º ano (duas classes com 95 alunos) e 2º ano (uma classe com 38 alunos).

No ano de 1958, o principal objetivo do ‘coleginho’ era dar aos filhos das famílias de classe média do bairro, uma educação com base religiosa católica. Nesta época o colégio não tinha uma ‘ação educacional’ muito bem definida, conforme Cruz (2008, p. 18) afirma quando diz que “[...] o grande desafio era iniciar uma pastoral educacional, um colégio que transmitisse não só o conhecimento secular, mas também desenvolvesse os valores humanos e cristãos para a comunidade do Estreito”, uma vez que as demais escolas do bairro eram laicas. Esta situação foi registrada no jornal do bairro, em 1982, aqui reproduzida (JORNAL A VOZ DO ESTREITO, 1982).

Neste registro é possível identificar que a tradição católica ganha a confiança das famílias do bairro. O que faz pensar que as primeiras ações educacionais, eram permeadas com a oração, as missas, a catequese, os encontros diários com o padre e os estudantes. Nestes momentos percebe-se a cultura escolar católica.

A Voz do Estreito, único jornal da época da região, que atendia a classe média e registrava os principais acontecimentos, publicou em dezembro do ano de 1982, em comemoração ao jubileu, o mérito do colégio, que aos olhos da comunidade não era só uma escola que transmite conteúdos, mas que contribuiu com o desenvolvimento da personalidade das crianças, cultivando valores cristãos e humanos.

Fotografia 12 - Jornal 'A Voz do Estreito'



Fonte: Jornal A Voz do Estreito (1982).

A partir de sua primeira organização no ano de 1958, pode-se dizer que logo no início da década de 1960 o que servirá de referencial para a caminhada educacional católica em nível mundial foi o Concílio Vaticano II – 10.11.1962 a 08.12.1965, convocado pelo papa João XXIII, que assim como a igreja começa a dialogar sobre as ciências modernas. Este diálogo vai reverberar em práticas escolares e esta situação pode ser vista nos documentos da própria congregação.

A educação salvatoriana tem a marca do carisma¹⁴, centralizando a pessoa no processo educacional e procurando atingir o indivíduo como um todo e todas as pessoas. A congregação salvatoriana acompanha a caminhada da igreja católica no processo de renovação e de abertura aos sinais dos tempos, de acordo com as exigências da realidade em que está inserida (FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA EDUCAÇÃO SALVATORIANA, 2001, p. 10-12).

¹⁴ Carisma Salvatoriano é um dom de Deus, concedido ao fundador Pe. Francisco Maria da Cruz Jordan, para dar continuidade à missão de Jesus Cristo. O carisma marca o Testemunho de cada educador à luz de Jesus o Salvador (Projeto Político Pedagógico das Escolas Salvatorianas - 2004).

Com o Concílio Vaticano II (1962-1965) aconteceu um novo passo na história da educação, uma vez que foi considerado pela igreja católica da época um marco histórico, onde está também a raiz da educação libertadora, colocada como o desenvolvimento integral da pessoa (FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA EDUCAÇÃO SALVATORIANA, 2001, p. 10).

Como já afirmado anteriormente, o contexto histórico, político, econômico, social e educacional no Brasil, entre os anos de 1958 e 1968, foi marcado por mudanças. Diante de tal realidade nacional e por meio dos livros publicados sobre o colégio, atas com registros internos, documentos de momentos festivos e/ou históricos, foi possível verificar a forma como a escola se organizava em termos legais. Mas, pouco se encontrou nos registros levantados sobre o ‘fazer e os acompanhamentos pedagógicos’. Apenas foram localizadas algumas combinações, regras/orientações para enquadramento na legislação da época, tornando possível o levantamento dos acontecimentos nesse recorte da década em foco, para realizar o presente estudo.

No arquivo do colégio localizou-se o livro de Atas nº 1 (1959) e nele é viável acompanhar a organização da rotina de aulas. Nas primeiras atas deste livro é possível ter uma visão de como o colégio começa a criar identidade, moldando a cultura escolar da instituição.

Com relação, especificamente, às fontes encontradas nos arquivos do colégio, é importante enfatizar que foram analisadas sob o viés da representação. Representação esta que acompanhou o redirecionamento da história cultural, possibilitando entender o passado quanto ao modo de ver as marcas deixadas, e assim problematizá-las sob a forma de fontes, entendidas como representações do passado. Assim, afirma Chartier (2011, p. 16):

[...] qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto de representação.

Neste mesmo olhar, as atas escolares aqui mencionadas, não foram consideradas como a certeza normativa do que de fato ocorria na época, são representações do acontecido, mas como instrumento cuja finalidade era registrar as atividades educacionais, os espaços ocupados por elas e as suas funcionalidades no meio escolar. Retornando às propostas de Frago (2000) compreende-se que a cultura escolar se configura como o fazer cotidiano da escola materializado por um conjunto de ideias, princípios, critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo de existência das instituições educativas, uma vez que no interior delas são

produzidas maneiras de pensar e de agir que propiciam, aos envolvidos nas práticas escolares, desenvolver atitudes, modos de vida, de pensar, hábitos e ritos escolares.

Na produção dos modos de pensar, agir e se comportar, pode-se observar elementos que caracterizam um processo em direção à modernização da educação no país, desde a década de 1940. Esse propósito está já evidenciado no Decreto nº 2.991, de 28 de abril de 1944, encaminhado pela Circular nº 42, de 10 de maio de 1944, aos estabelecimentos de ensino estaduais, municipais e particulares do Estado de Santa Catarina:

O nosso mais acendrado empenho é no sentido de que se procure penetrar o espírito dessa organização, sondando o seu valor como meio disciplinar e como evolução da escola de ontem, quando os princípios sociais não mereciam os cuidados tão necessários à preparação do homem de amanhã.

Conforme é possível verificar pela narrativa acima, as instituições complementares já estavam legalmente previstas com a vigência do Decreto-Lei nº 2.991/1944 e tal legislação foi cumprida pela escola para se adequar às normativas legais necessárias ao seu pleno funcionamento. Esta normatização as denominava “associações auxiliares” e as subdividia da seguinte forma: liga pró-língua nacional; biblioteca; jornal escolar; clube agrícola; círculo de pais e professores; museus escolares; centros de interesse; liga da bondade; clube de leitura e pelotão de saúde.

O Ofício Circular nº 42/1944, que acompanhava o decreto e vinha assinado pelo próprio diretor do departamento de Educação, professor Elpídio Barbosa. O decreto enfatiza os objetivos das associações, pois estavam voltados à preparação de futuros cidadãos para a sociedade moderna:

Por intermédio das associações bem orientadas, colocaremos a Escola nos moldes compatíveis à evolução, que a vida experimenta, visto ser a fonte preparadora das gerações em caminho de um plano melhor, condizente com a nossa civilização (SANTA CATARINA, 1944a, p. 1).

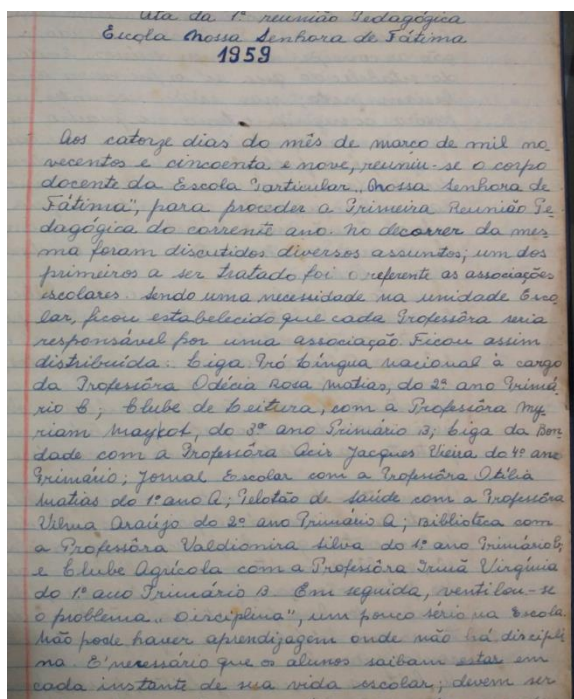
Ao analisar o referido decreto, observa-se o cuidado do legislador de registrar com detalhes a organização de cada associação, incluindo exemplos, modelos de formulários, orientações para escolha de seus dirigentes e como deveria ocorrer o preenchimento das atas e relatórios. Estes registros serviriam para encaminhar às autoridades educacionais e às visitas de inspeção escolar. Tais documentos eram necessários para o controle sobre o funcionamento e desenvolvimento das associações.

Neste contexto, o colégio vai organizando os seus setores conforme as necessidades vão surgindo. Na ata do dia quatorze de março de 1959, em uma reunião pedagógica do corpo docente, no qual entre alguns assuntos estava registrada a prioridade sobre a criação das associações escolares, é possível observar que para cada setor criado uma professora ficava responsável pela organização do mesmo, seguindo a própria orientação do Decreto-Lei nº 2.991/1944.

Conforme o próprio registro da ata: “[...] foram discutidos diversos assuntos, um dos primeiros a ser tratado foi o referente às associações escolares. Sendo uma necessidade na unidade escolar, ficou estabelecido que cada professora seria responsável por uma associação”.

Assim, na continuação da ata da primeira reunião, consta o registro da criação das seguintes associações escolares, previstas pela legislação: **Liga Pró-língua Nacional** com a professora Odécia Rosa Matias, **Clube da Leitura** com a professora Myriam Maykot, **Liga da Bondade** com a professora Acir Jacques Vieira, **Jornal Escolar** com a professora Otilia Matias, **Pelotão de Saúde** com a professora Vilma Araújo, **Biblioteca** com a professora Valdionira Silva e o **Clube Agrícola** com a professora irmã Virginia. A criação destas associações mostra a observância do colégio no cumprimento da legislação educacional vigente no Estado de Santa Catarina e permite conjecturar que tais iniciativas ligavam-se a um desejo de permanência e consolidação do colégio na cidade.

Fotografia 13 - Livro de Atas nº 1 (1959)



Fonte: Arquivo do Colégio Nossa Senhora de Fátima (1959).

Segundo Cruz (2008) a biblioteca começa a oferecer leituras semanais para todos os estudantes, pois embora os meios de comunicação de massa estivessem longe da comunidade do colégio, havia por parte da direção uma preocupação com a qualidade das leituras feitas pelos estudantes. Na ata da segunda reunião, dia 11 de maio de 1959, fica evidente a preocupação com a leitura dos estudantes. Em um comunicado a irmã Maria Celeste deixa registrado:

A leitura inteligente, isto é, perfeitamente compreendida e assimilada, é meio de por o adulto a par de conhecimentos, com um raio de alcance que vai desde o círculo limitado de relações da família e obrigações individuais de serviço, até o que há de mais importante na cidade, no estado, no país e no mundo. Sendo a leitura o meio mais importante e indispensável para nos instruímos, é de lamentar que hoje em dia quase não se lê, ou lê-se muito mal [...] Que proveito poderão tirar dessas leituras que só falam de brigas, mortes e outras coisas piores? A leitura, uma vez feita, passa, porém, as impressões permanecem por toda vida [...] Para evitar ou prevenir tanta infelicidade ao indivíduo, família e sociedade, o mestre tem a grave responsabilidade de falar muitas vezes a seus alunos a respeito das leituras.

No ano de 1960 fica constatado nos registros do livro de Atas nº 6, da biblioteca, que não havia recursos por parte do colégio para aquisição de livros para ela, e no decorrer dos próximos anos foram realizadas algumas ações para arrecadar fundos para adquirir os livros. A primeira ação foi uma ‘Campanha de doação de ovos’, que consistia na colaboração espontânea dos estudantes. Depois, outras ações foram acontecendo como a ‘Campanha do jornal e do ferro velho’, a organização de um bingo e a campanha da arrecadação de plástico para encapar os livros. Estas campanhas foram acontecendo entre os anos de 1959 e 1961, conforme consta no livro de ata supracitado, pois os recursos eram poucos e a demanda por alfabetização era expressiva.

No ano de 1961 o governo do Estado de Santa Catarina, na figura do então governador Celso Ramos, cria o Plano de Metas: “[...] quando determinei a criação do plano de metas que estabeleceria a programação racional das obras de meu governo, pretende criar novas condições de desenvolvimento social e econômico para o Estado” (PLAMEG, 1963, p.3). No corpo deste documento constata-se a preocupação entre outras áreas, com a área da educação. Ao elaborar o plano de trabalhos, a assessora técnica para assuntos de Educação e Cultura, dividiu o setor educacional em sete subsetores específicos. Tal organização tinha como objetivo proporcionar um planejamento capaz de melhorar quantitativa e qualitativamente o ensino no Estado e assim, proporcionar ao plano quinquenal uma visão tão completa quanto possível da problemática educacional do Estado (PLAMEG, 1963).

O Plano de Metas (PLAMEG I)¹⁵, no governo de Celso Ramos (1961-1965), como planejamento estadual impulsionou para organizar o desenvolvimento econômico e o governo federal aderiu aos métodos e técnicas como forma de consolidar as atividades de planejamento (SCHMITZ, 1985). O PLAMEG I surgiu após o estudo do documento básico de seminário socioeconômico, realizado pela FIESC, em 1960. Neste momento Celso Ramos era o presidente da FIESC e serviu como plataforma de governo para a sua candidatura ao governo do Estado. O objetivo do PLAMEG I era o aperfeiçoamento e atualização de obras e serviços públicos e desenvolvimento do Estado. Para um melhor funcionamento e organização foi criado um gabinete de planejamento (SCHMITZ, 1985). O plano tinha a promessa de levar Santa Catarina rumo ao desenvolvimento, e assim foi anunciado no jornal O Estado (1962, p. 1):

PLAMEG inicia arrancada desenvolvimentista. Com o PLAMEG, calcado na realidade mesma do estado, levantado na base de consultas realizadas *in loco* aos mais diversos setores da opinião pública, tem o Governo Celso Ramos, um instrumento de trabalho capaz de [...] promover, em ritmo acelerado, a recuperação econômica e social de Santa Catarina, permitindo um rápido desenvolvimento em todas as áreas geoeconômicas.

Nesse pacote, a educação recebia atenção especial em Santa Catarina. Educar a nação era necessário tanto para preparar a crescente população para o trabalho quanto para viabilizar a ideologia governamental.

O colégio Nossa Senhora de Fátima, embora estivesse situado em um importante bairro da cidade, onde a comunidade na sua maioria era de famílias de classe média, tentava de todas as formas, enfrentar as dificuldades econômicas, políticas e sociais da ocasião e conseguiu organizar um novo prédio para a escola. A cerimônia de lançamento e de bênção da pedra fundamental do atual prédio, teve a participação de várias autoridades eclesiásticas, militares e governamentais, tais como: o arcebispo metropolitano Dom Joaquim Domingues de Oliveira, o vigário da paróquia Nossa Senhora de Fátima, o padre Quinto David Baldessar, o comandante da Escola da Marinha Camelier, o comandante do Exército, o diretor de Obras Públicas, senhor Paulo Wendhausen; e o diretor do DER, senhor Radulpho Cunha. Estavam presentes, além das irmãs salvatorianas, professores e funcionários, os estudantes, as famílias dos estudantes e os vizinhos da escola (CRUZ, 2008).

Ainda segundo Cruz (2008, p.29), no dia 23 de setembro:

[...] dois pedreiros e três serventes começaram o serviço da construção, e com grande entusiasmo que vemos crescer as primeiras paredes. O povo, tanto do Estreito como

¹⁵ Com o objetivo de dar continuidade ao PLAMEG I, no ano de 1965, foi sancionada a Lei nº 3.791, que dispôs sobre o Plano de Metas do Governo para o quinquênio 1966/1970 (SCHMITZ, 1985).

de Florianópolis, olha com grande simpatia a nossa obra, e é com grande satisfação que prestam seu auxílio. Todos se admiram quando perguntam: ‘Quantos milhões as senhoras dispõem para a construção?’ – ao que respondemos: ‘Contamos com a boa vontade e a ajuda deste povo’. Assim é que temos gratuitamente um trabalhador da Prefeitura, dois do DER e um do departamento de água e esgoto. E ainda ganhamos da comunidade a areia, transporte e outros materiais.

Consta ainda nos relatos que a irmã Maria Zarpellon possuía a função de articular junto à comunidade as doações para a obra, e que a própria paróquia Nossa Senhora de Fátima junto à comunidade do Estreito e vários líderes políticos da região, ajudaram economicamente na construção do colégio. Havia, certamente, interesse dos políticos de se fazerem presentes junto a construção do colégio, pois na época de 1963/1964 o país passava por um momento de incertezas sociais e políticas que afetavam diretamente os parâmetros econômicos da população (CRUZ, 2008).

Em 1964 o colégio inaugurou as duas primeiras alas do prédio, a ala na rua Afonso Pena, onde ficava a direção, a secretaria e a tesouraria e a ala das salas de aulas na rua Pedro Cunha. Ainda conforme Cruz (2008), o ano de 1964 também marca o advento da ditadura civil-militar no Brasil. Florianópolis, mesmo sendo uma cidade considerada pacata para a época, também seria influenciada pelo novo sistema governamental cujo projeto político tinha práticas de censura, repressão e autoritarismo. Neste período conturbado politicamente são realizados alguns acordos internacionais, por meio de recursos financeiros provenientes de bancos norte-americanos, que alteram o sistema educacional brasileiro. Com efeito, em 1965 o colégio recebe uma contribuição do governo de Celso Ramos para agilizar a finalização da nova edificação, mantendo uma rede de apoio também de âmbito político.

Fotografia 14 - Inauguração da nova ala (1965)



Fonte: Arquivo do Colégio Nossa Senhora de Fátima (1965).

O próprio governador, acompanhado da filha Vilma Ramos, esteve presente na inauguração da ala nova, juntamente às irmãs Maria Zarpellon e Hermenegilda Poli. Ao governador foi realizada uma homenagem a todos os estudantes (Relatório de 1958-1979).

Fotografia 15 - Estudantes perfilados no pátio para a homenagem ao governador (1965)



Fonte: Arquivo do Colégio Nossa Senhora de Fátima (1965).

Na foto acima, homenagem ao governador Celso Ramos, anuncia uma prática educativa que apontava para a disciplina e a organização dos estudantes. O governador junto com as irmãs e dois estudantes visitam as salas de aula e assistem a várias apresentações. Os demais estudantes, perfilados no pátio da escola com seus uniformes alinhados, compõem uma visão da cultura escolar católica, na representação do perfil dos estudantes salvatorianos, materializada pelo uso disciplinado do espaço, por exemplo.

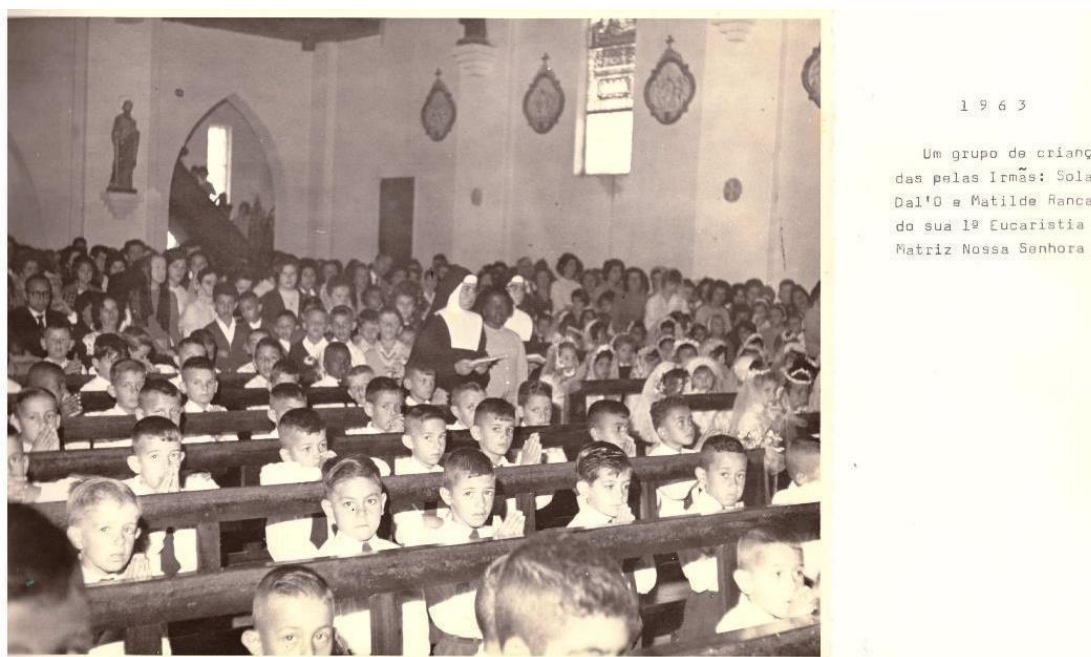
No decorrer da pesquisa, com base nos documentos arrolados, foi possível entender que a cultura escolar católica foi marcada pelas ações do colégio. A dimensão católica permeia o agir da direção e dos docentes da época. Os registros dessas práticas são poucos, um exemplo é a formação da catequese, da qual foram encontradas apenas fotos.

As mais diversas atividades aconteciam no pátio, sempre com um ‘tema’ gerador de conhecimento, baseado nos valores de um colégio pastoral, bem como as orações no início de cada período escolar, matutino e vespertino.

Outra prática que aparece nos registros de 1963 é a missa com as crianças, na paróquia Nossa Senhora de Fátima. As celebrações são momentos importantes no planejamento do ano

letivo. O colégio nasceu em um ambiente eclesial, por isso manter o vínculo com a paróquia era um momento valorizado por aqueles que compartilhavam os ideais disseminados pela educação católica. Vivenciar as celebrações junto com os professores, estudantes e suas famílias, era considerado um evento especial em relação às demais atividades, exemplificando a cultura escolar católica.

Fotografia 16 - Primeira eucaristia com os estudantes do colégio, realizada na paróquia Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Arquivo do Colégio Nossa Senhora de Fátima (1963).

A irmã Alzira Poli, à frente da direção, procurava ouvir as famílias mais diretamente sobre o trabalho desenvolvido. A direção e o corpo docente entendiam que a educação transcende a sala de aula. Há registros em atas, de que a irmã diretora procurava ouvir os pais para saber a percepção sobre as atividades e, ao mesmo tempo, já promovia, no mesmo encontro, uma formação de pais, falando na maioria das vezes em “disciplina”, assunto decorrente da ditadura e das práticas escolares.

Assim, a base dos encaminhamentos pedagógicos era a educação libertadora. Nesta visão, a educação era vista como um processo de libertação, um equilíbrio entre as normas vigentes e a dimensão de transformar os estudantes em sujeitos ativos na construção de uma sociedade mais justa e cristã.

Para conhecer e entender a trajetória pedagógica do Colégio Nossa Senhora de Fátima, os estudos de Koselleck (2006) oferecem uma possibilidade ao tratar as temporalidades que

atuam no tempo histórico, qual seja, passado, presente, futuro, nominadas em termos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”. A experiência pertence ao passado que se concretiza no presente, de múltiplas maneiras: por meio da memória, dos vestígios, das permanências e, para os historiadores, dos documentos que, problematizados pelo historiador, se transformam em fontes. Os estudos de Koselleck (2006) contribuem ao constatar a percepção que se estabelece entre o “espaço de experiência” e o “[...] horizonte de expectativas que são apresentadas como duas categorias históricas que [...] entrelaçam passado e futuro” (KOSSELLECK, 2006, p. 309-310), conforme o autor explica:

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é preservada uma experiência alheia. Neste sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias.

Segundo Koselleck (2006), as expectativas que visam o futuro correspondem a todo um universo de sensações e antecipações que se referem ao que ainda virá. Nossos medos e esperanças, nossas ansiedades e desejos, nossas apatias e certezas, nossas inquietudes e confianças – tudo o que aponta para o futuro, todas as nossas expectativas, fazem parte deste “horizonte de expectativas”. Elas não se opõem uma à outra, como em uma dicotomia qualquer; e de fato ‘experiência’ e a ‘expectativa’ estão sempre prontas a repercutir uma na outra (BARROS, 2010).

Sob este olhar percebe-se que a educação salvatoriana buscou nas experiências do passado, em bases católicas, vindas do início do século XX, para realizar as suas ações no presente e na intenção de criar horizontes de expectativa para o futuro. Expectativas que correspondem a um universo de sensações em relação ao que ainda virá, como medo, esperança, ansiedades e desejos, tudo o que aponta para a expectativa aguardada no futuro que se aproxima.

A proposta da educação salvatoriana procurou aperfeiçoar o seu trabalho com a criança, o adolescente e o jovem, adaptando-se ao tempo e às exigências legais. Sem deixar de atender aos apelos do fundador da família salvatoriana, o padre Francisco Maria da Cruz Jordan, que diz: “Empenha-te, com força e esforço inexoráveis, por uma boa educação cristã da juventude, em meio a qualquer povo, onde quer que isto seja possível, ainda que para isso tenhas que derramar a última gota de sangue, para a glória de Deus” (DE¹⁶ I-58, p. 1). Considerando à luz

¹⁶ DE: sigla utilizada para o livro diário espiritual que padre Jordan utilizava para fazer todas as suas anotações.

do tempo presente a doutrina proposta no passado e as ações empreendidas na escola acompanharam as propostas da igreja católica no processo de renovação e de abertura aos sinais dos tempos, de acordo com as exigências da realidade em que está inserida. Assim, como o Concílio Vaticano II (1963-1965), aconteceu um grande passo na história da educação, uma vez que este concílio foi um marco histórico, onde está também a raiz da educação libertadora, colocada como o desenvolvimento integral da pessoa (FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA EDUCAÇÃO SALVATORIANA, 2001, p. 10). Ainda conforme a FTES, para aplicar as decisões do concílio à realidade da América Latina, aconteceu a ‘II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín’, na Colômbia, no ano de 1968.

Na ocasião foi proclamada a educação libertadora como proposta político-pedagógica para as escolas cristãs, para dar às instituições um significado social de contribuição para a construção de uma sociedade mais justa e participativa. Segue na FTES que o documento elaborado pelos bispos em Medellín traçou um verdadeiro programa de educação libertadora, tanto na linha de estender a educação àqueles que estavam de fora, quanto de transformar a educação formal sistemática, considerada abstrata, formalista, uniforme, passiva, bancária, mantenedora das estruturas sociais reinantes.

O termo ‘libertadora’ referia-se diretamente à transformação do estudante em sujeito do próprio desenvolvimento e meio-chave para libertar os povos de toda escravidão. Pedia-se também que ela fosse criativa e antecipadora do novo tipo de sociedade que se buscava na América Latina. A Educação, em todos os seus níveis, seja criadora, baseia seus esforços na personalização das novas gerações, aprofundando a consciência de sua dignidade humana, favorecendo sua livre autodeterminação e promovendo seu sentido comunitário. Seja aberta ao diálogo, para se enriquecer com os valores que a juventude intui e descobre como válidos para o futuro, e assim promova a compreensão dos jovens entre si e com os adultos (Cf. ‘CONCLUSÕES DE MEDELLIN’, 1968, p.50).

Com o conhecimento e estudos destes documentos o colégio fortalece a sua identidade cristã, uma educação pastoral, onde se procura planejar o processo educativo a partir das exigências da realidade, desenvolvendo nos estudantes a consciência crítica, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, seguindo o ‘carisma’ salvatoriano. O que caracteriza uma prática educacional marcada por uma postura aberta ao novo, à ética e aos valores cristãos, moldando outras práticas da cultura escolar católica.

No relatório de 1958/1979, há o registro fotográfico de algumas práticas educacionais, como o primeiro desfile cívico, em 1965, quando no dia 7 de setembro, os alunos do colégio desfilam pela primeira vez. Empunhando uma faixa que saudava a cidade de Florianópolis, 150

estudantes entram na avenida Santa Catarina, principal rua do bairro Estreito, há época, com seus uniformes de gala, marchando em ordem unida. Divididos em três pelotões, o grupo apresentou alinhamento e sincronismo, o que demonstra disciplina, treinamento, preparação e entusiasmo. Outro elemento que chamou a atenção foi a homenagem à cidade que acolheu o colégio (CRUZ, 2008).

Neste registro percebe-se a cultura escolar católica marcada na identidade do colégio, presente na disciplina dos estudantes, no cuidado de agradecer à cidade, mas marcando a identidade católica com o estandarte carregando o nome do colégio e na organização do evento.

As necessidades estão se transformando, o colégio vai se adaptando aos novos tempos, e a identidade vai se fortalecendo. Hoje o Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima conta com um universo de 1.360 estudantes distribuídos entre a educação infantil, o ensino fundamental 1, ensino fundamental 2 e ensino médio (com as duas modalidades: ensino médio e o novo ensino médio). Convém registrar que hoje, século XXI, a proposta pedagógica continua passando por modificações. Nestes casos alguns elementos que podemos chamar de cambiantes são modificados para garantir às novas necessidades, como a organização dos processos pedagógicos. Mas, outros elementos estruturantes, continuam fazendo parte do contexto, por manterem a base ideológica e a identidade da instituição, como carisma, valores cristãos e a própria identidade salvatoriana.

O conhecido ‘coleginho’ cresceu, passou de cinco irmãs salvatorianas que iniciaram esta trajetória, para mais de 120 funcionários. Dos primeiros 257 estudantes, em 2022 chegou a 1.360 estudantes, e das três salas improvisadas para mais de 40 salas espalhadas por quase uma quadra de estrutura escolar.

Desse modo, acredita-se que esta caminhada para a construção do conhecimento é baseada em uma crença compatível com a orientação católica e que se expressa da seguinte forma: “Tornar Jesus, o Salvador, conhecido e amado” (FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA EDUCAÇÃO SALVATORIANA, 2001), a todo momento e em toda e qualquer ação educativa do colégio.

Carlota Boto (2020, p. 9) no prefácio do livro de Eva Maria Siqueira Alves, ajuda a pensar sobre a ideia de uma civilização escolar, a ideia de uma tradição como base para a construção dos modelos de ensino:

É frequente no campo da educação, indagarmo-nos sobre quais teorias aplicamos em sala de aula. É comum dizer-se que as escolas e os professores são refratários às mudanças e inovações; que seriam apegados - por demais - aos modelos convencionais de ensino. Porém dificilmente o debate debruça-se sobre a indagação daquilo que se tem chamado de ensino tradicional.

Com esta visão é possível compreender que um ensino tradicional tem como raiz uma dada tradição, que no caso do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima é a cultura escolar católica. Ainda segundo Boto (2020, p. 9):

[...] é de se supor que todos os modelos de ensino que, de alguma maneira, são defendidos por nossa contemporaneidade possuem alguma raiz em alguma tradição. É possível, todavia, verificar que os estudos produzidos no campo da cultura escolar concentram-se no estudo dos modos de ser e de agir, dos usos e dos costumes que compõem historicamente nossa forma de ser escola.

A partir dessa realidade, cabe confrontar as leis que versam sobre os currículos, a visão política da educação, com as rotinas e ações efetivamente praticadas nas escolas. Isso é possível encontrar nos registros dos cadernos escolares, planos de aula, nos livros e outros registros, que quando problematizados tornam-se documentação importante para a compreensão dos modos pelos quais se construiu o modelo de ensino da instituição.

Boto (2020, p. 10) comenta:

[...] constituição da escola moderna acontece como um movimento que, primeiramente, é estruturado a partir de referências religiosas. Disputando o campo do domínio das almas, tanto no mundo protestante – com a liderança do modelo escolar estruturado por Calvino – quanto no cenário dos países católicos.

O Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima, entre documentos legais, rotinas e normas a seguir, veio construir uma base de educação católica em Florianópolis na parte continental, no bairro Estreito. Seguindo, além do que era ‘obrigatório’ por lei, se renova com propostas que, sem fugir de seu ‘carisma’ doutrinário, vem compor um currículo com valores religiosos adaptados ao tempo presente. Preparar crianças e jovens com base nas leis vigentes, sem distanciar das práticas religiosas, como orações no início das aulas, dias de formação humana e cristã, encontro no pátio da escola para pequenos momentos de celebração de datas importantes do calendário católico.

Registrar estes momentos, além de marcar um fato ocorrido é também um modo de documentar o cotidiano da instituição, deixando os arquivos atualizados. A importância de tais registros está ligada com a ideia de salvaguardar os documentos e objetos escolares para cuidar da memória, neste caso de uma instituição de ensino. Registrar e guardar renova a ideia de cuidar do patrimônio histórico e educativo de uma instituição, que será analisada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

3.1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO-EDUCATIVO SALVAGUARDADO NO COLÉGIO

3.1.1 O lugar, a memória e o patrimônio histórico-educativo do colégio

Ao entrar em contato com os arquivos do colégio, lendo, analisando e tentando entender as práticas escolares lá registradas em cada ata, em cada relatório, separadamente, não se tem ideia da dimensão de artefatos que são ali salvaguardados e que, compreende-se, constituem seu patrimônio histórico-educativo. O conhecimento e o trato com este material permite, ao mesmo tempo, questionar sobre tantos outros registros perdidos ou fragmentados que ficaram silenciados com o tempo, por algum motivo.

Na perspectiva apontada por Maria Cristina Menezes (2016, p. 11), encontram-se aspectos fundamentais para o entendimento do patrimônio histórico-educativo:

O Patrimônio Histórico-Educativo traz com ele a ‘sedução do arquivo’. Reunir manuais escolares, mobiliário e material de ensino, documentos escritos manuscritos e impressos, em instituições escolares ou em espaços criados para a guarda e a difusão da cultura escolar, representa o início de tantos projetos acadêmicos, que trazem o envolvimento de investigadores e grupos comprometidos com a preservação da memória e da cultura que a sustenta (MENEZES, 2016, p.11).

A abordagem que emerge dos estudos coordenados e sistematizados por Menezes (2004, 2016) alavancou a área de história da educação para inúmeras iniciativas que têm sido frequentemente feitas no campo para dar visibilidade ao patrimônio histórico-educativo com o objetivo de proteger e preservar estes materiais mantidos em arquivos escolares. Entre elas, merece registro o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipano (CEMAS), instituído em 2015 e também ligado à Universidade Federal de Sergipe (UFS) que inspira, igualmente, este trabalho. Recentes publicações coordenadas por professores e professoras da UFS, Dra. Eva Maria Siqueira Alves (dirigente do CEMAS), Dr. João Paulo Gama Oliveira e Dra. Rosemeire Macedo Costa evidenciam a importância dos arquivos escolares para a construção da história da educação¹⁷.

¹⁷ Trata-se da coleção ‘Uma Casa de Educação Literária: 150 anos do Atheneu Sergipano’, coordenada pelos(as) professores(as) doutores(as) Eva Maria Siqueira Alves, João Paulo Gama Oliveira e Rosemeire Macedo Costa. Publicado em Campinas (SP), pelo Mercado de Letras em 2020. A coleção se compõe de 10 volumes que abordam o Atheneu Sergipano a partir do seu arquivo, em variadas perspectivas.

Um dos organizadores da coleção ‘Uma Casa de Educação Literária: 150 anos do Atheneu Sergipano’, o historiador João Paulo Gama Oliveira (2020), reforça entre a importância para o estudo da história da educação os vários temas e contextos abordados nesta coleção que marcam um período entre os anos de 1848 e 1970. Materiais variados sobre o período escolar citado, deixados por intelectuais sergipanos que se constituíram “[...] como uma diferente chave para a leitura e interpretação da História da Educação” (OLIVEIRA, 2020, p.22) onde foi possível trabalhar com fontes de cunho escolar como “[...] boletins, cartas, cadernos de aula, fotografias, livro de atas, livro de contratos etc.” (OLIVEIRA, 2020, p.27), o que evidencia a importância da preservação destes materiais.

Estas iniciativas são valiosas para um futuro investimento nos materiais conservados no arquivo escolar do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima, em Florianópolis, que está em muito bom estado de conservação, ainda que sua organização não siga tecnicamente os critérios da arquivística. Tal situação também comporta pensar sobre certa falta de *expertise* daqueles que o guardaram, bem como, um desconhecimento e até ausência de políticas arquivísticas dentro da própria instituição. Mostrá-los e tentar historicizá-los é um desafio, mas também uma possibilidade ímpar de abrir este espaço tanto para conhecer a congregação como para estabelecer perspectivas futuras de pesquisa nesta área. Algumas imagens deste arquivo escolar serão aqui reproduzidas como forma ilustrativa do que se acha depositado no arquivo do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima. A sala do arquivo dos anos de 1958 a 1968, encontra-se na casa administrativa do colégio, situada na rua Pedro Cunha, 655, no bairro Estreito, em Florianópolis. O arquivo está em boas condições de preservação, mas aparentemente não há uma organização técnica em relação aos padrões de arquivamento, nem o uso como fonte de pesquisa e conhecimento.

Fotografia 17 - Arquivo onde estão disponíveis as pastas, entre os anos de 1958 e 1968, localizado na casa administrativa do colégio



Fonte: Arquivo do Colégio Nossa Senhora de Fátima (2021).

Outra iniciativa importante de diálogo para pensar este cenário, onde se encontram os arquivos do colégio, foi buscar estabelecer um diálogo a partir de alguns projetos desenvolvidos no CIVILIS, Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação, Cultura Escolar e Cidadania, na FE/UNICAMP e a RIDPHE, Rede Iberoamericana para a Investigação e Difusão do Patrimônio Histórico-Educativo, coordenados por Maria Cristina Menezes, na UNICAMP/SP. Ao mergulhar em alguns destes projetos, com ações desenvolvidas além das escolas, o diálogo com outros pesquisadores do Brasil e do exterior será enriquecedor para entender os processos de manutenção dos registros das práticas educativas, dos documentos, dos arquivos escolares em prol da construção do patrimônio histórico-educativo da instituição.

O livro ‘Desafios Ibero-americanos: O Patrimônio Histórico-Educativo em Rede’ (2016), organizado por Maria Cristina Menezes, apresenta uma lista de discussões de vários pesquisadores que se empenham na preservação do patrimônio educativo, em diferentes frentes de manifestações. Dessa forma, é possível reconhecer uma rede de apoio que tem como objetivo trazer possibilidades de pensar e continuar discutindo as várias formas de preservação e manifestações dos arquivos escolares.

O texto ‘Projetar espaços visando a organização e a direção da cultura material escolar: diálogo entre acervos’ de Maria Cristina Menezes (2016) trata dos cuidados referentes à preservação, organização e o reconhecimento do patrimônio gerado por práticas educativas, no intuito de preservar a cultura material escolar. O projeto tem como objeto principal os arquivos armazenados nas instituições escolares, onde estão guardados, qual o estado de conservação, como são identificados os documentos manuscritos da secretaria, dos diários escolares, da biblioteca, como também objetos que fazem parte da rotina da escola, mobiliários e materiais pedagógicos.

Neste texto foi possível fazer uma relação com o primeiro olhar feito nos arquivos do colégio em estudo, onde encontramos os arquivos escolares referentes ao recorte temporal da pesquisa de 1958 até 1968. Aparentemente estão organizados, mas ainda carentes de uma catalogação sistemática do ponto de vista da teoria arquivística. Eles trazem identificações dos conteúdos de cada pasta, de cada caderno, de cada relatório, encontrados nos lugares destinados a salvaguardar aqueles arquivos ainda sem uso, por vezes esquecidos em uma sala no segundo andar da casa administrativa, em frente ao colégio.

Com a ajuda da secretária do colégio¹⁸, foi possível ter uma ideia do que seria ou não possível encontrar. Esta contribuição foi fundamental pois, por vezes não era possível saber onde tal informação poderia estar registrada e neste momento se fez necessário visitar todo o material salvaguardado para ter uma ideia de onde os arquivos poderiam estar. A falta de uma relação das pastas e arquivos dificultou o início da pesquisa, que foi contornada com a contribuição da secretária.

No texto de Maria Cristina Menezes (2016) existe também como proposta a elaboração de uma ficha, com várias descrições, que contemple o objeto identificado, seja ele manuscrito ou de utensílios de ensino. Ali se contempla algo que segue a norma geral internacional de descrição arquivística, mas tal exemplo pode servir de diretriz para algo de menor escala, para que os arquivos do Colégio Salesiano Nossa Senhora de Fátima, em destaque aqui, possam ter respaldo para uma futura organização como arquivos de valor histórico-educativo.

Maria Cristina Menezes (2016, p. 190) acrescenta:

O acervo, em seu local de origem, guarda a sua história - a história que *pode* contar - , ganha vida e organicidade junto a uma instituição determinada. Não são apenas documentos, livros, mobiliário e material didático da escola de outros tempos, mas, sim de um tempo e local determinados, de uma instituição determinada, com uma comunidade própria, na qual adquiriram sentido.

¹⁸ Agradeço, sensibilizada, a Sra. Suzete Oliveira, secretária do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima, de Florianópolis/SC, pela condução aos arquivos do colégio e por me facilitar o acesso.

Este movimento das fichas articuladas para a descrição das várias manifestações da cultura material na mesma instituição como: documentos escritos, iconográficos, manuais escolares, registro de funcionários e de estudantes, objetos da escola, entre outros, estão nos arquivos da escola.

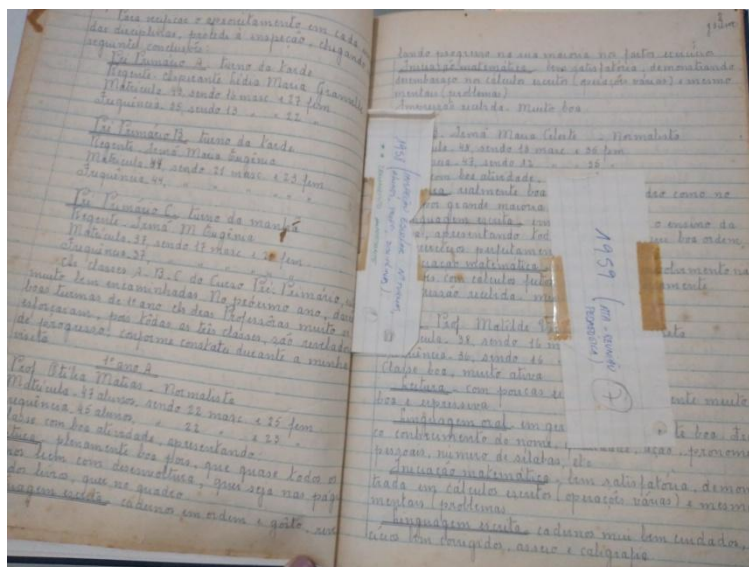
Ao movimentar estes arquivos e algumas pastas (com documentos, fotografias e folhetos) e cadernos de atas, encontram-se sinais de leitura e escrita, em forma de pequenos lembretes, rascunhos ou recordações. Para auxiliar na análise desses vestígios encontrados, o texto ‘Ler, anotar, guardar. A presença de leitores no acervo de livros escolares no museu da escola Catarinense (décadas de 20 a 60 do século XX)’(CUNHA, 2016) servirá como base para o diálogo entre os achados e a suposta representação deles.

O texto tem como objetivo a construção de conhecimentos sobre as práticas de leitura pelo viés dos sinais e vestígios deixados pelos leitores, ajuda a refletir sobre os achados nas atas, que quando pesquisadas encontramos aparentes rascunhos ou bilhetes para sinalizar ou quem sabe lembrar algo. São as marcas deixadas pelos leitores ou pelo próprio escritor do registro na ata.

Conforme Cunha (2016, p. 492):

Estas indagações permitem produzir conhecimentos, contribuir criticamente com questões singulares ligadas à história da leitura e se configura como um modo privilegiado de acesso a vestígios de sensibilidades, de encenação de atos rituais, de reconhecimento de sociabilidades geracionais ligadas aos livros e às práticas de leitura.

Fotografia 18 - Bilhetes encontrados no Livro de Ata nº 1, de 1958

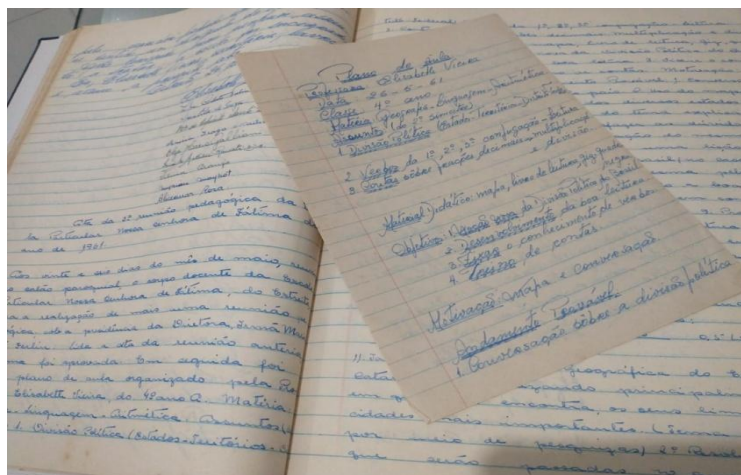


Fonte: Arquivo do Colégio Nossa Senhora de Fátima (1959).

No livro de Atas nº 1, especificamente no registro da reunião pedagógica do dia quatorze de março de 1959, encontramos dois pequenos bilhetes. Um bilhete identificando o ano que se inicia aquele livro de atas “1959 - Ata Reunião Pedagógica”, passando a ideia de identificação inicial a qual seria destinado o livro. Já o outro bilhete dá conta de uma anotação referente a outro livro de registro, intitulado “Têrmos de Visita do Colégio Nossa Senhora de Fátima”. Neste bilhete está registrada a seguinte referência: “1958 (inspeção escolar, nº de turmas, alunos, profs., disciplina - Documento Importante”. Parece estar se referindo a um livro que, embora esteja identificado como Livro nº 2, tem importância para a própria organização da escola. Eles foram encontrados na segunda página do livro de atas. As fitas adesivas que aparecem nas bordas dos bilhetes, estão totalmente amareladas, já não tem mais a sua função, pois os bilhetes estão soltos na página. Já na página onde está registrada a ata da reunião pedagógica, do dia vinte e seis de maio de 1961, encontram-se três folhas de um caderno brochura que aparentemente dão a ideia de um rascunho, utilizado para fazer os registros da reunião. Supostamente o rascunho teria a função de registrar os assuntos tratados e que depois seria passado para o livro de atas, para deixar tudo bem registrado e sem rasuras. Este procedimento permite pensar sobre a possibilidade de ser um recurso utilizado para não rasurar o registro final na ata. O mesmo tipo de rascunho foi encontrado também nas atas dos dias trinta de junho e 7 de setembro, todos no mesmo ano. Ao encontrar estes vestígios, a imaginação vai fluindo em forma de perguntas sobre em que condições e por qual razão estes bilhetes e rascunhos foram feitos. Foram redigidos por leitores ao consultarem os registros ou no caso dos

rascunhos das atas pelas pessoas que eram responsáveis pelo registro da ata da reunião? São conjecturas, mas, tendo a ata uma função de documento oficial é pertinente não ter rasuras.

Fotografia 19 - Rascunho da Reunião do dia 26.05.1961 - Livro de Ata nº 1, de 1958



Fonte: Arquivo do colégio Nossa Senhora de Fátima (1958).

Algumas indagações vão despontando sobre estes supostos rascunhos encontrados, pois são iguais as atas registradas na mesma data. Qual seria a finalidade? As atas seriam feitas durante as reuniões ou poderiam ser registradas no decorrer dos dias? E as assinaturas de cada ata, seriam feitas quando? No mesmo dia da reunião ou nos próximos dias? Os registros de atas tinham como objetivos relatar tudo o que de fato era conversado ou somente os assuntos relevantes eram anotados? Certamente que tais perguntas devem merecer estudos posteriores considerando-se, por exemplo, o livro de atas como documento oficial da escola, o que torna viável pensar em um primado da ordem em sua confecção, daí a preocupação em deixá-lo sem rasuras.

As atas ali registradas, por sua vez, seguem aparentemente uma ordem protocolar deste tipo de documento: identificação do colégio e do corpo docente, data da reunião, horário, leitura da ata anterior, apresentação de um plano de aula (identificado com a classe, matéria, assunto, objetivo, motivação, andamento provável em todos os procedimentos da aula). Logo após a apresentação do plano de aula, constam recados de ordem prática como organização das turmas, notícias sobre o pelotão de saúde, biblioteca, liga pró-língua nacional entre outros¹⁹, seguidos da

¹⁹ A referência ao pelotão de saúde, a biblioteca, a pró-língua nacional evidenciam a observância do colégio às leis de ensino em Santa Catarina. Ver: SANTA CATARINA. Decreto nº 3.735 de 17 de dezembro de 1946. Este decreto estabeleceu o regulamento para os estabelecimentos de ensino primário no Estado de Santa Catarina. Título IV – das instituições complementares da escola, Art. 460-464. **Secretaria da Justiça, Educação e Saúde, Departamento da Educação**. Imprensa Oficial do Estado: Florianópolis, 1947, p. 65. Além de regulamentar a estrutura e funcionamento da escola, o decreto criou uma rede de instituições nomeadas de “complementares da escola”, como o pelotão de saúde, a liga pró-língua nacional e a biblioteca escolar. Um dos principais objetivos

discussão sobre os casos de indisciplina de alunos. Os casos de indisciplinas citados que mais se repetem nas atas são assim denominados como: conversas em aula e nas filas, correr pelas dependências da escola, falta de postura na hora do hino nacional, não fazer as tarefas de casa, baixo rendimento, namoro e responder para a professora, irmãs ou algum funcionário da escola. E por último as combinações do próximo encontro, como quem irá apresentar o plano de aula e quem fará o registro/rascunho da reunião.

O que se sabe é que pela leitura das atas do Livro nº 1 é possível considerar que os registros nas atas anunciam fatos que teriam acontecido nas reuniões pedagógicas, registros para evitar esquecimento e, possivelmente, pela escrita, deixando anotado tudo o que não poderia ser esquecido, para servir de informação e mesmo exemplo para projetar futuras ações pedagógicas da escola. Menezes (1998) indica para a importância dos registros como apontamentos do presente e mesmo como “lugares de memória” (NORA, 1993).

Relíquias, semióforo, objetos históricos: seus compromissos são essencialmente com o presente, pois é no presente que eles são produzidos ou reproduzidos como categoria de objeto e é às necessidades do presente que eles respondem (MENEZES, 1998, p.94).

O apontamento de Menezes (1998) ajuda a pensar na dimensão da informação como fonte que, ao ser problematizada, se transforma em documento histórico. Como o documento traduz um suporte da informação, isto é, foi criado para registrar e guardar as informações. Qualquer objeto pode ter a função de um documento, onde o mesmo pode fornecer várias informações sobre o seu conteúdo. Vale observar que o documento se define em relação a um terceiro. O documento por si só é apenas um objeto, torna-se fonte com a mediação do historiador. Ainda de acordo com Menezes (1998, p. 95), cabe ao historiador operar com documentos e dar a eles legitimidade histórica, como explica abaixo:

[...] resgate a Bela Adormecida de seu sono programático. E, pois, a questão do conhecimento que cria o sistema documental. O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica. Não há por que o documento material deva escapar destas trilhas, que caracterizam qualquer pesquisa histórica.

destas instituições era “[...] oferecer aos alunos a oportunidade de exercitar atitudes de sociabilidades, responsabilidade e cooperação” (Art. 160).

Outro ponto relevante a destacar, é que poderia sim existir uma prática em que primeiro era feito um registro das atas em rascunho, para que nada ficasse de fora, e que as informações no futuro, caso fossem consultadas, servissem de fontes.

Cunha (2015) esclarece que a compreensão do ato de organizar e salvaguardar em arquivos, assim denominado de patrimônio cultural, histórico e educativo, está ligada a uma ação maior de guardar. É a ação feita no tempo presente de registrar os fatos ocorridos no cotidiano escolar. Assim, a ação de registrar e guardar tem a função de combater o esquecimento dos fatos ocorridos, bem como auxiliar na investigação das questões relacionadas às origens dos objetos e documentos da cultura material da escola e considerar tal documentação como patrimônio histórico-educativo e como base para as pesquisas.

3.1.2 Preservar e divulgar o Patrimônio Histórico-Educativo do Colégio

Nesta subseção trata-se sobre a importância de descrever e problematizar alguns materiais/artefatos de cunho escolar que compõem o arquivo do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima. Propõe-se, assim, uma apresentação breve de sua constituição e encaminhe-se sobre a possibilidade de ações orientadas para um trabalho de conscientização e preservação do patrimônio histórico, com vistas à abertura do arquivo para futuras pesquisas.

Pensar a escola como portadora de um patrimônio histórico-educativo é pensar também que o este patrimônio contém aspectos de cenários educativos montados pelas escolas e que, estudá-los é propício a um maior conhecimento da cultura escolar que põe em destaque uma memória material da educação, por exemplo. Nesse sentido, as palavras do historiador da educação, o espanhol Pablo Alvarez Domínguez (2009), contribuem para elucidar sua presença e importância. Nas palavras deste autor:

El patrimonio histórico educativo, además de ser una construcción social, es también el legado que diferentes generaciones de educadores y educandos nos ha dejado.(...) en el marco de las renovadas tendencias de la historiografía desarrolladas durante las últimas décadas, ha cobrado especial interés el estudio de la escuela como un espacio social que se construye con una cultura propia, capaz de reinterpretar el influjo de factores exógenos y explicar así buena parte de la estructura de su organización interna. Tanto es así, que tal vez estemos presenciando en directo la decisión de historiadores de la educación, de reorientar su investigación hacia el conocimiento de la escuela por dentro, y su funcionamiento interno, valiéndose de las aportaciones de patrimonio histórico-educativo, museología y la museografía, y poniendo de relieve que la institución educativa puede y debe entenderse como un espacio social que se construye con una cultura a conservar nuestras señas de identidad cultural y escolar.

En este sentido, no podemos dejar de recordar que la cultura no existe sin las personas²⁰(ALVAREZ DOMÍNGUEZ, 2009, p.194-204).

Alvarez Dominguéz (2009) reitera que tudo que integra o patrimônio histórico-educativo e que tem a ver com a vida escolar - objetos, materiais, peças do cotidiano - liga-se a um passado educativo e são elementos estratégicos fundamentais para reconhecer fragmentos da memória das instituições educativas. Nesse sentido, a documentação arrolada era pouco valorizada nos arquivos do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima (fotos, documentos oficiais, cadernos de aula, listas variadas, relatórios) e pode vir a ser tratada. Doravante, como um patrimônio histórico-educativo, qual seja, uma representação memorial que se projeta para futuros investimentos em pesquisa.

De igual maneira, Alvarez Dominguéz e Vasconcelos (2021, p. 7)em trabalho que realizam com fotografias e impressos (santinhos de primeira comunhão) ressaltam como fotografias e documentos impressos preservados são capazes de funcionar na memória por intermédio dos sentidos que despertam quando trabalhados. Enfatizam, especialmente, que documentos guardados, seja em arquivos pessoais quanto escolares, “[...] têm cunho histórico educacional que necessitam do olhar atento de pesquisadores, tendo em vista que podem ajudar a reconstruir e interpretar passagens da história da educação” (ALVAREZ DOMINGUÉZ; VASCONCELOS, 2021, p.20) e é nessa chave que se situam os documentos até aqui preservados no Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima, que estão à espera de mais investimentos como patrimônios histórico-educativos.

Estas iniciativas de pesquisa, ainda que iniciais, sinalizam uma nova configuração no campo do patrimônio no Brasil, redesenhada nas duas últimas décadas e abrangem uma multiplicidade de dimensões, cujos trabalhos trazem o patrimônio educativo para um quadro de debates. Importa, aqui, considerar o trabalho da historiadora portuguesa Maria João Mogarro (2013) que destaca que a primeira década do século XXI assistiu a um desenvolvimento significativo neste domínio, com sociedades científicas, associações, redes nacionais e

²⁰ O patrimônio histórico educacional, além de ser uma construção social, é também o legado que diferentes gerações de educadores e educandos nos deixaram. [...] No marco das tendências renovadas da historiografia desenvolvidas nas últimas décadas, o estudo da escola é um espaço social que se constrói com uma cultura própria, capaz de reinterpretar a influência de fatores exógenos e, assim, explicar muito da estrutura de sua organização interna e isso ganhou especial interesse. Tanto assim, que talvez estejamos presenciando diretamente a decisão dos historiadores da educação, de reorientar suas pesquisas para o conhecimento da escola a partir de dentro, e seu funcionamento interno, valendo-se das contribuições do patrimônio histórico-educacional, museológico e museografia, e enfatizando que a instituição educacional pode e deve ser entendida como um espaço social que se constrói com sua própria cultura, ajudando-nos a preservar nossos signos de identidade cultural e escolar. Nesse sentido, não podemos deixar de lembrar que não existe cultura sem pessoas. (Tradução da autora).

internacionais a expressarem esta vitalidade nos seus projetos de investigação, eventos científicos, publicações e iniciativas museológicas, representando um número muito importante e notável qualidade alcançada, com a confirmação de novas abordagens e fontes de informação. Para a autora, a emergência desse campo, apesar da maturidade, deve-se considerar ainda em construção. Ainda que já se possa falar na ampliação e diversificação de orientações, perspectivas, discursos, temas, métodos e fontes de informação, que trouxeram uma convergência com outros campos do conhecimento, além da história e educação.

Mogarro (2013) explica que o trabalho realizado inclui, em si, a continuidade e aprofundamento das investigações neste campo, com o desejo de intensificar os estudos e ações de defesa, salvaguarda e divulgação do patrimônio educativo e, conseqüentemente, do conhecimento científico acumulado e do seu patrimônio social, acadêmico e cultural.

O patrimônio educacional, sua história e memória compartilham as propostas de políticas de renovação da sociedade e é parte integrante de um movimento que dá grande importância aos discursos dos atores educacionais, principalmente temas dedicados à prática educativa e aos processos de ensino e aprendizagem. Aprendizagem que ocorre na escola e na sala de aula em tempo real e na qual eles adquirem seus conhecimentos a partir da experiência. Os artefatos materiais fazem parte desses processos e por meio deles abordamos sistemas e realidades educacionais (MOGARRO, 2013).

Seria impossível uma busca por pistas para reconstruir um passado como ele foi, mas uma representação que pudesse nos conscientizar de quão importante foi e ainda é. Essa ‘voz’ que se dá a uma história contada, escrita, leva a considerar que a documentação escolar, seja ela uma documentação que a escola, seus professores e professoras guardam, e mesmo algum aluno guardou, constitui uma das variadas expressões da memória patrimonial e compõem o arcabouço do patrimônio histórico e educativo.

Dentro do contexto, concorda-se com Possamai (2019) que propõe ser fundamental que a comunidade escolar seja conscientizada e reconhecida da existência de um patrimônio de natureza coletiva, que vai muito além dos prédios, móveis e equipamentos diversos presentes na instituição. Um legado constituído por um complexo de relações apoiado, por um lado, nos documentos oficiais que detêm e nos vários registros textuais e iconográficos das suas atividades e por outro, no conjunto difuso, mas não menos importante, das memórias que estão inscritas em suas paredes, em suas diversas salas e por meio das quais são trazidos à luz relatos de sujeitos que participaram de diversos momentos da história da escola. Uma forma de herança em fluxo perpétuo, sujeita de alguma forma a seleções, escolhas e atribuição de valores (POSSAMAI, 2019).

Dentro do contexto do papel dos estudos de patrimônio histórico e educativo, para Souza e Santos (2012) é importante falar em imagens, fotografias de arquivos que na visão dos autores revelam aos poucos a dimensão política inerente à cultura escolar, cujos movimentos, atravessados por tensões e contradições, representam experiências formativas para os diversos sujeitos envolvidos na comunidade escolar.

Fotografia 20 - Relatório iconográfico de 1950 até 1979



Fonte: Arquivo do Colégio Nossa Senhora de Fátima (1958).

As imagens acima colocadas convidam a perceber a dimensão de registrar momentos, seja no gesto de cuidar do coletivo, seja na proteção da memória, no trabalho comunitário efetuado pelo colégio. Arquivar, registrar as diferentes manifestações do cotidiano do colégio ajuda a entender como pode ter acontecido a criação dele. Ainda que o arquivo do CSNSF, aqui apresentado, não responda a todas as questões que o historiador da educação deseja, ele nos coloca diante de um quadro que, mesmo fragmentado e repleto de lacunas, permite traçar indícios da própria história escolar, que podem ser parcialmente preenchidos tanto por documentos variados, como por relatos/memórias de diversos sujeitos que participaram ou ainda estão participando desse desenvolvimento.

As imagens fotográficas nos oferecem um instantâneo de diferentes momentos, mas é preciso tentar compreender a história ou as histórias que dão sentido a essas imagens para captar traços das relações sociais que estabeleceram a possibilidade de sua existência. Elas, portanto, nos incentivam a conectá-las às memórias de várias pessoas que de alguma forma vivenciaram a escola e esta pode ser uma das ações a serem desenvolvidas para a preservação e conhecimento da história do colégio, por exemplo (SOUZA; SANTOS, 2012).

A importância da preservação do patrimônio histórico pode estar ligada à memória coletiva e individual, pois por meio da memória somos guiados a compreender passados, comportamentos de determinado grupo social, cidade e nação. A busca pela memória também contribui para a formação da identidade, para a salvação das raízes. Está ligada à formação cultural, histórica e econômica de um povo.

Vera Lúcia Gaspar da Silva e Margarida Louro Felgueiras (2011) em seu estudo, procuraram destacar documentos inerentes ao Museu da Escola Catarinense no setor da Biblioteca Pública de Santa Catarina, que é um espaço dedicado não só à preservação de documentos, mas também à disponibilização à população de uma série de obras relacionadas à memória bibliográfica do Estado. A pesquisa das autoras considera a construção de um banco de dados como uma ferramenta de consulta pública, pois esse trabalho deve ser contínuo como parte das atividades dos museus, à medida que novos dados são coletados. O fundo físico, por sua vez, é material de pesquisa.

Dessa maneira, ao falarmos sobre a possibilidade de ações orientadas para um trabalho de conscientização e preservação do patrimônio histórico dentro do colégio, o ideal seria a construção de um banco de dados como espaço de consulta pública sobre o acervo contido no material do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima.

É importante frisar que histórias, dados, conteúdos tão interessantes tenham o devido cuidado sim, mas, no entanto, devem estar disponibilizados à sociedade e por toda a história material do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima. Observa-se a importância que a sua fundação tem para a sociedade, em especial para a comunidade do bairro Estreito (Florianópolis/SC). Ademais, um banco de dados tem sua significativa importância no contexto escolar. Mais recentemente houve mais diálogo entre os espaços de memória e as escolas. Assim, os temas da memória e do patrimônio vão sendo gradativamente incorporados aos currículos escolares. O objetivo é criar significado, conhecimento e respeito ao patrimônio (MATOZZI, 2008).

Um legado feito de memórias e histórias que devem ser observadas sobre um prisma não somente com ideia patrimonial, mas a partir de um contexto histórico e social por meio documental.

Uma das motivações para a realização deste trabalho está no fato de abrir perspectivas de atuação, nas escolas, para ações que promovam um conhecimento do seu patrimônio histórico-educativo. Pode-se pensar que a educação patrimonial apresenta-se como um importante instrumento que possibilita fortalecer as relações que as comunidades têm com as identidades e com as histórias de seu lugar, com a escola promovendo a valorização das mais

diversas expressões culturais que se manifestam no cotidiano dos grupos sociais, de variadas formas, como documentos e suas narrativas. Importante também salientar que a construção de memórias propicia conhecimentos e sensações e relaciona-se com o que foi vivenciado, com o que está sendo apreendido. São movimentos que envolvem trocas de experiências orais e escritas e diante disto vale recorrer a Walter Benjamin (1994, p.197):

A fonte das narrativas deve ser '[...] a experiência que passa de pessoa a pessoa, a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais, contadas pelos inúmeros narradores anônimos'.

Para dar prosseguimento à abertura de perspectivas para a construção, ainda que inicial, de uma política arquivística para as escolas, em destaque para os arquivos do CSNSF, autores foram abordados para contribuir com experiências realizadas neste campo, com vista à abertura de outras frentes de trabalho a partir de arquivos escolares.

No âmbito internacional, recorreu-se aos trabalhos de Silva (2022) seja em forma de artigos acadêmicos sobre a temática, seja na organização de exposições pedagógicas, na Espanha e no Brasil²¹. Em Portugal (2015), Mogarro afirmou que o patrimônio educacional, sua história e sua memória compartilham as propostas políticas de renovação da sociedade e são partes integrantes de um movimento que dá grande importância aos discursos dos atores educacionais, especialmente dos sujeitos comprometidos com a prática educativa e os processos de ensino e aprendizagem. Aprendizagem que ocorre na escola e na sala de aula em tempo real e na qual eles adquirem seus conhecimentos a partir da experiência. Os artefatos materiais que constam dos arquivos escolares portugueses fazem parte desses processos e por meio deles abordamos sistemas e realidades educacionais (MOGARRO, 2015, p. 71).

Com relação às perspectivas futuras, Mogarro (2015) explica que o interesse pelo patrimônio histórico da educação faz parte das novas perspectivas sobre a cultura e a materialidade escolar, que veem os materiais instrucionais e os objetos do cotidiano como artefatos que lançam luz sobre as inovações tecnológicas e sua aplicação às realidades educacionais. Esses objetos permanecem inativos em si mesmos (lápís, carteiras, lousas, livros,

²¹ Ver catálogo da exposição 'Mulheres e Educação no Século XIX, Artefatos e Sensibilidades' sob curadoria de Maria Celi Chaves Vasconcelos, Pablo Alvarez Domínguez, Alexandra Lima da Silva, Ana Cristina B. Lopez M. Francisco e Luciana Borges Patrolo (2022) que apresentou muitos materiais ligados à escolarização (VASCONCELOS *et al.*, 2022). Disponível em: www.mulhereseeducacao.uerj.br. Acesso em: 31 out. 2022.

computadores, registros escritos etc.), mas quando colocados no contexto dos usos que professores e alunos fizeram deles, tornam-se ferramentas poderosas para o desenvolvimento da sala de aula e as práticas educativas em sala de aula iluminam diariamente rotinas. É uma dimensão da vida escolar que permaneceu no escuro e no silêncio, mas que recentemente estabeleceu-se como uma das mais ricas e mobilizadoras direções de pesquisa em história educacional e cultural e requer novas abordagens metodológicas (MOGARRO, 2015, p. 71). A autora argumenta, ainda, que o patrimônio pedagógico inclui todo o material da escola, ou seja, o edifício escolar, o mobiliário, os documentos antigos incluindo as produções dos alunos, os troféus, os instrumentos e materiais de laboratório e alguns outros objetos. Inclui também materiais em papel relacionados a esses objetos, como catálogos, manuais escolares, documentos de arquivo, além da literatura que trata do assunto (MOGARRO, 2015).

Ao trabalharem com o arquivo do Colégio Farroupilha, em Porto Alegre/RS, Bastos e Jacques (2014) destacam que a pesquisa histórica muitas vezes se torna difícil e limitada, tanto pelo desconhecimento dos documentos disponíveis quanto pela inadequada catalogação e conservação. Nesse sentido, o repertório documental é uma importante ferramenta de trabalho para o pesquisador, pois conceberia um determinado tipo de fonte de pesquisa e indicaria onde encontrá-la.

Tais cenários também são passíveis de encontrar nos arquivos do colégio, embora estejam bem conservados ainda não estão catalogados e este investimento metodológico de catalogação faria com que fossem brevemente localizados, e também serviria como fonte para pesquisas escolares, para os próprios alunos do colégio. Este fato ajudaria a criar nos estudantes uma postura de valorização, cuidado e reconhecimento da importância dos registros na busca de respostas quando não houver memória sobre um fato que sequer foi vivenciado pelo estudante.

Ainda no contexto de ações orientadas para conscientização e preservação do patrimônio histórico, é importante destacar a visão das autoras Vera Lúcia Gaspar da Silva e Margarida Louro Felgueiras (2011) sobre a obra de Maria Cristina Menezes a respeito da importância do inventário.

Menezes pondera que o inventário é uma ferramenta que permite que coleções sejam abertas para pesquisas, visitas, novas elaborações expressando outros saberes, desde que sejam garantidas condições seguras para a consulta dos acervos sobreviventes. Entretanto, a autora chama a atenção para o fato de que mesmo após dez anos salvando coleções ameaçadas de extinção em porões, sótãos e outras salas de aula, percebeu o quanto o trabalho de inventário exige dos pesquisadores.

E nesse contexto de inventário, em análise feita pelas autoras Silva e Felgueiras (2011, p.6) citando Menezes, explicam que é um trabalho que exige conhecimento em diversas áreas, exige pesquisa histórica, leitura dos próprios documentos, é, portanto, interdisciplinar e nem sempre as equipes permanecem as mesmas, o que além da agravante falta de dinheiro, muitas vezes dificulta novos estudos. Justamente pelo desconhecimento das diferentes frentes que se abrem nesses tipos de projetos, nem sempre eles são tratados com a devida diligência por agências de fomento e afins.

De toda forma, Mogarro (2015) reitera que o projeto de ‘Inventário e Digitalização do Patrimônio Educacional Museológico’ desenvolvido pelo Ministério da Educação português, com o objetivo de inventariar e digitalizar os bens de interesse museológico encontrados em antigos liceus e escolas técnicas de diferentes regiões de Portugal e salvaguardar este material para o proteger e divulgar pode servir de inspiração para ações em nosso país.

O principal desafio nesta área reflete-se na necessidade de que as escolas configurem-se não apenas como um local de transmissão de conteúdos propedêuticos mas sobretudo, como instituições que cumpram a tarefa de formar cidadãos críticos e conscientes da pluralidade que permeia o espaço em que vivem e o mundo ao seu redor, conscientizando-os de suas responsabilidades, respeito e bem-estar com os espaços, construções e outras manifestações que moldam, valorizam e promovem as experiências de seu tempo.

Riffel e Damasceno (2017) explicam que para atender formas de transmitir a educação patrimonial é necessário entender que ela desempenha um papel importante no processo de preservação e valorização da memória e das referências culturais, pois vai além das abordagens usuais para a preservação do patrimônio. Suas ações pedagógicas possibilitam construir conhecimentos a partir de um amplo diálogo entre a escola e as comunidades, para que os moradores locais - portadores de saberes cotidianos - estabeleçam relações efetivas de conhecimento e assim preservem suas memórias e suas práticas culturais cotidianas.

Os autores supracitados esclarecem, ao final de seus estudos, que do ponto de vista da educação patrimonial é fundamental a promoção de ações educativas embasadas em referenciais culturais locais, sendo este um processo que permitirá a construção de relações valiosas com a realidade concreta.

Essas atividades permitem a compreensão e valorização de seu modo de vida, sua cultura e sua sociedade, e permitem que cada sujeito se desvincule de seu mundo e de suas referências para compreender e refletir sobre outros mundos e assim possibilitar a emergência de uma cultura de tolerância à diversidade (RIFFEL; DAMASCENO, 2016, p. 18).

Os estudos de Escolano Benito (2010, p. 48) sobre educação patrimonial apontam como uma ferramenta que pode contribuir para a preservação do patrimônio histórico escolar:

[...] una revalorización de las cosas y de la tecnología como formas de expresión de las prácticas materiales de los humanos e demanda una nova percepção da cultura material como creación, y también como categoría disciplinaria, más allá de su valoración instrumental.

Escolano Benito (2010) destaca que o patrimônio material, como registro empírico das práticas culturais de uma determinada época, pode criar uma nova intelectualidade coletiva de caráter emancipatório e crítico, para tornar a história reflexivamente compreensível e orientar a prática dos indivíduos. Para o autor, o patrimônio educacional é, portanto, um reservatório para ilustrar às novas gerações o conhecimento de modelos pedagógicos que informam sobre as práticas pedagógicas do passado e ajudam a entender que toda educação é histórica e atual, sustentada por avanços tecnológicos que pesam com o passar dos anos. Tornar-se uma referência a um passado a ser lembrado.

A ação de conservação deve envolver a comunidade acadêmica, secretarias estaduais e municipais de educação, secretarias de educação, de ciência e de tecnologia, enfim, os diversos atores envolvidos. Cada escola e comunidade poderia ter a responsabilidade local de organizar práticas, com o apoio de estruturas mais amplas, para proteger, preservar e disseminar sua memória pedagógica.

Pensando nos diálogos aqui estabelecidos no decorrer deste capítulo com alguns autores como: Riffel e Damasceno (2017), Mogarro (2015), Oliveira, (2020), Souza e Santos (2012), Silva (2022), Cunha (2016), Menezes (2016), Álvarez Dominguéz e Vasconcelos (2021) entre outros, podemos sugerir algumas iniciativas de ações a serem realizadas na comunidade educativa. A criação de exposições educativas sobre a história do colégio, com objetos de várias épocas, como cadernos, livros, boletins e outros (estes poderiam ser doados pelos antigos alunos do colégio). Desenvolver ações nas aulas de diferentes disciplinas primando pela história e memória do colégio. Apresentar de forma sucinta a pesquisa aqui realizada para o grupo de professores, salientando a importância de guardar, documentar alguns fatos ocorridos no processo educativo. Ter um vídeo e um folder institucional com a história de evolução do colégio.

Neste contexto, analisando a existência ou não como patrimônio histórico educativo no Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima, sigo a observação de Dimenstein (2017) relacionada a práticas de educação do patrimônio que entendem que para preservá-lo, é

importante romper com a errônea teoria futurista de que o passado não pode coexistir harmoniosamente com o presente.

A importância de lugares de memória dentro do colégio se faz necessário, não apenas para documentar os feitos de cada ano de existência da instituição, mas também para que os estudantes e a comunidade educativa tenham contato com as falas e fatos do cotidiano do colégio. Vivências estas, importantes para promover a construção de uma identidade institucional e fortalecer a valorização do processo educativo.

Preservar a memória materializada no patrimônio salvaguardado no colégio possibilita a construção de identidades sociais, seja individualmente, seja como grupo. A preservação e problematização desse arquivo permite fazer uma conexão entre passado e presente, sinalizando que as práticas vivenciadas no cotidiano da escola têm uma história e estão relacionados a movimentos políticos e sociais, muitas vezes, exteriores ao espaço da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esta pesquisa buscou-se elementos que pudessem trazer à tona a forma como o Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima foi criado e como foi constituindo o seu patrimônio histórico educativo ao longo dos seus primeiros dez anos. Anos entre 1958 e 1968, marcado pelas primeiras mudanças estruturais ocorridas em relação às leis educacionais brasileiras. A narrativa aqui apresentada iniciou fazendo uma breve contextualização da Congregação do Divino Salvador, da qual as irmãs salvatorianas fazem parte, passando para coleta de informações que dessem conta de entender como foi a chegada delas na parte continental de Florianópolis, no bairro Estreito. Quais eram as condições e necessidades da paróquia, da congregação e da comunidade do Estreito? Isto tudo no ano de 1958! Quem foram os agentes envolvidos na instalação da instituição? O que ela preservou em seus arquivos relativos ao colégio.

Dentro daquele contexto de 1958 foi possível constatar que o referido colégio foi fundado em um espaço improvisado na paróquia Nossa Senhora de Fátima, localizada no bairro Estreito, na parte continental de Florianópolis. Até chegar à sua sede atual transitou por reformas estruturais, mudança de endereço e algumas mudanças educacionais ao longo deste período, com o intuito de incorporar diretrizes pedagógicas e curriculares que foram demandadas, em geral, por reformas legislativas. Percebeu-se o intuito de priorizar uma educação emancipatória, mas com a responsabilidade de tratar de conteúdos cívicos, morais e religiosos, pertinentes à época entre 1958 e 1968. Além disso, a instituição pareceu estar atenta às necessidades da igreja católica local e da comunidade do bairro. A construção desta narrativa sobre a vinda das freiras e os anos iniciais do colégio baseou-se em grande parte, nas fontes escritas divulgadas pela própria congregação e partiu-se do pressuposto de que as memórias registradas são produtos de representações dos indivíduos que as produziram e por este motivo apresentam uma forma peculiar de contar a história que não contempla a forma acadêmica, pois, geralmente, são visões ufanistas e laudatórias, sem muitos crivos críticos e analíticos. De igual maneira, a pesquisa evidenciou a presença política do governo à época tanto pela presença na obra e no Colégio como pelo incentivo dado à construção do prédio por meio do fornecimento de operários para ajudar este Colégio levado à frente pelo caráter extremamente empreendedor das freiras e sua execução. De toda forma, o distanciamento e a criticidade às fontes necessárias a um trabalho de pesquisa desta natureza foram exercidas pelo diálogo teórico realizado.

Em um segundo momento buscou-se refletir sobre o conceito de cultura escolar e cultura escolar católica e as manifestações destas ‘culturas’ no cotidiano das práticas educativas

manifestadas no colégio. Com este contexto foi possível elucidar o processo não só da criação do colégio, mas também de como os agentes envolvidos com a instituição foram se apropriando das leis educacionais vigentes e foram se adaptando a partir do que era exigido, sem perder de vista as principais linhas de pensamento que regiam as ações educativas da instituição e que estariam pautadas em um ‘carisma salvatoriano’.

O terceiro momento, por sua vez, talvez o mais interessante e desafiador deles, trouxe a necessidade de entender e apropriar-se do conceito de patrimônio histórico-educacional. Nesta esteira, desenvolveu-se uma análise baseada nas potencialidades de investigação presentes nos arquivos, nos registros, nas memórias e na visibilidade ou não deste que se intitula de patrimônio histórico-educacional do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima. A pesquisa nesta etapa tratou dos pontos e contrapontos de uma instituição que tem seus arquivos guardados, mas que ainda não enaltece a importância de salvaguardar os diferentes documentos, fotografias, objetos educacionais para futuras análises e estudos das comunidades educativas e da comunidade externa. Tal capítulo permitiu fazer um questionamento sobre tantos outros registros que, provavelmente, foram perdidos ou fragmentados, que ficaram silenciados com o tempo e que, até mesmo pela falta de expertise para salvaguardar corretamente os registros documentais, não captaram sua importância e nem os guardaram como memórias, para a construção da própria história do colégio. Outra questão percebida é a falta de políticas arquivísticas dentro da própria instituição que tratem com importância um patrimônio histórico e educativo ativo, se enriquecendo cada vez mais com a chegada de um novo objeto educacional, documento e registro, seja escrito, fotográfico, audiovisual, entre outros.

No arquivo do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima que está situado na casa administrativa, em frente ao prédio do colégio, há, sim, coleções documentais que estão guardadas, aparentemente bem conservadas e colocadas em um armário de madeira, presumidamente bem protegidas. Ainda não há uma organização mais pontual, com critérios técnicos e normativos, por exemplo, para a preservação das pastas que abrigam cadernos e livros de atas, guardadas aleatoriamente uma ao lado da outra, sem qualquer informação específica. Seria recomendável o uso de tabelas/listas explicativas do que está contido no arquivo inclusive como meio facilitador para futuras consultas. Não há tabelas com a ordem de cada pasta; livro de atas, como seus respectivos assuntos e contextos. Esta situação dificultou, no decorrer da pesquisa, encontrar as informações essenciais à pesquisa - um trabalho que, aliás, ocorreu por uma atitude muito mais intuitiva do que visual, em que as ausências, aludem pensar até em possíveis arquivos silenciados e/ou alvo de segredos.

Considerando o zelo das freiras e das equipes diretivas e o próprio tempo de existência do colégio (desde 1958), o material encontrado deu suporte a esta pesquisa, e pode-se conjecturar que os guardados que constituem o arquivo atual, como um todo, têm uma organização advinda da própria preocupação das irmãs de deixar registros bem organizados, principalmente os que se referem às questões burocráticas - registros de documentos de ordem administrativa - que estão ali adequadamente preservados. Ainda que haja esta disposição preservacionista nota-se que o arquivo escolar visível e consultado para este trabalho foi apenas uma parte, pois tudo indica que ele contém um *iceberg* submerso, oriundo de perdas e mesmo de descartes indevidos.

Pouco há de objetos ou registros mais pontuais das práticas educacionais, ou seja, de trabalhos de alunos, de livros didáticos utilizados, de horários, cadernos escolares etc. Tais questões aqui levantadas autorizam a pensar na ação do profissional pesquisador de/em arquivos. É imperioso registrar que para a efetiva ação arquivística cabe ao pesquisador/historiador a tarefa de problematizar e buscar explicações possíveis, entre os registros arquivados a partir de questões levantadas no decorrer da pesquisa, tendo como horizonte de trabalho que os próprios documentos do arquivo são representações do acontecido que registram uma parte de um cenário que foi construído a partir de escolhas tecidas pelo olhar de quem os registrou e até de quem os arquivou.

Esta pesquisa nos arquivos do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima criou oportunidades de observar e qualificar as práticas guardadoras que resultaram na criação do arquivo, bem como de observar uma dinâmica de práticas escolares e administrativas do colégio onde atuo. Em função desta inserção permito-me sugerir algumas ações para reconectar e fortalecer práticas de salvaguarda e preservação que possam constituir o patrimônio histórico-educativo na instituição escolar cuja congregação agrega outras unidades, como em Videira/SC e Passo Fundo/RS. Como contribuição à implementação de práticas escolares que valorizem a produção de memórias do colégio e que contribuam para sua história na educação catarinense, sugere-se a destinação de um espaço no colégio para se ter uma exposição fixa de alguns objetos e documentos sobre a história do colégio e da própria congregação que o dirige, ao lado da montagem de exposições educativas sobre esta história com objetos de várias épocas, como cadernos, livros, boletins e outros. Tais iniciativas comportam propor, por exemplo, campanhas de doação de objetos educativos a serem desfeitos pelos antigos alunos do colégio e que possam ser utilizados em diferentes disciplinas, que juntas trabalham a relação entre memória e história, Certamente que sem o efetivo envolvimento do corpo diretivo e docente estas ações teriam

pouco êxito e, assim, torna-se fundamental incentivá-las, tanto em reuniões pedagógicas quanto em reuniões com os alunos e seus pais, de modo a construir políticas de arquivos institucionais.

Finalmente, no tempo presente, movido pelas tecnologias de informação, a sugestão engloba elaborar um vídeo em que haja depoimentos dos vários segmentos envolvidos na construção do arquivo do colégio, precedido de um folder e, ambos, tivessem divulgação em variadas mídias sobre as artes de guardar e de construir memórias que ressoem em história, seria um passo importante para a valorização dos arquivos do colégio. Neste nosso tempo presente, convém acrescentar depois de ‘mexer’ em suas entranhas, que o colégio prima pela constância da sua identidade, do seu carisma confessional de base católica e que vai refletir sobre a importância de se manter e dar realce técnico ao seu arquivo institucional que é rico e envolve além de extensa documentação, o patrimônio edificado e os artefatos escolares preservados e considerando-o como um patrimônio histórico educativo ímpar. Tal iniciativa, reforçará esta comunidade educativa tanto na consolidação de sua identidade quanto no fortalecimento de seus valores mais intrínsecos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: Edusc, 2007. (Ensaio de Teoria da História).
- ALVAREZ DOMINGUÉZ, P. Espacios educativos y museos de pedagogía, enseñanza y educación. **Cuestiones Pedagógicas**, [s. l.], v. 19, p. 191-206, 2009.
- ALVAREZ DOMINGUÉZ, P.; VASCONCELOS, M. C. C. A primeira comunhão feminina entre dois lados do oceano (Brasil e Espanha): imagens arquivadas de educação e religião. **Cadernos de História da Educação**, [s. l.], v. 20, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/che-v20-2021-44>. Acesso em: 30 set. 2022.
- ALVES, E. M. S. **Entre papeis e lembranças: o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipano e as contribuições para a história da educação**. Aracaju: EDISE, 2015.
- ALVES, E. M. S. **Planos de estudos do Atheneu Sergipense (1870-1931)**. Campinas: Mercado de Letras, 2020.
- ALVES, M. Sistema católico de educação e ensino no Brasil: uma nova perspectiva organizacional e de gestão educacional. **Revista Diálogo Educacional**, [s. l.], v. 5, n. 16, p. 209-228, 2005. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/8000/7754>. Acesso em: 5 dez. 2021.
- ALVES, E. M. S.; OLIVEIRA, J. P. G. Atheneu sergipense: 150 anos de história. **CUMBUCA**, [s. l.], v. 1, p. 56-63, 2020.
- ANDRADE, A. L. M. S. **Comemorações entre os atos: o centenário do Colégio Coração de Jesus (Florianópolis, 1988-1998)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- BADANELLI, A. M. La investigación histórica con manuales escolares: ventajas y limitaciones. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 46 - 67, 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2130>. Acesso em: 30 mar. 2022.
- BARROS, J. D'A. Rupturas entre o presente e o passado: leituras sobre as concepções de tempo de Koselleck e Hannah Arendt. **Revista Páginas de Filosofia**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 65-88, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/PF/article/viewFile/2374/2841>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- BASTOS, M. H. C.; JACQUES, A. R. Liturgia da memória escolar: memorial do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha (2002). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 49-76, jan./jun. 2014.
- BASTOS, M. H. C.; JACQUES, A. R.; ALMEIDA, D. B. (org.). **Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha/RS: histórias e memórias (1858-2008)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. (2 v.).

BENJAMIM, W. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOTO, C. Prefácio: planos de curso como registro da civilização escolar. *In*: ALVES, E. M. S. **Planos de estudos do Atheneu sergipense (1870-1931)**. Campinas: Mercado de Letras, 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidente da República, 1961.

BRASIL. **Lei nº 3.791, de 27 de dezembro de 1965**. Dispõe sobre o Plano de Metas do Governo no quinquênio 1966/1978, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidente da República, 1965.

BRITO, A. X. de. **O ‘saldo é positivo’**: cultura escolar católica e socialização das elites femininas brasileira, 1920-1970. Paris, FR: CERLIS, 2005.

CASTRO, C. A.; CASTELLANOS, S. L. V. (org.). **A escola e seus artefatos culturais**. São Luís: Editora da UFMA, 2013.

CHALOPA, R. F. de S.; CUNHA, M. T. S. Entre porões e sótãos: o patrimônio histórico-educativo em cena: entrevista com Maria Cristina Menezes. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 223-249, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723815282014223/3111>. Acesso em: 19 out. 2021.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa, PT: Difel, 1989.

CHARTIER, R. *A história ou a Leitura do Tempo*. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de Representação. *Fronteiras*. v. 13, Nº 24. p.15-29, 2011.

COELHO JÚNIOR, N. M. **Entre a caneta do legislador e a vigilância do inspetor**: as correspondências de Elpídio Barbosa no arquivo do Colégio Coração de Jesus (Florianópolis, 1939-1949). 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

CORRÊA, C. H. P. **História de Florianópolis ilustrada**. Florianópolis: Insular, 2004.

CRUZ, J. J. **Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima**: 50 anos aprendendo a ensinar e ensinando a viver. Florianópolis: CSNSF, 2008.

CUNHA, M. T. S. Rezas, ginásticas e letras: normalistas do Colégio Coração de Jesus: Florianópolis/décadas de 1920-1930. *In*: DALLABRIDA, Norberto (org.). **Mosaicos de escolas**: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Editora Cidade Futura, 2003. p.199-220.

CUNHA, M. T. S. Acervos escolares: olhares ao passado no tempo presente. **Hist. Educ.**, Porto Alegre, v. 19, n. 47, p. 293-296, set./dez. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/heduc/a/T58GwwdtZtdHbhkFzqT8bsL/?lang=pt>. Acesso em: 1 out. 2021.

CUNHA, M. T. S. Ler, anotar, guardar: a presença de leitores no acervo de livros escolares no museu da escola catarinense (década de 20 a 60 / século XX). In: MENEZES, M. C. (org.). **Desafios ibero-americanos: o patrimônio histórico-educativo em rede**. São Paulo: CME/FEUSP, 2016. p. 487-512.

CUNHA, M. T. S.; CHALOPA, R. F. de S. Apresentação. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 4-8, 2014. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/4594/3093>. Acesso em: 16 dez. 2021.

DALLABRIDA, N. **A fabricação escolar das elites: o ginásio catarinense na primeira república**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DALLABRIDA, N. Modos de educação católica em Florianópolis: final do século XIX e meados do século XX. **Revista Educação em Questão**, [s. l.], v. 23, n. 9, p. 102-118, 15 ago. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8345/6001>. Acesso em: 23 nov. 2021.

DIMENSTEIN, D. **Educação patrimonial, memória e cidadania: a experiência dos professores de história da rede municipal de Jaboatão dos Guararapes/PE**. 2017. TCC (Especialização em Gestão Cultural) – Universidade de Pernambuco, Recife, 2017.

DOMÍNGUEZ, P. Á. Nuevo concepto de los museos de educación. In: BERRIO, J. R. (ed.). **El patrimonio histórico-educativo su conservación y estudio**. Madrid, ES: Biblioteca Nueva, 2010.

ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA. **Kulturkampf**. Chicago: Enciclopédia Britânica, 2013. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Kulturkampf>. Acesso em: 28 out. 2021.

ESCOLANO BENITO, A. Patrimônio material da escola e história cultural. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 13-28, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2125>. Acesso em: 30 mar. 2022.

FARIA FILHO, L. *et al.* A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educ. Pesqui.**, [s. l.], v. 30, n. 1, [p. 28-38], abr. 2004.

FRAGO, A. V. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], p. 63-82, set./dez. 1995. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE0/RBDE0_06_ANTONIO%20VINO_FRAGO.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

FRAGO, A. V. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 7, p. 93-110, 2000.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GARRONE, G. M. C. **A escola católica**. Roma, IT: [s. n.], 1977. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_19770319_catholic-school_po.html. Acesso em: 20 maio 2022.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

HISTÓRIAS DE PESQUISA NA EDUCAÇÃO/PESQUISAS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. /Maria Celi Chaves Vasconcelos e Lia Ciomar Macedo de Faria /organizadoras. Rio de Janeiro: Quarteto, 2010.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

JULIA, D. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (org.). **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 46-59.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL REDE SALVATORIANA. **Projeto Político Pedagógico (PPP): colégios salvatorianos: província de Santa Catarina: período 2020 e 2021**. Lages: Rede Salvatoriana, 2020. Disponível em: https://www.redesalvatoriana.org.br/fatima/uploads/word/6/word_a56b4fb346.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

IPHAN. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. [S. l.]: IPHAN, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 25 ago. 2015.

IRMÃS DO DIVINO SALVADOR. **Relatos de vida: 1936-2004**. Lages: Editora e Gráfica Pérola, 2006.

IRMÃS SALVATORIANAS. Província Santa Catarina. **Quem somos: fundadores**. Lages: Salvatorianas, [20--]. Disponível em: <https://www.salvatorianas.org.br/quem-somos/fundadores/>. Acesso em: 18 out. 2021.

KOSELLECK, R. Espaço de experiência e horizonte de expectativas. In: KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 311-337.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, C. O.; BONETTI, J. Proposta metodológica para adequação das informações do Censo Demográfico do IBGE na análise da vulnerabilidade social a eventos extremos na zona costeira. **R. Bras. Geogr.**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, p. 122-140, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/1842>. Acesso: 18 jul. 2022.

MATTOZZI, I. Currículo de história e educação para o patrimônio. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, p. 135-155, 2008.

MENESES, U. B. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view%20File/2067/1206>. Acesso em: 17 ago. 2014.

MENEZES, M. C. (org.). **Educação, memória, história**: possibilidades, leitura. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

MENEZES, M. C. (org.). **Desafios Ibero-americanos**: o patrimônio histórico-educativo em rede. São Paulo: CME; FEUSP, 2016. (Série Patrimônio Histórico Educativo, v. 1). Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/143/123/619>. Acesso em: 16 nov. 2021.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOGARRO, M. J. (org.). **Educação e património cultural**: escolas, objetos e práticas. Lisboa, PT: Edições Colibri, 2013.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 5 set. 2021.

NÓVOA, A. Para uma análise das instituições escolares. In: NÓVOA, A. (coord.). **As organizações escolares em análise**. Lisboa, PT: Dom Quixote, 1999. [p. 33-58].

NÓVOA, A.; DEPAEPE, M.; JOHANNINGMEIER, E. V. (coord.). La culturescolairecommeobjethistorique. **PaedogicaHistorica**, [s. l.], v. 1, p. 353-382, 1995.

OLIVEIRA, J. P. G. **Nas trilhas dos jovens anos escolares**: itinerários de intelectuais sergipanos (1935-1945). Campinas: Mercado de Letras, 2020.

OLIVEIRA, J. P. G.; SOUZA, S. C. S. O saber histórico na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951-1954). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais eletrônico** [...] Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772192_3a0a4db176fe3977c ff2cb54982e66c4.pdf. Acesso em: 1 mar. 2022.

PICOLLI, V. **O Colégio das Irmãs de São José em Xanxerê/SC**: aspectos da educação escolarizada para moças do interior (1962-1969). 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp092998.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

POSSAMAI, Z. R. Museus pedagógicos nacionais: Brasil e França, século XIX. **Museu & Interdisciplinaridade**, [s. l.], v. 8, n. 16, p. 69-79, ago./dez. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (PMF). **Estreito**. 2022. Disponível em: <http://geo.pmf.sc.gov.br/>. Acesso em: 4 jun. 2022.

QUINTANA, M. **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.

REINHEIMER, D.; NEUMANN, R. M. (org.). **Patrimônio histórico nas comunidades teuto-brasileiras**: história, memória e preservação. São Leopoldo: Editora OIKOS, 2014.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RIFFEL, R.; DAMASCENO, L. S. C. Educação patrimonial e processos educativos: referências culturais e memórias como espaços de ensino-aprendizagem na educação básica. **REDIVI**, [s. l.], v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/redivi/article/view/11625/6678>. Acesso em: 11 maio 2022.

RODRIGUES, M. C.; SANTOS, P. da C. Biblioteca Rio-Grandense: um estudo de caso sob o viés da educação patrimonial. **Enc. Bibli.** R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, v. 22, n. 48, p. 2-14, jan./abr. 2017.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte”. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set. 2006.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 2.991, de 28 de abril de 1944**. Estabelece instruções para as associações auxiliares da escola nos estabelecimentos de ensino estaduais, municipais e particulares. Florianópolis: Governo do Estado, 1944a.

SANTA CATARINA. Departamento de Educação. **Circular nº 42, de 10 de maio de 1944**. Destinada aos senhores inspetores, auxiliares de inspeção, diretores e professores de estabelecimentos de ensino. Florianópolis: Secretaria da Justiça, Educação e Saúde, 1944b.

SCHMITZ, S. **Planejamento estadual**: a experiência do Plameg. Florianópolis: UFSC, 1985.

SEIDL, E. Apresentação do dossiê "Catolicismo e Formação Cultural". **Pro-Posições**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 25-30, 2014.

SILVA, V. L. G. da; FELGUEIRAS, M. L. (org.). Dossiê: arquivos, objetos e memórias educativas: práticas de inventário e de museologia. **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 11-18, jan./abr. 2011.

SILVEIRA, C. B. V. **Asilo de órfãos São Vicente de Paulo e Escola São Vicente de Paulo**: institucionalização e educação de meninas e moças (Florianópolis 1900-1930). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SOARES, I. (org.). **Estreito**: vida e memória. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1991.

SOUZA, R. F. de. Preservação do patrimônio escolar no Brasil: notas para um debate. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 199-221, 2013.

SOUZA, A. H. V. de; SANTOS, V. R. dos. Educação para o patrimônio: mediação cultural na perspectiva dos museus e bibliotecas: uma experiência interdisciplinar na ciência da informação. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 2, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16945>. Acesso em: 22 set. 2022.

SOUZA, R. L. de; OTTO, C. (org.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

VASCONCELOS, M. C.C.*et al.*(org.). **Mulheres e educação no século XIX**: artefatos e sensibilidades. Rio de Janeiro: UEJ/DECULT, 2022. Disponível em: [www. mulheres e educacao.uerj.br](http://www.mulheres e educacao.uerj.br). Acesso em: 30 set. 2022.

VASCONCELOS, M. C. C.; GOMES, E. V. Práticas educativas femininas nas memórias de Maria Paes de Barros. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 16, n. esp. 3, p. 1422-1438, jun. 2021. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16iesp.3.15290>

VEIGA, E. V. da. **Florianópolis**: memória urbana. 3. ed. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010.

VIEIRA, K. S. **No compasso do moderno**: o curso normal do Instituto Estadual de Educação de Santa Catarina (anos de 1960). 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

VIEIRA, V. M. **Colégio de Maravilha**:1954/1971: os anais, o convento e as associações escolares de NotreDame. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2021.

ZONTA, M. **Jordan**: um jovem sob o fogo do espírito. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Salvatorianos, 2016.